



**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPG-SOL**

**CIDADANIA ANTE A SOCIODINÂMICA DA
DESIGUALDADE: UM ESTUDO COM MORADORES E
“ALBERGADOS” DA VILA AREAL.**

TAYNARA CANDIDA LOPES CANÇADO

Brasília/ DF

2017

TAYNARA CANDIDA LOPES CANÇADO

**CIDADANIA ANTE A SOCIODINÂMICA DA
DESIGUALDADE: UM ESTUDO COM MORADORES E
“ALBERGADOS” DA VILA AREAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ PPG-Sol da Universidade de Brasília (UnB) como pré-requisito para a obtenção do título de mestre em sociologia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Débora Messenberg Guimarães.

Brasília/ DF

2017



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPG-SOL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CIDADANIA ANTE A SOCIODINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM
ESTUDO COM MORADORES E “ALBERGADOS” DA VILA AREAL.

Autora: Taynara Candida Lopes Cançado

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Débora Messenberg Guimarães.

Banca examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Débora Messenberg Guimarães.
(Departamento de Sociologia – UnB)

Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavolaro
(Departamento de Sociologia – UnB)

Prf.^a Dr.^a. Camila Potyara Pererira
(Departamento de Serviço Social – UnB)

CANDIDA, TAYNARA LOPES CANÇADO

Cidadania ante a sociodinâmica das desigualdades: um estudo com moradores e “albergados” da Vila Areal.

Taynara Candida Lopes Cançado – Brasília, Distrito Federal, UnB 2016, pag. 147

Dissertação de Mestrado em Sociologia

1. Desigualdade
2. Cidadania
3. Sociodinâmica
4. Unidade de acolhimento
5. UNAF
6. Areal

*Aos meus pais,
Cláudia e Valdecy.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPG-Sol/UnB) pela oportunidade de estudar em uma instituição pública, gratuita e de excelência.

À Prof.^a. Débora Messenberg, pelas orientações e pelo seu exemplo de competência profissional.

À banca examinadora, Prof. Sérgio Tavolaro e Prof.^a Camila Potyara, pela leitura cuidadosa do trabalho e pelas sugestões, que também inspiram e norteiam estudos futuros.

Aos professores Edson Farias, Stefan Klein, Sérgio Tavolaro e Débora Messenberg, por ministrarem com diligência as disciplinas que cursei no período do mestrado.

Ao Prof. Stefan Klein, por apoiar a criação e coordenar o grupo de estudos e pesquisa Desigualdade e Crítica no Brasil Contemporâneo (Describra); e à todos os membros do grupo, que muito me ensinaram no período em que fui membro.

À equipe da secretaria do PPG/SOL/UnB, Ana Paula, Patrícia, Leonardo e Gabriela, pela presteza do trabalho e pelo apoio com os assuntos burocráticos enquanto estive na representação discente.

Aos amigos do curso, Berchman Alfonso, Matheus da Costa, Vanessa Machado, Tiago Lorenzo, Mauro Callai, Isabela Goeller, Gabriel Soares e Fernando Franciosi, por todos os momentos que compartilhamos nos últimos anos.

Aos amigos, Lucas Facó, Stephanie Burille, Tahiza Falcão, Pedro Calil, Edi Alves, Bruno Gontyjo, Igor Mello, Jéssica Albuquerque, Lídia Dias, Benara Barbosa, Mario Machel, João P. Veiga e Vinicius Lima. Sua amizade e companheirismo foram imprescindíveis para que eu pudesse tocar em frente o projeto do mestrado.

De modo especial, agradeço à Tamille Dias e Cecília Villas-Boas pela paciência com que têm me aturado, a lealdade, o zelo, a partilha diária. Falo dos bastidores que viabilizaram minha permanência no curso e em Brasília. Não sairia uma página sem elas. À Tamille, agradeço também pela leitura do trabalho e apontamentos pertinentes.

Aos meus pais, Cláudia e Valdecy, pelo apoio incondicional, amor e confiança.

Reconheço, ainda, que esse trabalho foi viabilizado pelo apoio institucional e financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Muito obrigada.

À Subsecretaria de Assistência Social (SUBSAS) do Governo do Distrito Federal, por autorizar a realização da pesquisa.

Aos funcionários da UNAF, que contribuíram enormemente com a investigação, sempre muito prestativos e atenciosos.

Finalmente, meus sinceros agradecimentos aos acolhidos da UNAF e aos moradores da Vila Areal, pelo tempo dedicado às entrevistas, a confiança depositada na pesquisa e por cada história compartilhada.

“O humano é um escândalo no ser”.

(Levinas, 2003, p. 157).

RESUMO

O presente trabalho retoma a questão das desigualdades autorreproduzidas a fim de evidenciar ambivalências do ideal moderno de cidadania. A discussão se desenvolve a partir de um estudo de caso realizado na Vila Areal, onde está localizado o principal Albergue público destinado a atender a população em situação de rua do Distrito Federal, a UNAF¹. Propõe-se analisar uma sociodinâmica operante das desigualdades naquele meio, observando, para tanto, seus mecanismos socioculturais e psicossociais de atuação. Moradores da Vila reivindicam constantemente a remoção do abrigo para regiões afastadas do perímetro urbano. O conflito exposto evidencia o caráter paradoxal de uma concepção restritiva de cidadania, que ratifica desigualdades na medida em que permite discriminar pessoas entre mais ou menos dignas de respeito e direitos. Mais além, o estudo esclarece a íntima relação entre configurações valorativas, sociais e disposições individuais. Desse modo, permite visualizar diferentes facetas do sectarismo no cenário urbano e seu corolário no caso analisado. O trabalho chama a atenção para os processos sociais formadores da desigual (*in*) *adaptação* para o mercado de trabalho, (*des*) *classificação* social e *autorrelação* prática dos sujeitos. A interdependência desses fatores constitui a sociodinâmica das desigualdades analisada. A investigação contou com entrevistas semi-estruturadas, observação participante e pesquisa documental.

Palavras chave: Desigualdade; Cidadania; Sociodinâmica; Unidade de acolhimento; UNAF; Areal.

¹ Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias do Distrito Federal.

ABSTRACT

This dissertation takes back the questions of self-reproduced inequalities to evidence ambivalence of the modern ideal of citizenship via a case study. It proposes to analyze an operative sociodynamic of the inequalities, observing, therefore, their sociocultural and psychosocial mechanisms of action. It evidenced the paradoxical relationship of this dynamic with the principle of equality. The problematic is observed in Vila Areal, where is located the main public shelter destined to receive homeless population of Distrito Federal, the UNAF. The local population rejects the shelter and claims its removal to distant regions of the urban perimeter. In the light of a figurational approach, it is evident the interdependence of the positions that configures the microcosm investigated, as well as the infra conscious co-participation of the agentes in the sociodynamic of the inquired inequalities. It seeks to draw attention to the social process that forms the unequal (in)adaptation to the job market, social (un)classification and the self-relation praxis between the sheltered people and the residentes of Vila Areal. This process reinforces the unequal structure of power of the microcosmo observed. Finally, the study accuses the distortion of the citizenship in the locus of its promotion.

Keywords: Inequality; Citizenship; Sociodynamic; Homeless Shelter; UNAF; Areal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Procedimentos metodológicos	18
1. CIDADANIA AMBIVALENTE	21
1.1. O princípio da igualdade como propulsor da ampliação de direitos.....	21
1.2. Cidadania e desigualdade: uma aparente contradição.....	23
1.3. Instituições e imaginários em prol das desigualdades “autorreproduzidas”	26
2. O ALBERGUE NA VILA AREAL.....	32
2.1. A Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias do Distrito Federal (UNAF).....	33
2.2. O cenário conflituoso entre moradores e “albergados”	35
2.3. A Vila Areal	39
2.4. O pedido de remoção: argumentos e perfis.....	45
2.5. Cidadania restritiva: o produto e a promotora de uma ordem desigual.....	51
3. CONFIGURAÇÕES VALORATIVAS, DESFIUGRAÇÕES SOCIAIS.....	61
3.1. Dignidade privada.....	61
3.2. De acolhidos a Albergados	76
3.2.1. O processo de estigmatização.....	79
3.2.2. Práticas de apartação e distanciamento.....	87
3.2.3. Entraves ao acesso a estrutura de oportunidades.....	90
3.2.4. Efeitos “internos” da estigmatização.....	94
3.3. Albergado em um corpo situado.....	96
3.3.1. Autorresponsabilidade.....	96
3.3.2. Realidade e Preconceito.....	100
3.3.3. Percepções e usos do tempo.....	101
3.3.4. Efeitos coercitivos da configuração.....	106
4. O SOCIAL NO SUJEITO.....	115
4.2. Família.....	117
4.2. Entretenimento	129
4.3. Religião.....	133
4.3. Associações.....	137
4.4. Trabalho e formação.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	155
ANEXOS.....	158

Introdução

Resultado de uma síntese progressiva de aprendizados históricos, a cidadania emerge como um importante passo, ou uma sequência de passos, rumo à justiça social. O grande feito dessa noção foi apresentar a igualdade de status legal entre membros de uma mesma comunidade política, e deles perante o Estado, como uma condição possível. Permitiu, assim, a incorporação de setores antes marginalizados no escopo de “sujeitos de direito”. Todavia, cidadania mantém uma relação paradoxal com a estratificação social. Observa-se que o status igualitário disseminado pela proposta cidadã comumente favorece à legitimação de desigualdades excessivas e permanentes. Ora, determinados níveis de desigualdade não apenas são aceitáveis, como indispensáveis ao bom funcionamento do capitalismo. Concebidas por níveis diferenciais de desempenho individual, as desigualdades são justificadas e naturalizadas.

A perpetuação naturalizada de desigualdades tem servido a eternização de uma grande massa de brasileiros na condição de subcidadania. Múltiplas hierarquias são ativadas incessantemente a fim de discriminar cidadãos entre mais ou menos dignos de respeito e direitos. Tal classificação fere o princípio da igualdade pressuposto na cidadania porque afeta diretamente as chances de determinados indivíduos e grupos em acessar estruturas de oportunidades, conforme seu status social. O pano de fundo moral que permite legitimar essa classificação é especialmente forte por estar ancorado nas principais instituições modernas: mercado e estado (SOUZA, 2003). A ideologia do desempenho patrocinada por essas instituições tem por efeito legitimar privilégios e culpabilizar indivíduos e grupos precarizados por sua condição. O sistema de premiações por mérito oculta todas as pré-condições sociais, emocionais e culturais que efetivamente diferenciam os agentes em suas chances de êxito no mundo competitivo.

A abordagem crítica da cidadania, acolhida no presente trabalho, aponta limites ao princípio da igualdade, evidenciando desigualdades concretas de capacidades de mobilidade oriundas da própria dinâmica social. Acusa-se também os efeitos danosos de uma concepção restritiva de cidadania, circunscrita, na prática, àqueles capazes de atender aos imperativos modernos de autodisciplina, autocontrole e pensamento prospectivo; preferencialmente inseridos no mercado de trabalho e em redes sociais coesas, como família e religião. Ainda, tangencia essa discussão, os dilemas de uma cidadania

deturpada por demandas restritas à segurança pessoal e à segurança da propriedade privada, portanto, distanciada do sentido de bem público e espaço público.

Busca-se chamar a atenção para a existência de desigualdades excessivas e permanentes alimentadas pela ambivalência da cidadania, isto é, que contrariam o princípio da igualdade, embora nele se sustente. São desigualdades geradas pela desigual capacidade dos cidadãos em competirem por melhores condições de vida e acessar estruturas de oportunidades. Sem perder de vista que essas estruturas são fluidas e, por si mesmas apontam questões de justiça social, é sugerido um direcionamento do olhar para a dimensão sociocultural e psicossocial da desigualdades de capacidades de acesso e seu efeito dinâmico em um microcosmo social. A proposta se justifica pela constatação de que dilemas de justiça social extrapolam medidas governamentais e regulamentações do direito, exigindo atenção aos contextos.

O problema das desigualdades “autorreproduzidas” (MARSHALL, 1967) – que trata da desigual capacitação dos indivíduos em acessar oportunidades e de participarem de um mundo competitivo, sob condições muito dispare de vida - vai de encontro ao cenário observado na Vila Areal. Observou-se ali que a desigual (*in*)*adaptação* de moradores e acolhidos aos imperativos do mercado caminham de mãos dadas à (*des*)*classificação social* desses indivíduos, e esta, por sua vez, a sua *autorrelação prática*. A interdependência dessas três dimensões caracterizam a sociodinâmica das desigualdades que se busca apresentar.

A questão que inspirou o presente trabalho nasceu de uma pesquisa de iniciação científica, sobre imaginários urbanos, realizada em 2012 na Vila Areal – DF, onde está localizado o principal centro de acolhimento para a população em situação de rua do Distrito Federal: a Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF). À época, chamou a atenção da pesquisadora a unanimidade e radicalidade das reclamações contrárias ao abrigo na região. Segundo os moradores, os *albergados* incomodavam a população local pedindo dinheiro, ameaçando, roubando e transitando pela cidade sob o efeito de álcool e outras drogas. Alegavam também que a presença do abrigo na região gerava insegurança e desprestígio para a comunidade local. Do ponto de vista dos moradores, o albergue era descrito como um antro de desordem e imoralidade. A população local não apenas pedia a remoção da unidade para regiões afastadas da cidade,

mas, em muitos casos, se contrapunha a própria existência desse tipo de instituição, “que acolhe vagabundo”.

Em 2013, foi realizada uma investigação na Vila Areal com o intuito de observar processos de reprodução da vulnerabilidade social no contexto metropolitano de Brasília (CANDIDA, 2013). Já naquela ocasião foram identificadas as vantagens analíticas de se ultrapassar as expressões mais visíveis da vulnerabilidade de moradores e acolhidos, a fim de pensar, de forma articulada, seus processos de formação. No entanto, a referida pesquisa mirava mais aspectos da segregação socioespacial. Dentre outros fatores – como a especulação imobiliária, gentrificação e peculiar estruturação do mercado de trabalho -, foi identificada a coparticipação dos agentes na segregação socioespacial observada. De um lado, preconceito e marginalização, de outro, hábitos degradantes e práticas transgressoras.

A constatação instigou a problematização, no presente trabalho, da coparticipação infra consciente dos sujeitos na sociodinâmica das desigualdades observada. Foi evidenciado que muitos acolhidos na UNAF possuem dificuldades semelhantes de autonomização. Embora se trate de um grupo heterogêneo e móvel, é recorrente apresentarem trajetórias de vida marcadas pela condição continuada de miséria. As estatísticas da unidade mostram que o número de readmitidos é quase sempre superior ao número de admitidos. Longe de ser uma saída eficaz para o ciclo de vulnerabilização que acomete esses indivíduos, o serviço de acolhimento frequentemente o reforça; por exemplo, em decorrência dos efeitos da estigmatização dos “albergados” na região.

Passados quatro anos da pesquisa monográfica, uma das principais reivindicações da associação de moradores continua sendo a remoção do abrigo. Em Junho de 2016, o debate voltou a pauta na reunião “Câmara em Movimento²”, organizada pelo Governo do Distrito Federal na Vila Areal. Ali o pedido de remoção da UNAF foi aprovado por todos os segmentos da população, contando também com o apoio de representantes do governo. Para esses moradores e deputados o albergue é responsável por grande parte dos problemas da comunidade: a insegurança, a “má aparência” do bairro, o descrédito dos moradores e a desvalorização dos imóveis. Sem negar ou deslegitimar as demandas dessa população, verdadeiramente vulnerabilizada pela violência local, debilidade do

² Câmara em Movimento é um projeto que leva sessões ordinárias da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDDF) às regiões administrativas do DF.

sistema educacional e de saúde - dentre outros fatores-, busca-se problematizar sua relação conflituosa com o “Albergue”.

O presente trabalho sugere um amadurecimento da problemática apresentada na pesquisa de 2013. Entendendo os processos vulnerabilizantes que acometem moradores e acolhidos da Vila Areal como parte de uma dinâmica mais abrangente de reprodução de desigualdades no meio urbano, busca-se revelar os mecanismos socioculturais e psicossociais de sua atuação; isto é, as engrenagens que levam os indivíduos a cooperarem com esta dinâmica por suas disposições de comportamento e pensamento. Acolhendo uma perspectiva sociológica sintética, entende-se que o princípio das práticas deve ser buscado, mais além das escolhas conscientes, em sistemas de preferências herdadas ou adquiridos (BOURDIEU, 2009). Ainda, à luz de uma abordagem figuracional (ELIAS, 2000), revela-se a indissociabilidade dos grupos que compõem a configuração observada e a relacionalidade de suas estratégias. Lembrando que se propõe um direcionamento do olhar que não dispensa a problematização futura dos fatores macro políticos e econômicos que influenciam a conjuntura observada.

Tendo em vista analisar uma sociodinâmica operante das desigualdades na Vila Areal, serão observados os processos sociais formadores da *(in) adaptação* para o mercado de trabalho, da *(des) classificação* social e da *autorrelação* prática de moradores e “albergados”. Como objetivos específicos, se propõe apresentar algumas das pré-condições da desigualdade social entre moradores e acolhidos, em distintas esferas de socialização, além de coerções da configuração social analisada sobre cada grupo. O trabalho tenciona, enfim, esclarecer a relação de cumplicidade dos agentes investigados com a estrutura de poder vigente naquela conjuntura. Acusa-se, desse modo, a ambivalência da cidadania face a uma sociodinâmica das desigualdades no microcosmo observado.

O primeiro capítulo apresenta o caráter ambivalente da cidadania. Se, por um lado, o princípio da igualdade inerente a essa noção motivou uma ampliação progressiva de direitos - em termos de conteúdo e alcance social -, por outro lado, a conquista de status igualitário tem servido à legitimação de desigualdades excessivas e permanentes. Isso ocorre na medida em que a suposta igualdade, articulada à ideologia do desempenho, serve aos interesses do sistema capitalista. Observa-se que instituições e imaginários modernos cooperam por uma reprodução naturalizada de desigualdades. A última parte

do capítulo retoma determinados aspectos da cidadania no Brasil esclarecedores da naturalização mencionada.

O segundo capítulo expõe a configuração social analisada. São apresentados traços gerais e peculiaridades da unidade de acolhimento e da Vila Areal, bem como a relação conflituosa entre eles. Destacam-se os diferentes argumentos favoráveis à remoção do abrigo e os diferentes perfis de moradores entrevistados. Foram identificados quatro perfis segundo seu posicionamento em relação a UNAF: radicais, contrários ao abrigo, favoráveis ao abrigo que vivem em condomínios fechados e favoráveis ao abrigo defensores dos acolhidos. Observa-se que opinião dos moradores em relação ao abrigo está intimamente vinculada à determinadas condições de vida na Vila Areal – embora essa relação não possa ser pensada de forma determinista. O capítulo aponta, enfim, para uma concepção restritiva de cidadania que é, a um só tempo, produto e promotora da estrutura desigual de poder na Vila Areal.

No terceiro capítulo é apresentada uma configuração de valores reconstruída a partir das falas de moradores e acolhidos, com o propósito de demonstrar o conteúdo das expectativas morais dos membros de cada grupo, isto é, a substância da sua expectativa por dignidade. A pintura desse quadro moral permite observar de que modo os valores vigentes naquela conjuntura têm sido articulados para discriminar moradores e acolhidos em grupos de status superior e inferior, mais ou menos dignos de confiança e direitos. Evidencia-se a vinculação estreita de configurações valorativas e sociais. A segunda parte do capítulo trata dos impactos da desclassificação social sobre os acolhidos. Observa-se que a estigmatização do grupo na Vila Areal tem sido importante entrave às suas chances de autonomização. O capítulo aborda, enfim, a indissociabilidade de *preconceito* e *realidade* na conformação de uma sociodinâmica das desigualdades. Destaca-se a relação provável entre “desvios de conduta” recorrentes entre os acolhidos e peculiaridades de sua condição social.

O quarto e último capítulo chama a atenção para a desigualdade de moradores e acolhidos em termos de formação de um aparato sociocognitivo mais ou menos adaptados à inserção social e produtiva. Para tanto, são apresentadas comparativamente algumas pré-condições sociais de sua formação, como a vinculação familiar, escolar, religiosa, entretenimento e a vida associativa de membros dos dois grupos. Observa-se que no curso de suas vidas esses indivíduos foram, e permanecem sendo, diferentemente preparados

para internalizar e incorporar valores caros ao mundo competitivo, tais como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo.

Procedimentos metodológicos

A Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF) é uma instituição, vinculada à Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal, que presta serviços de acolhimento de caráter provisório para a população em situação de vulnerabilidade social: pessoas em situação de rua, desabrigo, sem condições de auto sustento, vítimas de ameaça, calamidade pública, refugiados, erradicados de áreas irregulares e migrantes. Atualmente a instituição dispõe de cento e cinquenta leitos. O serviço é voltado predominantemente para homens adultos e solteiros, e inclui acolhimento provisório, alimentação, local para repouso e material de higiene pessoal. O período máximo de estadia é de noventa dias, podendo ser prolongado conforme a demanda.

No presente estudo foram investigados moradores da Vila Areal, acolhidos da UNAF e funcionários dessa instituição. Em um primeiro momento o projeto de pesquisa passou pela avaliação da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social. Nesse ínterim, foram elaborados os roteiros de entrevista. Após o consentimento do órgão, foi iniciada a pesquisa de campo. A investigação foi realizada em setembro e outubro de 2016 e contou com entrevistas semi-estruturadas, observação participante e pesquisa documental. Foram analisadas as sinopses estatísticas da UNAF, bem como documentos históricos, registros fotográficos e cartográficos da Vila. Na UNAF foram observadas oficinas de boas-vindas e o dia a dia da Unidade. Entre uma entrevista e outra a pesquisadora pôde conversar informalmente e jogar damas com alguns acolhidos.

Foram realizadas, no total, vinte e nove entrevistas com duração média de uma hora: nove funcionários, dez moradores e dez acolhidos. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, gravadas e transcritas na íntegra pela pesquisadora. A quantidade de entrevistas por visita de campo variou significativamente segundo a disponibilidade dos entrevistados. Foram realizadas em média duas entrevistas por visita de campo. Houve muitas negativas por parte dos moradores, sobretudo comerciantes da região. Algumas entrevistas de moradores e funcionários precisaram ser agendadas com

antecedência. O local das entrevistas variou conforme o grupo. Funcionários e acolhidos foram entrevistados na própria unidade de acolhimento. Já os moradores preferiam ser entrevistados em seu ambiente de trabalho ou em suas casas.

Buscou-se criar uma amostra representativa englobando diferentes perfis de cada grupo. No grupo de acolhidos foram então incluídos, além de homens adultos e solteiros, mulheres que acompanhavam seus respectivos parceiros, idosos e aqueles que por motivos de trabalho não ficavam na Unidade no horário comum das visitas de campo. Dos funcionários foram entrevistados: diretora, coordenadora, assistentes sociais, psicóloga, vigilantes, psiquiatra, e agentes sociais. A amostra de moradores engloba: líderes comunitários, comerciantes, trabalhadores assalariados e estudantes. Dentre eles haviam pioneiros, moradores antigos, moradores novos e habitantes dos condomínios fechados.

Foi elaborado um roteiro de entrevista para cada grupo investigado: acolhidos, moradores e funcionários. Adaptações foram feitas apenas nos questionários dos funcionários a fim de adequar as perguntas ao cargo. Os roteiros de moradores e acolhidos se assemelham em sua estrutura e são divididos em três blocos de perguntas. O primeiro deles objetiva traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados e apreender informações sobre suas condições de vida na Vila Areal ou UNAF. Ainda, procura-se apreender a percepção do entrevistado em relação aos membros do outro grupo. O segundo bloco é voltado a identificar a rotina, hábitos e vínculos sociais dos entrevistados. São feitas questões sobre: jornada diária, hábitos, trabalho, formação, saúde e religião. O terceiro bloco de questões aborda esquemas avaliativos. Suas questões englobam: trajetória de vida, avaliações diversas (qualidade de vida, modos de agir e pensar) e a relação imaginária e prática dos entrevistados com o futuro.

O primeiro bloco de questões possibilitou traçar a posição dos entrevistados naquela configuração pelos dados de sua origem e situação atual. O segundo bloco de questões viabilizou identificar mais cuidadosamente as condições objetivas de vida dos entrevistados paralelamente a seus hábitos, visões de mundo e auto percepção. Permitiu, assim, observar as pré-condições sociais da (in)adaptação de moradores e acolhidos a inserção produtiva e social segundo parâmetros vigentes no mundo moderno, qual seja, imperativos de autodisciplina, autocontrole e pensamento prospectivo. O terceiro bloco permitiu identifica, pelas hierarquias avaliativas dos entrevistados, suas expectativas

morais de reconhecimento, suas diferentes percepções e relações com o tempo, bem como diferentes formas de introjeção de valores, como autorresponsabilidade.

No roteiro dos funcionários continham questões a respeito das funções da Unidade, trajetória profissional do servidor, principais dificuldades do atendimento, principais dificuldades de autonomização do grupo de acolhidos, formas de intervenção, relação com os moradores da Vila e um panorama geral dos diferentes perfis de acolhidos, que tratava de suas demandas frequentes, problemas de saúde comuns, lugares que frequentam, religiosidade, família, etc. Na terceira fase da pesquisa todas as entrevistas foram transcritas e analisadas. Foi realizada uma análise de perspectivas e argumentos. Observou-se termos mais frequentes do terceiro bloco de questões com o intuito de realizar uma reconstrução das hierarquias de avaliações dos entrevistados.

1. Cidadania ambivalente

1.1. O princípio da igualdade como propulsor da ampliação de direitos

Ao prescrever que todo agente racional é livre e igualmente apto a responder autonomamente sobre questões de ordem moral, as relações jurídicas modernas inovaram atribuindo ao reconhecimento jurídico um caráter universalista. Esse acontecimento histórico acompanhou a dissolução de antigas hierarquias por nascimento e de privilégios legais voltados aos mais ricos. O direito foi então desvinculado do status social, como fora em sociedades tradicionais, e passou a ser concedido a todo ser humano na qualidade de ser livre. Em tese, a origem social, o poder aquisitivo e as realizações pessoais deixaram de ser fatores decisivos a imputabilidade moral do sujeito de direito.

O princípio da igualdade universal, institucionalizado com o Estado de direito, possibilitou a compreensão de que membros de uma mesma coletividade política têm igual valor e devem, pois, ser equiparados em direitos e obrigações. Cidadania é o status concedido aos membros de uma comunidade política equiparando-os nesse sentido, entre si e perante o Estado (DOMINGUES, 2002). O princípio da igualdade firmado pela noção de cidadania se tornou um pilar da vida moderna. Como ideia força esse princípio motivou uma série de embates pela ampliação progressiva de direitos individuais e coletivos tendo em vista assegurar a igualdade de status entre os cidadãos.

Diferentes significados foram atribuídos ao princípio da igualdade ao longo da história, pois variou substancialmente, no tempo e no espaço, aquilo que se entende por “sujeito apto a agir autonomamente e com discernimento racional”. Junto a procedimentos racionais mais exigentes, houve uma extensão das propriedades universais da pessoa moralmente imputável. Sucessivas lutas por reconhecimento levaram a ampliação progressiva da noção “sujeitos de direito”, tanto em termos de conteúdo normativo, quanto em alcance social. O reconhecimento da “pessoa de direito” hoje significa mais do que podia significar no início do direito moderno, pois esta deve ser respeitada não apenas pela capacidade abstrata de poder se orientar por normas morais, mas também pela propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso (HONNETH, p.193).

De acordo com T. H. Marshall (1996), o desenvolvimento da cidadania foi marcado pela conquista gradual de direitos civis, políticos e sociais. Em um primeiro momento, ao longo do século XVIII, movimentos anti-aristocráticos deram origem aos direitos civis, que são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e a igualdade dos cidadãos perante a lei. O reconhecimento desses direitos individuais acarretou uma mudança atitudinal de suma importância: as restrições e privilégios passaram a ser considerados uma ofensa à liberdade do cidadão e grave ameaça à prosperidade da nação (MARSHALL, 1967).

Porém, sem liberdade de participação política que permitisse aos cidadãos reivindicar melhores condições de vida, os direitos civis serviam tão somente para maquiagem das desigualdades acentuadas da estrutura social. A desigualdade de condições de vida impossibilitava o aproveitamento das liberdades individuais de forma igualitária. Por essa razão, em um segundo momento, ao longo do século XIX, foi reconhecida a necessidade de uma ampliação dos direitos políticos, que até então eram privilégio de um círculo restrito da população. Para Marshall (1967), a liberdade de associação e participação política foi um importante passo na constituição da cidadania, mas insuficiente. Restava ainda um abismo entre o direito de participar e a participação efetiva dos cidadãos na esfera pública.

Os direitos civis deram aos indivíduos poderes legais e os direitos políticos conferiram a eles poderes potenciais, contudo, nenhuma medida havia sido tomada até então no sentido de modificar desigualdades sociais permanentes e autorreproduzidas. Marshall (1967) explica que a desigualdade extrema de condições tende a reproduzir uma estrutura hierárquica injusta ao habilitar de forma diferenciada os cidadãos a participarem na vida pública e a atuar no mercado de trabalho. Novas medidas deveriam ser tomadas a fim de igualar os cidadãos em certo padrão básico de vida civilizada. *“De nada serve o direito à liberdade de palavra se não se tem nada a dizer devido à falta de educação”* (Marshall, 1967). Assim, surge ao longo do século XX uma série de direitos sociais: à assistência, educação, trabalho, salário justo, saúde, aposentadoria, etc.

Avanços na dimensão social da cidadania visam igualar o acesso à estrutura de oportunidades que viabilizam a mobilidade social dos cidadãos. Essa dimensão é bastante flexível. Não está claro sobre o que se legisla ao falar em direitos sociais. Diferentes medidas podem ser tomadas no sentido de minimizar excessos de desigualdade e garantir bem-estar. Ainda, dilemas qualitativos importantes envolvem a oferta de serviços

socioassistenciais, como acerca do grau de universalidade dessas políticas e quanto a origem do provimento de bem-estar. Em última instância, o curso da cidadania social estará sempre intimamente vinculado às expectativas legitimadas em cada sociedade (DOMINGUES, 2002).

1.2. Cidadania e desigualdade: uma aparente contradição

Marshall (1967) esclarece que o objetivo da cidadania não é o de eliminar por completo as desigualdades sociais, que são toleradas desde que legitimadas em termos de justiça social. *“Nossa sociedade de hoje admite que os dois (igualdade básica e desigualdade de classes) são compatíveis, tanto assim que a cidadania em si mesma se tem tornado, sob certos aspectos, no arcabouço da desigualdade social legitimizada”*. (MARSHALL, 1967 p.62). No entanto, desigualdades excessivas representam uma verdadeira ameaça à cidadania, pois prepara diferenciadamente os cidadãos a acessar a estrutura de oportunidades vigente³. Sob condições de vida altamente desiguais os indivíduos são habilitados de maneira diferente a competir por melhores condições de vida e posições no mercado de trabalho. A grande ameaça reside no fato de que desigualdades excessivas se tornam autorreproduzidas.

Mas a relação de contrariedade entre desigualdades e cidadania não é tão óbvia. Desde sua origem, a cidadania mantém uma relação tensa com a estratificação social. Segundo Marshall (1967) ela ofereceu o fundamento da igualdade sobre o qual uma estrutura de desigualdades pôde ser edificada. O status de pessoas livres e iguais legitima a economia competitiva de mercado competitivo sem que os cidadãos estejam efetivamente preparados a competir de igual para igual. Ancorado nos direitos civis o mercado cria disparidades de riqueza que são úteis ao sistema (ROBERTS, 1997). Portanto, certo nível de desigualdade é não apenas aceitável, como também indispensável ao funcionamento do capitalismo competitivo. O *nível aceitável de desigualdades* em

³ Embora o presente trabalho problematize a desigualdade de capacidades de acesso a estrutura de oportunidade, é indispensável considerar que essa própria estrutura é desigual e injusta. Estudos futuros deverão problematizar sua má distribuição - naquele conjuntura e em tantas outras - segundo recortes de classe, raça e gênero, por exemplo.

uma democracia dependerá das expectativas reconhecidas como legítimas em cada sociedade.

A desigualdade de capacidades que habilita diferenciadamente os agentes a acessar a estrutura de oportunidades e competir por recursos escassos não deve ser reduzida apenas a níveis diferenciais de formação escolar. Implica antes, toda uma série de desigualdades de aptidões e disposições, que tornam os indivíduos mais ou menos adaptados ao sistema. A preparação vem desde o berço. Antes da escola, a transmissão de disposições de comportamento, pensamento e aptidões caras ao bom desempenho escolar são transmitidas por uma pedagogia sutil na esfera de socialização primária. São, portanto, as pré-condições socioculturais e psicossociais de formação das capacidades que efetivamente diferencia os agentes no mundo competitivo e solapa a igualdade de acesso à estrutura de oportunidades sugerida pelo ideal da cidadania (SOUZA, 2009).

Souza (2009) esclarece que a desigualdade de renda é melhor compreendida como efeito e não como a causa das verdadeiras desigualdades que respondem pela estrutura de classes. Essas derivam da herança imaterial de valores, padrões de comportamento e disposições caras à ascensão social dos indivíduos. No mundo moderno, uma “economia afetiva adequada” envolve disposições de disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo. A adaptação ou *inadaptação* dos indivíduos e grupos nesse sentido circunscreve, de forma mais ou menos segura suas possibilidades e limites de ascensão (SOUZA, 2003). Portanto, compreender a sociodinâmica das desigualdades exige ultrapassar suas expressões mais visíveis e considerar aspectos socioculturais e psicossociais de sua reprodução.

Para além de certo nivelamento das capacidades, a efetivação da cidadania exige, ainda, que o princípio da igualdade se realize na dinâmica social. Não se trata da superficialidade de uma exigência pela igualdade de tratamento interpessoal. É necessário que haja um efetivo acordo interclassista acerca do igual valor humano dos agentes sociais, como cidadãos igualmente dignos de acessar estruturas de oportunidades. Apenas um consenso dessa ordem permitiria a efetivação do princípio da igualdade, isto é, a equiparação de chances concretas em termos de acesso a bens e serviços (SOUZA, 2009). Este acordo, contudo, é de difícil operacionalização. Na vida cotidiana, inúmeras hierarquias são ativadas a fim de discriminar as pessoas em termos de valor humano.

A *desclassificação social* tem sido um importante entrave a efetivação da cidadania. Ela se realiza em meio a ambivalência de dinâmicas sociais que proclamam o princípio da igualdade ao mesmo tempo em que manipulam uma série de hierarquias avaliativas a fim de discriminar os cidadãos entre mais ou menos dignos de respeito e direitos, cidadãos e subcidadãos (SOUZA, 2003). Sempre houve hierarquias avaliativas que permitissem discriminar uma pessoa nesse sentido, contudo, na contemporaneidade, um complexo mecanismo opera no sentido de ocultar essas hierarquias. Por seu intermédio, desigualdades sociais são transfiguradas em diferenças individuais e essas, por sua vez, naturalizadas enquanto evidências sensíveis de um mundo “natural” (TELLES, 2001).

Para Souza (2003), a chave para se compreender a *naturalização* das desigualdades sociais no mundo moderno é a ideologia do desempenho. Ela é introjetada nos sujeitos pela transmissão intergeracional de valores e pela atuação das principais instituições modernas: Estado e Mercado. Essa ideologia apresenta o mérito pessoal como critério único de avaliação das desigualdades. Parte-se do pressuposto da liberdade igualitária dos cidadãos na busca por oportunidades de ascensão e desprende-se daí que diferenciais de renda, qualificação e posições de prestígio resultam do desempenho de cada um. O lado perverso dessa ideologia reside na legitimação de privilégios sob a aparência do mérito pessoal e na culpabilização dos indivíduos mais precarizados por sua condição, quando se associa miséria a fracasso pessoal.

De acordo com Souza (2003), essa ideologia se sustenta sobre uma cegueira programada acerca das pré-condições sociais e psíquicas que efetivamente diferenciam os cidadãos em chances de êxito no mundo competitivo. A naturalização das desigualdades por ela patrocinada pressupõe dissociar a ação e a experiência humana da moldura contextual que lhe confere compreensibilidade (TAYLOR, *apud* SOUZA, 2003). Deixam-se de lado os fatores materiais, cognitivos, emocionais e sociais que favorecem ou impossibilitam o desempenho individual. A abordagem crítica da cidadania, sugerida por Souza (2003), e acolhida no presente trabalho, busca evidenciar desigualdades mascaradas pelo ideal da liberdade igualitária, bem como seus determinantes sociais.

A “cegueira” generalizada quanto aos processos socioculturais e psicossociais da reprodução de desigualdades tem servido à eternização de uma gigantesca massa de

brasileiros *desclassificados e inadaptados*. Provocativamente, Souza denomina esse grupo de *Ralé brasileira*, com o objetivo de chamar atenção para o abandono social e político continuado, e consentido pela sociedade, de toda uma classe de indivíduos na situação de precariedade. A esse grupo faltam não apenas capital econômico e cultural, mas também as condições sociais, emocionais e psíquicas necessárias a sua aquisição (Souza, 2009).

1.3. Instituições e imaginários em prol das desigualdades “autorreproduzidas”

A experiência democrática brasileira, que permitiu naturalizar o fenômeno da Ralé estrutural, deve ser observada com bastante atenção. Nesse país, a ordem lógica e cronológica da conquista dos direitos de cidadania apresentada por Marshall não se verifica. Mas não é esse o fato que deveria gerar inquietação. O modelo Marshalliano tem sido amplamente refutado, pois o percurso descrito pelo autor não se verifica em países periféricos, tampouco se realizou plenamente nas ditas sociedades centrais (TAVOLARO, 2010). Ainda assim, tem sido utilizado como parâmetro para avaliar a qualidade da cidadania em diferentes conjunturas.

Segundo Tavolaro (2010), essa comparação é inconsistente e prejudicial, pois leva a interpretar como excepcionalidade toda e qualquer experiência normativa que fuja à regra dos países que compõem o núcleo dinâmico da modernidade. Por essa razão, a experiência democrática brasileira comumente tem aparecido sob o signo do desvio. Deixa-se de perceber, assim, que toda ordem normativa é contingente (TAVOLARO, 2010). Dilemas da democracia brasileira não devem, pois, ser pensados como sinal de desvio ou atraso, especialmente porque se encontram intimamente vinculados às principais instituições e imperativos modernos.

Carvalho (2002) observa que não há um único caminho para a cidadania, porém, destaca que diferentes caminhos afetam o produto final. No Brasil os direitos sociais precederam os demais, tendo sido implementados justamente em um momento em que direitos políticos e civis eram suprimidos. Um efeito perverso do modelo de “cidadania regulada” implementado na primeira república, reside na formação de um imaginário tutelar e assistencialista que desfigurou a noção moderna de direitos e a própria concepção de cidadania entre o povo brasileiro. Sem que tenha se formado uma sociedade civil forte

e participativa, os direitos sociais no Brasil são sistematicamente confundidos com mera proteção de um Estado benevolente (TELLES, 2001).

A introdução de direitos sociais na primeira república seguiu uma lógica corporativista que deixou marcas profundas na cultura do povo brasileiro. Sendo a conquista de direitos condicionada às relações contratuais de trabalho, desenvolveu-se o entendimento generalizado de que a dignidade da pessoa humana depende de sua inserção no mundo do trabalho. Esse modelo restritivo de cidadania patrocina a incivilidade no plano das relações sociais, pois condiciona a imputabilidade moral dos sujeitos à sua vinculação empregatícia, fazendo com que se diferencie também na vida cotidiana sujeitos mais ou menos dignos de respeito. Para Telles (2001), a cidadania no Brasil instaura direitos, ao mesmo tempo em que desfaz sua eficácia nas relações de classe.

Souza (2009) explica que existe no Brasil um pano de fundo moral responsável por discriminar cidadãos de primeira e segunda classe, isto é, cidadãos e subcidadãos. Não que a subcidadania inexistia nas ditas sociedades centrais, contudo, no Brasil, adquire a proporção de um fenômeno de massa. Esse fenômeno não deve ser entendido como uma experiência desviante de democracia liberal ou resquício da arbitrariedade de tempos remotos, senão como a face mais perversa do bom funcionamento de uma democracia liberal. Longe de fugir a uma proposta modernizante, a subcidadania é por ela patrocinada. As sociedades modernas se legitimam pela ilusão de uma igualdade que horizontaliza as classes em dignidade e liberdade igualitária, quando, na realidade, serve de suporte a perpetuação consentida da desigualdade.

Segundo Telles (2001), a efetivação da cidadania aposta na existência de uma ordem legal capaz de garantir as reciprocidades que a noção de igualdade supõe. No Brasil, contudo, as tramas institucionais cooperam com o imaginário social no sentido de disseminar uma concepção restrita e discriminatória de cidadania. O princípio da igualdade nunca se universalizou efetivamente entre o povo brasileiro (SOUZA, 2009). Ao contrário, nesse país, a igualdade é sistematicamente refutada, tanto no imaginário social, quanto nas tramas institucionais. Hierarquias de diversas ordens são ativadas a fim de discriminar os cidadãos entre mais ou menos dignos de direitos e respeito. As esferas institucionais, que em tese deveriam resguardar o princípio da igualdade, reforçam as discriminações na forma como a lei tipifica serviços e prescreve as condições de acesso aos direitos. O caráter focalizado dos direitos e políticas sociais tem como efeito limitar

a própria compreensão de sujeitos de direitos e, com ela, a percepção da dignidade na vida cotidiana (TELLES, 2001).

Em tese a efetivação da cidadania também conta com uma noção generalizada de civismo que vincula a participação cidadã ao interesse público. Observamos, contudo, que persiste entre o povo brasileiro um modelo privado de cidadania voltado à defesa de interesses particulares na esfera pública. Carentes de referências reais e simbólicas que leve a uma compreensão ampliada da cidadania, a participação civil em nosso país frequentemente entra em cena quando pela defesa de interesses privados ou a fim de restabelecer uma ordem social definida por categorias morais da vida privada (TELLES, 2001).

A debilidade da cidadania brasileira é fortalecida pelo tratamento deturpado das questões de desigualdade no país, que oscilam entre uma pseudocrítica liberal-conservadora e uma corrente “politicamente correta” (SOUZA, 2009). No primeiro caso, êxitos e fracassos são encarados como empreendimentos individuais, de modo a responsabilizar as vítimas da desigualdade por seu próprio infortúnio. O equívoco dessa perspectiva, travestida de justa e igualitária, consiste em generalizar a imagem do *homo economicus* a todos os membros da sociedade. Deixa-se de perceber que essa figura racional, disciplinada, autocontrolada e calculista é moldada por uma pré-socialização específica, geralmente vinculada a uma série de privilégios em termos de segurança existencial, estabilidade financeira e capacidade de projeção. Oculta-se que a formação de uma economia afetiva própria ao *homo economicus* é circunstancial e não generalizável. Souza (2009) observa que os defensores dessa pseudocrítica liberal-conservadora, comumente manipulam a ideologia do desempenho e do mérito a fim de justificar seus próprios privilégios, se auto afirmando merecedores ou mais merecedores.

Já a leitura “politicamente correta” das desigualdades no Brasil se equivoca por apresentar uma visão romantizada e condescendente da pobreza. Seus defensores se mostram atentos à opressão dos mais necessitados, porém se eximem de problematizar as estruturas profundas da dominação social. Frequentemente apontam como responsáveis pelo cenário injusto da pobreza extrema, algum agente exógeno, abstrato ou indeterminado, como o Estado ou “elites más”. Passa despercebido a seus defensores que, ao insistir sobre as virtudes presentes na condição de pobreza - herança cristã de uma teodiceia do sofrimento -, essa perspectiva ratifica as desigualdades sociais, pois

promove o conformismo das classes dominadas. Neste sentido, a visão “politicamente correta” é também politicamente inócua (SOUZA, 2009).

As percepções hegemônicas da desigualdade de classes no Brasil, portanto, oscilam entre a culpabilização e a idealização da vítima (SOUZA, 2009). Em todo caso, a pobreza aparece como uma patologia sem autores, a ser tratada, ora pela filantropia, ora pela repressão; capaz de gerar desconforto e compaixão, todavia não incita responsabilidades individuais e coletivas (TELLES, 2001). Para Telles (2001) a filantropia ganha força justamente quando as noções de responsabilidade pública e de bem público se definham enquanto possibilidades de tratamento das mazelas sociais.

Souza (2003) ensina que uma interpretação adequada da realidade é indispensável ao enfrentamento dos problemas sociais gerados pela extrema desigualdade. Essa interpretação deve considerar aspectos socioculturais e psicossociais de reprodução de desigualdades.

O que é preciso perceber é que a invisibilidade da classe social, compreendida não no seu mero resultado econômico, mas no seu processo obscurecido de construção sociocultural, é o fundamento tanto da ‘culpabilização da vítima’ entre nós quanto da ‘idealização do oprimido’ (SOUZA, 2009, p.99).

Sem que haja um olhar atento às engrenagens silenciadas da reprodução de desigualdades excessivas, os remédios direcionados a esse problema tendem a ser superficiais ou agravantes. Uma interpretação adequada da reprodução de desigualdades é fundamental à elaboração de remédios eficientes. Fraser (2001) observa que desvantagens econômicas e desrespeitos culturais são conjurados em uma espécie de ciclo vicioso da subordinação. Para a autora, a superação de injustiças envolve *redistribuição* de riqueza e *reconhecimento social*. Os dois remédios parecem possuir fins contraditórios: a lógica da redistribuição é eliminar diferenças, já a lógica do reconhecimento é valorizar a diversidade. Por meio da *redistribuição* se promove igualdade, por meio do *reconhecimento* se promove a diferenciação. No mundo real, contudo, lidamos com coletividades ambivalentes, que demandam simultaneamente os dois remédios. Isoladamente, nenhum deles é capaz de atender a demanda por justiça.

Fraser (2001) distingue, ainda, remédios *afirmativos* de remédios *transformativos*. Os primeiros estão voltados para a correção de resultados indesejáveis dos arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que os gera. Os remédios transformativos, por sua vez, estão orientados para a correção de resultados indesejáveis justamente a partir da

reestruturação do arcabouço genérico que o produz (FRASER, 2001). Esse remédio visa mudanças estruturais de longo prazo. Para Fraser (2001), a combinação mais promissora para o enfrentamento de injustiças sociais seriam remédios transformativos, tanto no âmbito do reconhecimento quanto no da distribuição. Esse projeto objetiva modificar estruturas profundas da economia política e da cultura. A desvantagem dessa combinação, porém, está em exigir a renúncia de interesses imediatos (FRASER, 2001).

Para pessoas que vivem em situação de extrema vulnerabilidade, contudo, essa renúncia não é tão simples. É o caso dos acolhidos da UNAF, que será abordado no presente trabalho. São formulados para esse grupo de indivíduos remédios afirmativos voltados a correção superficial de injustiças econômicas. Essas medidas incluem programas de seguro social e de assistência pública. Longe de abolir as diferenças de classes, tais remédios muitas vezes lhes servem de suporte. Tenta-se superar a má distribuição de recursos, mantendo intacta a estrutura político-econômica subjacente⁴ (FRASER, 2001).

Frequentemente, medidas socioassistenciais paliativas e focalizadas têm como efeito gerar novas fissuras sociais, pois, direcionadas aos destituídos, são compreendidas como privilégio de um grupo. E, geralmente, um grupo taxado de “não merecedor”, como será mostrado no estudo de caso. Portanto, sua própria existência tem o poder de gerar estigmas que corrompem o objetivo inicial de superação de injustiças. Mas por serem imprescindíveis em um contexto de extrema desigualdade, os remédios afirmativos-paliativos perduram, bem como seus efeitos sectários.

O estudo de caso permite evidenciar os desdobramentos sectários de uma medida afirmativa nesse sentido. Embora o serviço de acolhimento tenha se tornado indispensável nos grandes centros urbanos, ele tem usualmente levado a armadilha que vincula os usuários em um cenário conflituoso. O caso da Vila Areal evidencia uma configuração social marcada pela desigualdade de poder entre dois grupos e a sociodinâmica de reprodução das desigualdades naquela conjuntura. Observa-se que a reprodução da subcidadania ali se realiza mecanismos indissociavelmente sociais, institucionais e

⁴ Durante a banca de defesa dessa dissertação a Prof.^a Camila Potyara chamou a atenção para o fato de as políticas sociais serem contraditórias e dialéticas, não podendo ser enquadradas, de forma maniqueísta, como boas ou ruins. De fato, os remédios afirmativos não alteram por si as estruturas sociais, contudo, se bem sucedidos, preparam os cidadãos para integrarem uma sociedade civil forte, participativa, apta a lutar por mudanças profundas na estrutura político-econômica vigente.

“internos” aos *albergados*. Importa, por ora, sublinhar que a perpetuação de uma ralé estrutural conta com um dinamismo social complexo que vincula destituição material à inadaptação, à desclassificação social e a uma autorrelação negativa de membros do grupo.

A sociodinâmica das desigualdades para a qual se propõe chamar a atenção envolve indissociavelmente mecanismos de privação material, cultural, social e moral. É o dinamismo dessas vias, aquilo que faz com que desigualdades excessivas se tornem autorreproduzidas. Será evidenciado que o déficit interligado de atributos físicos, humanos e sociais opera no sentido da manutenção de posições sociais de subordinação. Em contrapartida, o acúmulo interdependente desses atributos opera no sentido oposto, qual seja, o de fortalecer posições de privilégio. Ainda que sejam inúmeras as forças contrárias a realização totalizadora desses ciclos na vida cotidiana, é possível pensá-los como modelos a fim de destacar a interdependência das esferas material, cultural, social e moral em uma sociodinâmica das desigualdades.

2. O albergue na Vila Areal

Cidadania social é o conjunto de direitos e obrigações que visa igualar os membros de uma mesma comunidade nos seus padrões básicos de vida. Essa dimensão da cidadania envolve direitos à saúde, previdência e assistência, para que os cidadãos compartilhem minimamente da herança social e tenham acesso a uma “vida civilizada” segundo os padrões prevaletentes em sua sociedade. Seu objetivo, como foi apontado, não é o de igualar rendas ou eliminar a pobreza - o que compete às políticas econômicas - mas mitigar cisões no interior da sociedade e diminuir desigualdades exorbitantes de oportunidades. Ao fim e ao cabo a dimensão social da cidadania objetiva eliminar desigualdades autorreproduzidas. Como? Fortalecendo e dando assistência aos mais vulneráveis (ROBERTS, 1997).

Tal é o propósito do Sistema de Proteção Social brasileiro: garantir segurança de subsistência, convívio familiar e acolhida às pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade social. São indivíduos e grupos em situação de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, dentre outros. (PNAS, 2004). Os serviços desse sistema estão divididos por níveis de complexidade: proteção social básica e especial de média e alta complexidade. Suas linhas de atuação abrangem desde o provimento de serviços de apoio e sobrevivência até a inclusão em redes sociais de atendimento e solidariedade. Trata-se de um serviço polêmico, pois embora tenha se tornado indispensável a seguridade da população que vive sob condições de extrema vulnerabilidade no Brasil, suas medidas são paliativas.

A proteção social atua no suprimento de necessidades básicas, garantindo um mínimo de saúde física e autonomia aos usuários para que possam dar continuidade as suas vidas. O presente trabalho aborda um serviço do sistema de proteção especial de alta complexidade. Ele se distingue dos demais por atender precisamente os mais vulneráveis dentre os usuários, isto é, aqueles que vivenciam sua condição de vulnerabilidade distantes do seu núcleo de origem, sem referências, com vínculos familiares rompidos e muitas vezes em situação de ameaça. Essa modalidade conta com serviços de proteção integral (moradia, alimentação e higienização) em instituições de acolhimento como Albergues, Casas Lar, Repúblicas e Casas de Passagem (PNAS, 2004).

2.1. A Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias do Distrito Federal

Em Brasília, a Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF), vinculada à Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal, é a unidade responsável pela proteção de alta complexidade do grupo de homens adultos solteiros e famílias. Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o acolhimento institucional voltado a esse público deve funcionar em unidades inseridas na comunidade, com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada. *“As unidades devem estar distribuídas no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos”* (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2014, p.45).

Os objetivos do acolhimento são: garantir proteção integral aos usuários; contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; possibilitar a convivência comunitária; promover o acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; e promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais. A esses objetivos são acrescidos de modo particular o atendimento de adultos e famílias: o desenvolvimento de condições para a independência e o autocuidado, e a promoção do acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014).

A UNAF, popularmente conhecida como Albergue, presta serviços de acolhimento de caráter provisório à população em situação de extrema vulnerabilidade social: pessoas em situação de rua, desabrigo, sem condições de autosustento, vítimas de ameaça, calamidade pública, refugiados, erradicados de áreas irregulares e migrantes. Segundo D., funcionária da unidade, o serviço é de acolhimento, mas a demanda nunca é apenas o acolhimento. Geralmente os usuários buscam, por intermédio da unidade, uma oportunidade de trabalho, tratamento médico, tirar documentação, acompanhar tramites judiciais, dentre outros.

Atualmente, a unidade contém cento e cinquenta leitos. O serviço é voltado predominantemente para homens adultos e solteiros. Mulheres podem ingressar desde que acompanhadas por seus respectivos parceiros. Cada quarto contém seis leitos, exceto aqueles reservados às famílias, cujo espaço é maior e restrito aos membros (independentemente da quantidade de filhos). Um quesito básico para a estadia é possuir a maior idade. Indivíduos menores de 18 anos devem estar acompanhados pelos pais. Atualmente, a demanda é feita por encaminhamento dos seguintes órgãos: CRAS, CREAS, SUAS 24h, CentroPop, Cidade acolhedora, Defensoria pública, Hospitais e centros de saúde, Casa Santo André e também por iniciativa própria.

Ao chegar no abrigo os acolhidos participam de uma oficina de boas-vindas onde recebem informações necessárias à sua estadia. O serviço inclui: acolhimento provisório, alimentação, local para repouso e material de higiene pessoal. Além disso cada acolhido tem acesso a um plano individual de atendimento (PIA) com profissionais especializados: assistentes sociais, educadores sociais, psicólogas e psiquiatra, quando necessário. A unidade conta também com três núcleos de atendimento (NANT, NAPS E NUCODH) voltados a instruir os acolhidos em sua busca por trabalho, tratamento de saúde e desenvolvimento humano. O período máximo da estadia é de noventa dias, porém, existe a possibilidade de prolongamento desse período a depender da demanda.

Na oficina de boas-vindas os acolhidos são orientados a seguir à risca os horários da unidade, de entrada, saída e refeições. Devem também cumprir as regras de conduta do local, sob o risco de sofrer suspensão ou mesmo desligamento, conforme a gravidade da falta ou sua reincidência. As funcionárias explicam que o ponto mais elementar a ser observado é o *respeito*, pois essa palavra sintetiza todos os outros deveres: de cuidar da higiene pessoal, limpar o quarto, tratar bem outros acolhidos e funcionários, não mexer nos bens alheio, etc. Em uma tonalidade que oscila entre a seriedade e a docilidade, elas buscam estimular os acolhidos a assumirem três posturas dali em diante: *resiliência, autocuidado e autonomia*. Na apresentação, as funcionárias descrevem a vaga na unidade como uma oportunidade preciosa, bastaria observar o número exorbitante de pessoas em situação de rua e, ao seu redor, quantas lograram ingressar no abrigo. “*Vocês devem aproveitar esse momento para pensar um novo projeto de vida... Às vezes alguns chegam aqui com baixo autoestima, por tudo que já passou na vida, mas é importante se amar, se cuidar... Isso é um momento. Vai passar*” (P. Funcionária da UNAF).



*Foto: recepção UNAF. Fonte: Brasília Capital; Caderno Cidades:
<http://www.bsbcapital.com.br/albergue-do-caos/>*

2.2. O cenário conflituoso entre moradores e “albergados”

Inaugurado em 1990, o abrigo foi construído à época em uma região afastada do perímetro urbano. Aos poucos, uma ocupação próxima ao edifício se expandiu formando o que é hoje a Vila Areal. Um conflito duradouro marca a relação da Vila com o abrigo. Moradores da região alegam que a unidade de acolhimento gera insegurança e desvaloriza os imóveis da região. Também manifestam reiterado incômodo pelo comportamento indevido dos acolhidos, que, em seu discurso, são inconvenientes, promíscuos, pedintes e drogados. Os moradores dão grande destaque ao caráter duvidoso dos “albergados”, que, na sua concepção, são desonestos e perigosos.

Acho que quem realmente quer, quem tá atrás de um tratamento, não fica perambulando como eles ficam ali, incomodando. Um outro travesti, que é albergado, se depilando na porta do prédio... Inclusive, você poder ir lá na frente...tem mais de dez apartamentos para alugar. É um problema social gravíssimo, e ainda vem com o agravante do crack, né? (L. Morador da Vila Areal).

Frequentemente, escândalos de violência no Areal minam a tolerância dos moradores com acolhidos, tornando a relação com o abrigo particularmente difícil. De fato, a violência é uma constante no Areal, acentuada muito em razão da presença marcante do tráfico de drogas na região. Mas, para muitos moradores da Vila toda a insegurança está associada, direta ou indiretamente, ao albergue. Inúmeras manifestações foram realizadas exigindo a remoção da UNAF: protestos, abaixo assinados, cartas de repúdio e convocação da imprensa local. O apogeu do conflito se deu em 2011, quando um ex-acolhido da unidade sequestrou e matou Beatriz, criança de nove anos que vivia no Areal. Depois disso, as reivindicações pela remoção do abrigo se intensificaram.

Isso foi a gota d'água. Nós descobrimos que foi um ex-albergado quem fez isso com a criança. Aí nós criamos o movimento pela remoção do albergue, fizemos várias manifestações, fechamos o Pistão, chamamos a imprensa. Inclusive, chegaram a derrubar parte do muro. Esse foi o estopim. Depois disso aí colocaram fogo num albergado, depois acho que o pessoal matou mais dois. Eu sou contra. Sempre fui pelas vias legais. Só que tem gente que pensa diferente, querem fazer mesmo uma limpeza. (L. Morador da Vila Areal).

Nos anos que se seguiram ao escândalo Beatriz a discussão sobre a remoção do albergue ficou adormecida graças à deliberação da Câmara Legislativa do Distrito Federal em manter o abrigo no local sob o compromisso de realizar uma reforma notável na unidade e no serviço de acolhimento do DF como um todo. A intervenção na UNAF foi realizada no sentido de melhorar a infraestrutura do prédio, investir na formação dos funcionários, e diminuir o número de leitos. Já no serviço de proteção social do DF foram tomadas medidas como a inauguração de CentrosPop, CREAS e uma proposta, ainda em andamento, de descentralização do atendimento. Novas unidades seriam construídas em São Sebastião, Planaltina e Ceilândia.



Fotos: Dormitórios a partir da calçada, blocos de dormitórios e área em reforma. Fotos da autora/ Nov. 2013.



Foto: dormitórios antigos à esquerda e dormitórios revitalizados à direita. Fotos da autora/ Out. 2016

Com a mudança, não mais se verifica o cenário caótico da instituição de anos atrás. Funcionários descrevem que houve um tempo em que o albergue comportou mais de mil acolhidos, em um ambiente insalubre e fora de controle. A título de comparação, o atual limite prescrito na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014) é de 50 pessoas por unidade de acolhimento. Mesmo após as reformas, a UNAF ainda comporta três vezes mais que o limite recomendado pela Tipificação, mas para o porte dessa unidade, ampla em extensão e estrutura, o atual número de leitos é considerado adequado pelos funcionários da instituição. Ainda que as mudanças tenham amenizado o conflito com os moradores, o anseio da população em se livrar do abrigo permanece. Em seu discurso os problemas associados à unidade perduram ou são atualizados. “O que mudou foi que o governo, pra pirraçar a gente, fez, foi reformar lá. Parece que melhorou

a instalação, mas o problema continua o mesmo. Se você passar lá na frente agora você vai ver os usuários de crack.” (L. Morador da Vila Areal).

O debate sobre a remoção da unidade, que havia ficado adormecido desde as manifestações mais radicais de 2012, voltou a pauta recentemente na reunião “Câmara em Movimento”, realizada no dia 15 de junho de 2016, na Escola Técnica da Vila Areal. Mais uma vez a iniciativa de líderes comunitários teve amplo apoio da população local e de representantes do governo, como a deputada Celina Leão que prometeu criar um projeto de lei proibindo a instalação e permanência de albergues em áreas residenciais⁵. Mas a repulsa não é exclusiva do Areal. “*Ninguém vai querer*”, diz o morador E. ao descrever a rejeição da população de São Sebastião e Ceilândia à criação das novas unidades de acolhimento. Na fala do morador, o tom de obviedade revela a naturalização da recusa, como se fosse evidentemente intolerável a convivência com o abrigo.

A uns dois meses atrás teve uma audiência pública aqui na escola técnica (Câmara em Movimento) e uma das temáticas foi justamente a retirada do albergue aqui do Areal. Unânime. A reivindicação de todos os segmentos da comunidade era que esse serviço saísse daqui. Por isso, porque eles associam tudo que acontece de violência, de tráfico de drogas a essa população. [...] Os pontos de drogas daqui tem relação com os albergados? Tem. Não posso dizer que não. Mas se a UNAF sair daqui esse problema vai ser solucionado? É possível atribuir ao abrigo essa responsabilidade? Acho que não. (A. Funcionária da UNAF).

A principal reivindicação dos moradores da região é pela remoção do abrigo. Soluções alternativas giram em torno de melhorias na infraestrutura do local, ofertas de trabalho e formação técnica para os acolhidos. Mas essas sugestões aparecem menos como alternativas que como complementos ao pedido de remoção. Vale observar que as sugestões referentes ao aprimoramento do serviço expressam manifesta preocupação com os acolhidos, mas têm como motivação secundária livrar a cidade da circulação da população em situação de rua e os próprios moradores dos medos, incômodos e descrédito associados a convivência com essa população. A fim de esclarecer os incômodos e a principal reivindicação dos moradores é necessário observar algumas peculiaridades da Vila.

⁵ Reportagem em Anexo.

2.3. A Vila Areal

O Areal origina de uma ocupação de migrantes que vieram a Brasília por volta de 1980 em busca de melhores condições de vida. À época o grupo apostou em um terreno baldio próximo a Taguatinga para se instalar. A moradora C., anciã da Vila, conta que, no início, haviam poucas casas feitas com caixotes de maçã. As famílias da comunidade apoiavam umas às outras com o suprimento de necessidades básicas e proteção. Juntas fundaram uma associação de moradores a fim de negociar com o governo melhores condições de vida para a comunidade e regulamentar o assentamento. Por intermédio da associação os moradores conseguiram angariar água, energia, saneamento básico, escolas, creche e transporte público.



Fotos: moradores se reúnem com Joaquim Roriz, governador do Distrito Federal em seu mandato de 1988 – 1990. Fonte: fotos de moradora C.

Menina, a gente ficava na reunião até 10, 11h da noite. Naquela época não tinha energia, não tinha água, não tinha nada. Um ia me deixar em casa, outro ia deixar outro, fazia aquele grupo assim, né? Aí registramos essa associação e através dela conseguimos muitas coisas, até o assentamento aqui. A escola começou a funcionar num barraquinho de madeira, era dividida com aqueles panos de chitão, sabe? Ônibus não entrava aqui, a gente vinha a pé. Menina, no dia que entrou ônibus aqui... (risos) foi um churrasco lá pra baixo. A pista era de terra vermelha, quando

passava um ônibus cobria a gente de poeira. Mas era bom, sabe? Tudo era motivo de festa. (C. Moradora da Vila Areal).

Nos dias atuais, a vila encontra-se completamente inserida na malha urbana e contém 22.255 habitantes (PDAD, 2016). A moradora C. relata que nos últimos anos muitos dos anciãos venderam seus lotes e se mudaram para regiões mais afastadas da cidade. Trata-se de um efeito da gentrificação urbana operante no Distrito Federal. A moradora relata que a solidariedade entre os moradores vem diminuindo com a ampliação da Vila, ainda assim, perdura um forte sentimento comunitário entre os moradores mais antigos e os moradores mais novos a ele vinculados. A coesão do grupo deriva, em larga medida, da memória compartilhada de lutas e conquistas das primeiras associações de moradores. Desde então, os anciãos vêm formando determinadas afinidades e aversões semelhantes. Construíram juntos uma “identidade nós” e a sensação de pertencimento ao grupo leva-os a acolherem preocupações e propósitos uns dos outros. Pelo exemplo das primeiras associações, os moradores da vila aprenderam a se unir em torno de uma causa comum, e muito embora lamentem a diminuição da solidariedade nos anos recentes, ainda encontram na comunidade uma forte motivação para o engajamento, por exemplo, em defesa do parque ecológico ou em oposição a UNAF.

O Areal atualmente pertence a Região Administrativa de Águas Claras (RAXX). Essa região é circundada por Taguatinga, Riacho Fundo, Guará e Núcleo Bandeirante, como mostra o mapa abaixo. Águas Claras se subdivide em Águas Claras vertical e horizontal, essa última composta pela Vila Areal e o Setor Habitacional Arniquireiras. A primeira recebe o nome de “vertical” por seu urbanismo peculiar, em relação às demais regiões de Brasília, marcado por grandes edifícios. Ali, 76,5% da população vive em apartamentos (PDAD, 2016). A Região Administrativa XX possui atualmente 148.940 habitantes, sendo que 22.255 moram na Vila Areal, 97.915 em Águas Claras vertical e os demais vivem em Arniquireiras (PDAD, 2016).



Mapa Regiões Administrativas do Distrito Federal. Fonte: site da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (link: <http://www.semarnh.df.gov.br/qualiar/mapa.html>).



Mapa Águas Claras - Setores coloridos. Fonte: site administração de Águas Claras (<http://www.aguasclaras.df.gov.br/mapas.html>). 1) Águas Claras vertical; 2) Areal; 3) Setor habitacional Arniqueiras; 4) ADE (Área de desenvolvimento econômico); 5) Taguatinga Sul; 6) Parque Way; 7) Vicente Pires.

O nível de escolaridade de Águas Claras Vertical e da Vila Areal se vê destoante pela porcentagem da população que possui o nível superior completo. Em Águas Claras, 53,1% dos moradores concluíram a graduação, enquanto no Areal o grupo com ensino superior se reduz a 16,5%. Ainda, dentre os habitantes da Vila, 21,3% não concluíram o ensino fundamental. A fragilidade da educação no Areal também se revela pela debilidade da oferta de ensino. A Vila conta com uma escola técnica que atende jovens de todo DF, contudo, não possui uma escola de ensino médio para os moradores. Cerca de 42% da população do Areal estuda em Taguatinga e 36,9% na Região Administrativa de Águas Claras (PDAD, 2016).



Foto: Águas Claras vertical. Fonte: Reportagem Correio Braziliense “Renda em Águas Claras é três vezes maior que no vizinho Areal, diz Codeplan”, em 23/04/2014.

A qualidade de vida nas duas regiões também é desproporcional. Em Águas Claras vertical, 82,5% da população afirma viver em ruas arborizadas, 71,4 % têm acesso a jardins e parques próximos a sua residência e 74,8% vivem próximos a pontos de encontro comunitário (PEC). No Areal, apenas 23,3% dos moradores tem acesso a pontos de encontro comunitário perto de sua residência, 36% afirmam viver em ruas arborizadas e apenas 16,3% tem acesso a jardins e parques.

Os dois grupos também se distinguem consideravelmente no tocante a ocupação. A maior parte da população economicamente ativa empregada de Águas Claras vertical (36,4%) dedica-se à administração pública, enquanto a atividade predominante na Vila Areal é o comércio (30.1%). Um último contraste fundamental entre os dois setores diz respeito ao diferencial de renda de sua população. A renda domiciliar média em Águas

Claras vertical (13,3 salários mínimos) equivale a três vezes a renda domiciliar média no Areal (4,9 salários mínimos), como mostra a tabela abaixo:

Setor	Renda Domiciliar Mensal		Renda Per Capita Mensal	
	Valores Absolutos R\$	Valores em Salários Mínimos	Valores Absolutos R\$	Valores em Salários Mínimos
Águas Claras Total	9.404,43	10,69	3.391,07	3,85
Águas Claras Vertical	11.692,54	13,29	4.537,07	5,16
Arniqueiras	5.744,90	6,53	1.647,80	1,87
Areal	4.361,43	4,96	1.552,08	1,76

Tabela: Renda Domiciliar Média Mensal e Per Capita Média Mensal – Águas Claras – Distrito Federal - 2016. Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD, 2016.

No imaginário social as disparidades apresentadas são convertidas em uma hierarquia entre os setores, a qual tende a exaltar o mais privilegiado (Águas Claras vertical) e a menosprezar os mais destituídos (Areal e Arniqueiras). A discriminação se nota pelo descaso da administração pública com as demandas da Vila, afirma E. Para o morador, o contraste da atenção dedicada aos parques ecológicos de cada um dos setores reflete a negligência do governo com a população do Areal.

Nós hoje somos chamados de parte horizontal de Águas Claras. A parte horizontal de Águas Claras é discriminada, é totalmente discriminada. Tanto que existe o conselho comunitário de segurança lá em Águas Claras e o Areal não foi convidado. A maior demanda seria aqui. (E. Morador da Vila Areal).

Além disso, uma divisão de competências no que toca a administração da Vila é encarada pelos moradores como descaso do poder público, que dificulta a resolução de seus problemas e o registro de suas reclamações. Oficialmente, a Vila pertence a Administração de Águas Claras, porém, na prática, essa RA divide com Taguatinga a responsabilidade pela Vila. A negligência apontada pelos moradores deriva do jogo de “empura-empurra” que as duas administrações fazem quando o assunto é o Areal.

É uma bagunça danada. As vezes tenho um problema na minha quadra, venho aqui (Administração de Águas Claras), eles falam pra ir em Taguatinga, vou lá eles falam pra vir em Águas Claras (I. Morador da Vila Areal).

Por exemplo, segurança, saúde, saneamento básico a gente quase não tem. Depois de tantos anos de assentamento. Parece que a

gente fica esquecido. E principalmente porque a gente aqui não tem uma administração. A gente vai na administração de Águas Claras para muitas coisas, outras na de Taguatinga. A gente chega lá ‘Olha, a gente quer isso e aquilo’. Um fica jogando pro outro. Quer dizer, são duas administrações e ninguém atende. (C. Moradora da Vila Areal)

Mas o descaso do poder público não é tudo. A vila ficou conhecida em todo o Distrito Federal por seus casos mais emblemáticos de violência, sobretudo após a publicização dos escândalos envolvendo o albergue em 2012. O Areal é bastante desvalorizado no cenário urbano por possuir a UNAF em seu território, seja pelo baixo custo de seus imóveis, seja pelo descrédito atribuído à sua gente. Os moradores herdaram do abrigo o estigma de perigo e desordem, por isso frequentemente têm de lidar com a desconfiança e rejeição dos habitantes de outras RAs.

E o que eu vejo de mais negativo é essa parede: Águas Claras de um lado e o Areal de outro sendo a mesma cidade. A gente percebe que o lado vertical não vê o povo do Areal como realmente moradores de Águas Claras. Muitas vezes falam assim: Você mora aonde? E eu: Na 06. ‘Ah, no Areal?’ (Tom de desprezo). Eu já participei de algumas reuniões com autoridades e não esqueço quando uma moradora (de Águas Claras vertical) falou assim: “É, a gente precisa cuidar daquele povo ali pra que a gente não tenha problemas aqui na cidade”. Como se os problemas só estivessem do lado de lá (Areal). (I. Morador da Vila Areal).

Pela debilidade de sua infraestrutura urbana e padrão de vida baixo em relação ao vizinho classe média, os moradores da Vila Areal tendem a perceber os dilemas associados a UNAF como um infortúnio suplementar, portanto, descartável. A indignação dos moradores com o abrigo é potencializada por se saberem detentores de uma “má-sorte” que jamais atingiria regiões mais prósperas de Brasília. O morador L. ironiza a transferência do abrigo para áreas nobres da cidade ciente de haver um consenso implícito quanto a improbabilidade da sugestão

Tinha que ser no Plano, né? (risos). Eu até sugeri para o governador. Na época, nós tivemos um debate com o governo. Eles falaram que não. Eu falei: Pô, então coloca lá na rodoferroviária ou leva lá pro Palácio do Buriti, já que você falou que eles têm que ter acesso, lá é o melhor lugar. Leva pra lá, tira daqui. É muito simples. (L. Morador da Vila Areal).

2.4. O pedido de remoção: argumentos e perfis

No Areal, a legitimidade do serviço de acolhimento é colocada em cheque por diferentes vias. Uma classificação aproximativa dos argumentos favoráveis à remoção do abrigo permite observar de forma mais cautelosa os pressupostos e intenções latentes a cada um dos posicionamentos em relação ao albergue. Importa observar as avaliações subjacentes aos argumentos dos moradores a fim de demonstrar, mais adiante, desdobramentos de sua hierarquia de valores na promoção de uma concepção restritiva de cidadania. Essa, por sua vez, tem papel central na sociodinâmica das desigualdades operante na Vila Areal.

Um primeiro argumento é apresentado por moradores radicais, que justificam o pedido de remoção por negar a necessidade desse tipo de abrigo. Esse grupo é contrário a própria existência de albergues públicos. Como pano de fundo do argumento, existe a ideia de que os indivíduos devem responder individualmente pela sua condição de miséria. Questiona-se a política social tendo por pressuposto a distinção entre mais ou menos dignos de investimento do governo e mais ou menos legítimos de ocupar o espaço público. Seria desperdício, ou mesmo um grande erro, investir em “*vagabundos*”, “*vadios*”. O porta-voz desse grupo também se mostra avesso aos direitos humanos que “*passam a mão na cabeça dos bandidos*” (L. Morador da Vila Areal).

Um segundo argumento, mais comum, reivindica a remoção do abrigo alegando seu mal funcionamento. Por essa perspectiva, o problema central diz respeito a “*falta de critérios*” da unidade em selecionar os acolhidos. Nesse caso, os moradores reconhecem a política de acolhimento como válida, mas condicionam sua validade ao atendimento de demandas que julgam legítimas, bem como ao empenho continuado dos usuários em se mostrar merecedores do benefício.

Do ponto de vista dos moradores, a discriminação entre as demandas legítimas e ilegítimas por acolhimento deriva, em parte, do que consideram um motivo justo para a requisição do serviço e, em parte, das expectativas de comportamento que atribuem a um beneficiário digno do atendimento. Nesse caso, espera-se que busque trabalho, porte-se bem, não incomode, não use drogas, etc. Os acolhidos são então separados em trabalhadores e vagabundos, gente de bem e delinquentes, decentes e indecentes, honestos e desonestos. No discurso dos moradores o acolhimento legítimo é voltado a famílias desalojadas, idosos abandonados e pessoas que vêm a Brasília em busca de tratamento

médico ou trabalho. O grupo de ilegítimos é composto por alcoolistas, usuários de drogas e desempregados que não buscam trabalho fixo (vagabundos); praticantes de pequenos furtos e criminosos (delinquentes); trapaceiros e mentirosos (desonestos); promíscuos e “travestis que se depilam na porta do abrigo” (indecentes).

Eu vi que lá tem muita gente que vem de fora pra fazer tratamento médico, pessoal com câncer de pele, ali a pessoa precisa, né? Vem de outros estados e tudo. Mas fica junto com todo mundo. Eles recolhem o pessoal na rodoviária e traz. [...]As pessoas que precisam de tratamento... albergue é pra isso, né? Eles vêm por um tempo e não têm onde ficar, aí tem um lugar ali do governo. Acho que, por exemplo, aquele que cuida da saúde tinha que ficar separado desses outros. Porque tem muito malandro no meio, né? Tem muita gente boa, que vem se tratar com criança e tudo, mas tem muito... vadios que ficam no meio, né? (C. Moradora da Vila Areal).

Alguns funcionários compactuam da distinção subliminar desse segundo argumento, mas utilizam-na de forma defensiva, para legitimar o serviço em razão dos “merecedores”:

A gente vê muitos tirando carteira de trabalho, procurando tirar documentos, procurando assistência social pra isso, e tem um grupo que nem sai, só vem, come e vai pro quarto. Assim, a maioria não quer, digamos que 60%, mas tem os 40% que querem sim mudar de vida. Então tem que ter essa oportunidade, as vezes a pessoa aproveita e vai refazer a vida. (Ce. Funcionária da UNAF).

Um terceiro argumento justifica a remoção da UNAF, tendo em vista um projeto alternativo de aproveitamento do espaço público onde a unidade se encontra. Seus defensores afirmam reiteradamente “não se tratar de discriminação”, apenas acreditam que o espaço deveria ser destinado a atender necessidades mais urgentes da população local, como a de uma escola pública de ensino médio, da qual a vila carece, ou um centro educacional voltado para os jovens ociosos da região, que sem o devido amparo estão mais suscetíveis ao envolvimento com o tráfico de drogas. Note-se que no primeiro argumento também aparece uma distinção acerca do que os moradores consideram mau e bom aproveitamento do espaço público, mas ali, o julgamento deriva do entendimento de que o albergue é inútil.

Defensores do terceiro argumento não negam a relevância do abrigo, mas entendem que ele deveria estar localizado fora da cidade. Como pano de fundo para a seleção de prioridades para o uso do espaço, temos a distinção entre população e não população. No discurso dos moradores os estrangeiros não possuem o mesmo direito a

cidade que os autóctones. Uma ressalva: a UNAF está instalada em uma área extensa e bem localizada, isto é, de fácil acesso para outras regiões do Distrito Federal. Por essa razão, tem sido alvo de interesse não apenas da população local, mas também de investidores que ambicionam o rearranjo do espaço para fins mercadológicos ou de especulação imobiliária.

Os diferentes argumentos apresentados para a remoção da UNAF correspondem a determinadas visões de mundo, que, por sua vez, mantêm íntima relação com determinadas condições e modos de vida na Vila Areal. A devida compreensão do conflito naquela região exige levar a sério a reivindicação dos moradores, porém situando-a espaço-temporalmente. Impõe observar diferentes fatores que influenciam a enunciação dos moradores, de modo que seja possível identificar a correlação entre suas posições no espaço social, disposições de comportamento e tomadas de posição (Bourdieu, 1996).

Na pesquisa realizada em 2013 observou-se que nas imediações do abrigo o anseio pela remoção era praticamente unânime (CANDIDA, 2013). Trata-se de um bairro humilde e desfavorecido da Vila Areal. Os moradores que vivem ali insistem firmemente no pedido de transferência, talvez por serem as principais vítimas de acolhidos pedintes e malfeitores. Na pesquisa atual, contudo, foram selecionados diferentes perfis de moradores a fim de se criar uma amostra representativa da população do Areal. Dessa vez foram identificados quatro diferentes perfis de moradores segundo suas opiniões quanto à remoção do abrigo: opositores radicais, favoráveis à remoção, contrários a remoção - que habitam condomínio fechados e contrários a remoção - defensores dos acolhidos.

O primeiro grupo, formado por opositores radicais à UNAF, reivindica fervorosamente a remoção do abrigo. São os porta-vozes do primeiro argumento. Sua rejeição está frequentemente ancorada em informações equivocadas sobre a unidade; o que dificilmente percebem, pois evitam qualquer tipo de aproximação. Esses moradores afirmam não possuir, tampouco almejar, qualquer contato com o albergue e albergados. Sua expressão de repulsa costuma vir acompanhada de relatos de violência que marcaram o Areal; mas não narram esses casos como espectadores de uma tragédia apresentada pela TV apenas, senão como as próprias vítimas da violência ou como pessoas próximas as vítimas. Esse grupo é composto por moradores antigos do Areal, que vivem nos bairros

próximo a UNAF. Seus representantes reclamam sistematicamente da negligência do poder público para com sua demanda por segurança.

Não, eu não tenho contato com esse povo não. Aí o pessoal acha ruim, mas eu vou te falar a verdade: quem é gente boa mesmo não aguenta ficar lá. A pessoa decente, que tem um pouco de vergonha na cara não fica lá. (L. Morador da Vila Areal).

Um segundo grupo de moradores favoráveis a remoção distingue-se do primeiro por um posicionamento moderado. Seus membros negam qualquer tipo de discriminação e evitam culpabilizar expressamente os acolhidos por sua condição. No entanto, os discriminam de forma camuflada entre legítimos e ilegítimos para o acolhimento, conforme o segundo argumento. Não negam a relevância de um abrigo público para a população vulnerável, mas se contrapõem a sua localização. Ativam, nesse caso, o terceiro argumento. Quando questionados sobre seu envolvimento com os acolhidos, alguns contam que já estabeleceram contatos eventuais com a instituição - quando membros da associação de moradores ou por atividades beneficentes - mas mantém distância dos acolhidos.

Porta-vozes desse grupo alegam que a transferência da unidade para o meio rural favoreceria tanto aos moradores quanto aos acolhidos. As projeções otimistas para uma vila sem abrigo são claras, já os argumentos que atestam as vantagens de ser albergado longe da cidade são confusos. As “vantagens” para os acolhidos são mesmo verbalizadas em uma tonalidade duvidosa, seria: ter acesso ao trabalho do campo e se ver livre da discriminação a que estão sujeitos no meio urbano.

Colocar em uma área rural que, de repente, poderia até abranger outros projetos como projetos rurais ou alguma coisa assim nesse sentido (embaraço, constrangimento). E tendo a assistência que eu falo. Se a pessoa vem para a saúde, de repente uma kombi ou um atendimento médico. Acho que a retirada só não seria interessante, acho que a retirada com um projeto. Porque tem muito atrito com moradores e comerciantes. Aqui mesmo, as pessoas que vêm para o albergue não podem ficar o dia todo (informação equivocada), então eles vêm pra rua, vêm pra porta do comércio, da comunidade, pedir. As pessoas ficam com medo. Outros ficam deitados na praça ali o dia todo sofrendo discriminações. Então eu acho que o benefício seria evitar o atrito com a comunidade geral. (E. Morador da Vila Areal).

O terceiro grupo de moradores não se opõe a UNAF. Seus membros reconhecem a violência no Areal, porém, não atribuem a responsabilidade ao albergue. Mostram-se

esclarecidos, e mesmo compassivos, em relação as dificuldades da pobreza vivenciada pelos acolhidos. É preciso considerar, todavia, que esse grupo de moradores não está efetivamente sujeito aos mesmos riscos e incômodos que os demais, pois vivem em um setor de condomínios fechados, relativamente novo na Vila Areal. “*Acho que é uma coisa que tem que existir, já tava aí... Acho que não tem problema nenhum assim não. E hoje em dia, em condomínio... É mais seguro.*” (H. Moradora da Vila Areal). Os condomínios se destacam do restante da vila em diferentes aspectos: visualmente, pelos prédios verticalizados, pela segurança, mas também pelo padrão de vida, nível educacional e renda de seus moradores. O morador L., pertencente ao grupo 02, descreve o caráter destoante dos condomínios fechados em relação ao setor onde foi criado:

E aqui é interessante que um asfalto separa a população. A maioria do pessoal desse lado de cá, onde minha mãe mora, são ex-favelados, digamos assim. Ali pra cima são mais os funcionários do GDF. Se você andar ali pra cima você já sente a diferença de tudo: de nível cultural, de nível de educação. A maioria dos homicídios, pesados mesmo, foram desse lado. Do tempo que o Areal se consolidou como bairro de Águas Claras, lá quase não teve homicídio. (L. Morador da Vila Areal)

Os condomínios fechados estão localizados próximo a Universidade Católica de Brasília e de frente para a UNAF. Contudo, barreiras materiais, culturais e afetivas levam ao total distanciamento entre condôminos e acolhidos. O único contato estabelecido entre os membros desse grupo com o albergue ocorreu por atos beneficentes de doação de roupas e utensílios. “*Domíngo eu até fui levar umas roupas pra doar lá. Mas assim, eu entrego da portaria, eu nem entro.*” (H. Moradora da Vila Areal). Também mantém pouco ou nenhum contato com os demais moradores do Areal. Passam pouco tempo na Vila, afirma Z. Costumam sair pela manhã e voltar a noite. Z, membro do grupo 02 e funcionário de um dos prédios relata que ali não há permissão para a aproximação de acolhidos.

“Eu não tenho medo não, mas muitos moradores têm medo, pessoal do prédio aqui. Sempre vem alguém de lá pra pedir coisas, eu digo ‘Rapaz, aqui a gente não permite não, e é bom você sair daqui porque você é uma pessoa que a gente não conhece e a visita de você não é bem vinda aqui’ [...] Mas na minha mente tinha que mudar esse lugar, ficar aí é muito paia. Dá muita gente estranha. Faz até sentido mesmo o pessoal ter medo. - Você acha que é perigoso? - Não, perigoso não é não. Eu trabalho aqui de noite e é de boa. Silencioso, ninguém mexe com ninguém... mas muitos moradores têm medo. - Estranhos como? - Gente que ninguém

nunca viu de repente aparece e você não sabe de onde”. (Z. Morador da Vila Areal).



Foto: Condomínios fechados desde a UNAF.

Um último grupo é contrário à remoção do abrigo e defensor ferrenho dos acolhidos. *“A maioria pensa em tirar o albergue e os moradores de rua. Não concordo. Sou totalmente contra.”* (M. Moradora da Vila Areal). Esse grupo é composto por pessoas que no passado vivenciaram situação semelhante de vulnerabilidade, quando experienciaram a vida nas ruas. *“Pra mim foi minha vida melhor (Acolhimento na UNAF), porque antes eu não tinha nada. Eu saí de um mundo muito difícil, sou ex-dependente química. Eu vivi 8 anos no mundo das drogas. Então eles me ajudaram a estar onde eu tô hoje. Tudo que eu tenho devo a eles, aos acolhidos e ao pessoal da igreja”.* (E. Moradora da Vila Areal). Embora esse grupo seja menos numeroso, ele permite evidenciar uma variável que não aparece nos demais grupos: o peso da experiência compartilhada. Tendo vivido na pele dificuldades semelhantes, os integrantes desse grupo entendem ser inconcebível qualquer medida que possa prejudicar os acolhidos. Ao defenderem o albergue alegam não apenas ser esse um serviço inofensivo, mas indispensável.

2.5. Cidadania restritiva: o produto e a promotora de uma ordem desigual

A implementação de políticas sociais envolve dilemas qualitativos inescapáveis, como acerca do grau de universalidade dos benefícios: devem ser focalizados ou universais? Também impõe inevitavelmente uma questão de responsabilidade: a quem compete o provimento das condições básicas de bem-estar? Seria essa responsabilidade privada, comunitária ou estatal? Diferentes modelos democráticos respondem distintamente a essas questões. O modelo liberal dá centralidade a mecanismos de mercado, o corporativista à família e a comunidade, o social-democrata defende a provisão estatal. A maioria dos regimes, porém, combina princípios desses três tipos puros (DOMINGUES, 2002), como é o caso do sistema de seguridade social brasileiro.

No Brasil, o Estado assume um papel central na gestão da cidadania social. Em muitos aspectos a seguridade no país se aproxima ao modelo liberal, em outros se assemelha ao modelo social democrata. O serviço de acolhimento prestado pela UNAF vincula-se a um sistema de proteção social de princípio universalista, contudo o atendimento é restrito à população em situação de extrema vulnerabilidade. As avaliações desse serviço na Vila Areal apontam de forma inarticulada a visão dos moradores sobre os dilemas qualitativos inescapáveis da cidadania social. Naquela conjuntura, se evidencia de que modo a dinâmica social participa da (in) eficácia da cidadania, não apenas porque a população se contrapõe ao serviço de acolhimento, mas porque ao fazê-lo, reforça relações de poder pré-existentes entre moradores e acolhidos.

Os representantes comunitários da Vila Areal reivindicam continuamente a remoção do abrigo daquela região. Cada um dos argumentos favoráveis à transferência apresenta inarticuladamente algum posicionamento em relação aos dilemas qualitativos inescapáveis à cidadania social. O primeiro deles, contrário a existência de albergues públicos, nega a responsabilidade coletiva no que tange à oferta de bem-estar social. O segundo concorda com o provimento estatal do serviço, porém sugere restringi-lo por critérios de motivação justa e merecimento pessoal. Já o terceiro argumento, que na fala dos moradores aparece quase sempre acompanhando do segundo, defende uma prioridade de destinação do espaço público que exclui o grupo atendido pela UNAF. Tudo se passa como se estivessem em jogo prioridades democráticas inofensivas.

Ainda que o engajamento dos moradores pela transferência do abrigo - através de abaixo-assinados, manifestações e reuniões públicas - represente a expressão de uma

cidadania ativa, uma contradição se revela ao observarmos o subsolo moral de lógica hierarquizante em que essas prioridades estão alicerçadas. Em comum, todos os argumentos têm como pano de fundo esquemas distintivos, tais como: pessoas de bem *versus* delinquentes; trabalhadores *versus* vagabundos; decentes *versus* indecentes; honestos *versus* desonestos; população *versus* estrangeiros. Por intermédio dessas distinções discrimina-se legítimos e ilegítimos para ocupar o espaço público e ser alvo de políticas governamentais. Em última instância, esses critérios são manipulados a fim de discriminar cidadãos mais ou menos dignos de direitos, cidadãos e subcidadãos.

A deturpação do princípio da cidadania, no caso analisado, reside parcialmente no tipo de avanço limitado e excludente sugerido pela população: a remoção da UNAF. Os moradores não apenas reivindicam a transferência, mas em sua maioria sugerem como destino alguma região afastada da cidade. Sugestão essa que objetiva não prejudicar nenhum de seus vizinhos cidadãos, com quem compartilham a rejeição pelo albergue. Medidas de apartação como a proposta são um entrave à cidadania, porque reforçam, pela dificuldade de acesso a bens e serviços, a vulnerabilidade dos acolhidos, e, assim, contribuem para a perpetuação de desigualdades excessivas.

Também as motivações privadas que levam ao pedido de remoção traduzem, parcialmente, uma concepção limitada de cidadania, que restringe as demandas coletivas à segurança pessoal e à segurança da propriedade privada. Esse tipo de motivação reflete um efeito perverso do individualismo moderno sobre a cidadania, que diz respeito à colonização da esfera pública por interesses privados. Falta, nesse sentido, uma noção ampliada de interesse público, bem como um quadro de referências que permita a não singularização dos dramas pessoais e sua conversão em problemas pertinentes à vida pública do país (TELLES, 2001). O desvirtuamento da cidadania aqui se evidencia pela centralidade dada à segurança dos moradores nos dois primeiros argumentos favoráveis à remoção da UNAF, somada a negligência a insegurança dos acolhidos e suas demandas.

Não se trata aqui de negar a insegurança que atinge moradores da Vila. Ao contrário, levando a sério suas reivindicações e demandas, conclui-se que a responsabilização de albergados eufemiza os dilemas da região. Oculta-se, pela espetacularização dos escândalos de homicídios, que a violência mais brutal é a cotidiana, e acomete em diferentes níveis tanto moradores quanto albergados. A vulnerabilidade desse segundo grupo, contudo, é agravada pelo desamparo e a privação de atributos

materiais e humanos necessários para contornar toda uma série de extorsões a que estão sujeitos no dia-a-dia.

Embora as motivações dos moradores e a proposta de transferência em si apontem contradições evidentes ao ideal da cidadania, buscar-se-á demonstrar ao longo deste trabalho que é, antes, o subsolo moral de lógica hierarquizante no qual a reivindicação está alicerçada o que caracteriza sua concepção restritiva de cidadania. Ali, um continuum de hierarquização é incessantemente ativado – tácita ou explicitamente - a fim de discriminar moradores e acolhidos entre cidadãos mais ou menos dignos de respeito e direitos. Em todos os argumentos os *albergados* são tratados como um conjunto homogêneo de indivíduos – vadios, vagabundos, indecentes, “malas” ou estranhos – nos quais não se pode ter confiança.

Na Vila Areal as categorias de distinção expostas têm sido manipuladas para justificar a atribuição de status superior e inferior a moradores e acolhidos. Elas são ativadas para demarcar fronteiras entre cidadãos e subcidadãos, dignos e indignos de acessar benefícios do governo e ocupar o espaço urbano. Elias (2000) explica que é necessário fugir a uma lógica racionalista a fim de se compreender a desigualdade de status entre dois grupos. Essas distinções não são totalmente racionais, tampouco são irracionais. Fazem parte de uma fantasia grupal que apenas se torna compreensível à luz de uma configuração social específica, no caso da Vila Areal, a partir da relação de interdependência entre moradores e acolhidos.

As sociedades modernas avançaram no sentido de assegurar a igualdade entre os sujeitos no plano jurídico e político, contudo, no âmbito das relações interpessoais a desigualdade de status é naturalizada. Souza (2003) explica que, para além da garantia de direitos, a efetividade do princípio da cidadania depende de uma percepção compartilhada da igualdade na dimensão da vida cotidiana. Para tanto, é necessário que haja certo consenso interclassista acerca do igual valor humano entre os cidadãos, a despeito de sua origem e ocupação social. Não se trata de uma exigência superficial de tratamento cordial, tampouco implica uma irreal estima idêntica a todos os cidadãos; o central é que os indivíduos possam acessar de forma igualitária as estruturas de oportunidades. No entanto, o princípio da igualdade nunca se universalizou entre o povo brasileiro (SOUZA, 2003). Aqui o compromisso de viver como se todos fossem iguais, inerente a noção de

cidadania, não possui força (PINTO, 2011). Ao contrário, prevalece um acordo subliminar que determina haver valor diferencial entre os seres humanos.

É importante ter em vista que hierarquias de valores são socialmente construídas em consonância com as estruturas sociais, e muitas vezes ratificam desigualdades de poder dessas estruturas sobre a forma de desigualdade de status entre indivíduos e grupos mais ou menos privilegiados. Entende-se que o acordo subliminar da desigualdade de valor humano entre o povo brasileiro é indissociável da desigualdade profunda nesse país. Os sistemas simbólicos permitem dissimular as relações de força que permeiam a vida social ao expressá-las por relações de sentido (Bourdieu, 2002). Sua eficácia consiste em ocultar o caráter arbitrário das categorias de percepção e apreciação, apresentando-as como naturais. Mas seria um equívoco tratar essa hierarquia de valores como algo dado. Ela apenas ganha sentido em configurações sociais específicas, existe para servi-las ou subverte-las.

Na Vila Areal, observa-se uma configuração social que se aproxima ao modelo Eliasiano de interdependência entre grupos *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS, 2000). Naquela conjuntura essa figuração se caracteriza pela relação desequilibrada de poder entre moradores e acolhidos. A desigualdade de poder, nesse caso, ultrapassa o diferencial de renda entre os dois grupos. Compreendê-la exige considerar outra série de fatores como: regras de conduta, padrões de autocontrole, atividade ocupacional e coesão grupal. Essas distinções circunscrevem também diferentes classes entre os próprios moradores, subdivididos nesse estudo em quatro grupos, conforme descrito no item anterior. Foi visto que cada um dos grupos de moradores apresenta opiniões distintas sobre a remoção da UNAF, mas o que os torna efetivamente um grupo vai muito além de sua tomada de posição nesse assunto específico.

Da perspectiva bourdieusiana, as classes sociais se constituem por aproximação no espaço social; significa dizer que possuem uma série de afinidades, mas que se definem também por oposição a outras classes. O espaço social de que tratamos não corresponde ao espaço físico, mas pode acontecer de membros de uma mesma classe ocuparem uma região comum do espaço físico - como ocorre na Vila Areal - afinal, possuem afinidades de consumo, poder aquisitivo, gostos, etc. A classificação de perfis de moradores identificada na Vila Areal permite observar a correspondência entre diferentes posicionamentos acerca da transferência da UNAF e determinadas condições de vida.

Naquela conjuntura, a tônica dos discursos varia conforme os moradores são mais ou menos afetados pelo descrédito, pela violência e também conforme a visão peculiar que têm do abrigo, informada por suas histórias de vida.

Segundo Elias (2000), quando a desigualdade de poder de determinada configuração é elevada e estável, o conflito entre estabelecidos e outsiders tende a ser latente. Já quando é instável, isto é, quando os “inferiores” representam uma efetiva ameaça aos “estabelecidos”, o conflito tende a se tornar explícito (ELIAS, 2000). O cenário conflituoso na Vila Areal assume diferentes formas a depender da posição e da estabilidade dos grupos de moradores. Nota-se, por exemplo, que o grupo 03⁶ demonstra uma aceitação ao albergue que não se verifica entre os outros grupos. Sua “tranquilidade” está intimamente vinculada à posição que ocupa naquela configuração. Por habitarem condomínios fechados e possuírem condições financeiras estáveis, esses indivíduos estão menos susceptíveis às ameaças que os acolhidos representam para os demais moradores. Em seus prédios contam com porteiros e um moderno sistema de segurança, com circuito interno de câmeras. Desfrutam de um padrão de vida relativamente alto em relação ao restante da Vila. Ainda, esse grupo pode ser considerado mais estável em termos de prestígio social, pois acumularam certo nível de capital cultural sob a forma de títulos que lhes garante relativa estabilidade em termos de reconhecimento.

Para os moradores dos grupos 01 e 02 a rejeição ao grupo de acolhidos é naturalizada. Mesmo se não há preconceito manifesto, qualquer aproximação com os *albergados* soa absurda ou, no mínimo, despropositada, afinal, são pessoas muito distintas. As diferenças entre moradores e acolhidos aparecem para os primeiros como dados sensíveis da realidade. Os dois grupos distinguem-se em modos de vida, nível educacional, hábitos, relações familiares, ficha policial, etc. As diferenças são tantas que naquela conjuntura o princípio da igualdade, longe de ser aceito, parece contrariar qualquer bom senso. Mas daí emana uma questão central para o presente trabalho: afinal, em que consiste o *bom senso*? Como se forma esse senso mediante o qual mensuramos a pertinência, razoabilidade e adequação de nossas próprias ações e a de terceiros? Esse senso que aponta a obviedade do distanciamento de *albergados*.

⁶ Uma observação deve ser feita: os moradores entrevistados do grupo 3 eram inquilinos. Esses locatários se beneficiam do baixo custo dos alugueis de um setor desvalorizado no meio urbano, e do status de superioridade por habitarem o bairro mais valorizado da Vila. É possível que os proprietários desses imóveis demonstrem maior contrariedade a UNAF tendo em vista valorizar sua propriedade.

Ao longo do processo de socialização, os indivíduos adquirem um sistema de preferências que orientam suas percepções e escolhas. Esse senso prático não é apenas ensinado, mas internalizado e incorporado nos sujeitos. Sua aquisição depende da origem e posição que cada pessoa ocupa no espaço social. Os esquemas de percepção e apreciação introjetados funcionam como uma espécie de ajustamento das pessoas às condições objetivas em que se encontram. Por essa via os sujeitos assimilam, a um nível infra consciente, as possibilidades apropriadas e condutas razoáveis de sua posição no mundo. Seus julgamentos e percepções encontram-se intimamente vinculados à posição que ocupam no espaço social.

A correlação entre posição, disposições e tomadas de posição explica em parte a rejeição quase intuitiva de moradores dos grupos 01 e 02 ao grupo de albergados. Não se trata de uma aversão pessoal apenas. Aqueles moradores aprendem a julgar, pelo “bom senso”, que o distanciamento de albergados é a melhor escolha. Tanto mais quanto mais sujeitos estão ou estiveram, eles mesmos e seus familiares, ao descrédito e à violência. O “bom senso” nesse caso - que informa a postura adequada em relação aos albergados e a tomada de posição adequada em relação ao pedido de remoção - resulta de um processo de aprendizagem próprio de sua posição no mundo. Não apenas sua posição no espaço físico, mas também no espaço social, isto é, definido por aqueles com quem mantém relações de força.

Devido à instabilidade de sua posição, os moradores dos grupos 01 e 02 sentem-se mais ameaçados pela presença da UNAF na região. A instabilidade diz respeito a sua condição financeira e prestígio social. Em termos de vinculação social são mais estáveis que os demais. Um fator decisivo para a radicalidade do posicionamento do grupo 01 em relação ao abrigo, consiste na generalização de um sentimento de insegurança entre esses moradores. Esse sentimento resulta da conjuração de insegurança social (pela degradação das condições de vida) e insegurança civil (pelo número elevado de atentados à integridade dos bens e pessoas) naquele meio. Castel (2008) explica que nos bairros mais “sensíveis”, os dois tipos de insegurança conjugam seus efeitos fazendo com que a vida cotidiana fique particularmente difícil. Não à toa o grupo mais vulnerável à violência, é também o opositor mais radical ao abrigo.

O grupo 02 se assemelha ao primeiro em suas condições de vida (renda e local de moradia). No entanto, seus integrantes distinguem-se dos primeiros por seu nível

educacional mais elevado e pela carreira profissional de alguns deles, servidores públicos de baixo escalão. Em ambos os casos possuem vínculos familiares coesos. No tocante a religião, ambos possuem membros muito envolvidos com instituições religiosas e outros menos ou desvinculados. Nota-se que o grau de formação mais elevado dos integrantes do grupo 02 (nível técnico e superior) e sua carreira profissional, são fatores de peso na postura moderada que assumem em relação a UNAF. Possivelmente, obtiveram nas esferas educacional e profissional um tipo de formação que faz parecer indelicado ou incorreto se opor diretamente a unidade de acolhimento, motivo pelo qual adornam sua rejeição com explicações de não preconceito. Ainda assim, compartilham com o primeiro grupo a expectativa de remoção da unidade e de algumas de suas categorias de distinção. Diferentemente dos primeiros, contudo, expressam alguma preocupação, embora confusa, quanto as condições de vida dos acolhidos.

Os moradores do grupo 04 constituem uma importante exceção. Estes partilham com os grupos 01 e 02 da insegurança de se viver próximo ao abrigo. Sua vulnerabilidade é agravada pela pobreza e carência de redes de suporte. Compõem esse grupo famílias monoparentais e sem parentes próximos. Suas representantes têm dupla jornada de trabalho e mais de um filho. Esse grupo distingue-se dos demais pela história de vida de suas integrantes, que em determinado momento do passado viveram em situação de rua. A ascendência dessas pessoas não apagou uma memória marcante da vida nas ruas e de todas as dificuldades associadas a essa condição. O grupo não demonstra menosprezo aos acolhidos, tampouco subestima-os. Percebem-nos como sujeitos que precisam do acolhimento e que têm direito a ele; embora concordem que cabe aos próprios acolhidos a decisão de sair dessa condição, como afirmam que aconteceu com eles próprios.

O que unifica os demais moradores (grupos 01, 02 e 04) é a depreciação dos *albergados*. Esta é acusada no grupo 03 pela compaixão, que também serve para demarcar distinções. A depreciação de acolhidos no caso desse grupo se manifesta pelo destaque dado em suas falas a todos os atributos que os distingue dos acolhidos. Uma segunda distinção também é feita por eles em relação aos demais moradores da Vila e se expressa sutilmente pelo caráter “esclarecido” de sua opinião. Enfatizam o absurdo de se culpabilizar “pobres coitados” pela sua miséria e demonstram compreender que uma série de adversidades levou os “atendidos” a estarem naquela condição. Seja ela qual for, afinal, alguns não sabiam ao certo a que se destinava a instituição: se era voltada para a população de rua, dependentes químicos, ou migrantes.

Constata-se que sobretudo nos casos em que há maior instabilidade financeira, de prestígio social e insegurança por parte dos moradores, a estigmatização de albergados é ativada como um mecanismo de proteção e preservação. Na falta de um quadro de referências alternativo para explicar os problemas de sua comunidade, os moradores dos grupos 01 e 02 projetam nos *albergados* a responsabilidade pela insegurança e o descrédito do local. Cria-se deles uma imagem estigmatizada que os associa quase intuitivamente a vagabundos, bandidos, desonestos, indecentes, etc. Sempre que um acolhido comete algum desvio ou imoralidade, reforça a imagem depreciada do grupo na região.

O estigma de *albergado* reforça a subcidadania dos acolhidos naquela conjuntura, ao funcionar como um entrave à sua estrutura de oportunidades. Esse estigma, contudo, só é compreensível à luz da interdependência entre moradores e acolhidos naquela configuração específica. Ali, a imagem depreciada dos *albergados* oculta uma estrutura desigual de poder entre os dois grupos. Ela é forjada como um importante instrumento na disputa por poder naquele meio, pois cria barreiras afetivas que permitem delimitar as posições de cada grupo, preservar a desigualdade de status entre eles, e assim preservar os moradores de descrédito suplementar ameaçado pela proximidade dos acolhidos. A estigmatização enquanto uma estratégia de classe dos moradores se faz compreensível diante de uma configuração homóloga em que a Vila se opõe à Águas Claras.

A posição marginal do Areal em relação a Águas Claras, apresentada como um importante incômodo dos moradores, evidencia a existência de mecanismos próprios dessa população para combater ou evitar seu próprio rebaixamento social. Face ao descrédito atribuído ao seu local de residência, e estendido aos próprios moradores, determinados ataques ao grupo de acolhidos se fazem compreensíveis como sendo, paralelamente ao ataque, um mecanismo de autoafirmação. Protegem nesse caso uma imagem constantemente lesada no cenário urbano. Nota-se que o pedido de remoção da UNAF é parte constitutiva de uma estratégia dos moradores por reconhecimento social. A presença do abrigo na região ameaça não apenas a integridade física daquela população, mas também sua integridade moral. O descrédito da Vila no cenário urbano afeta diretamente seus habitantes, seja privando-os do sentimento de “orgulho do bairro”, do qual Águas Claras esbanja, seja por prejudicar seus negócios e investimentos.

Segundo os moradores, a imagem depreciada da Vila prejudica significativamente o comércio da região e desvaloriza seus imóveis, respondendo, assim, pelo seu próprio “atraso”. Além disso, tudo indica que o descrédito do Areal em relação a Águas Claras e Taguatinga tem sido um entrave à atuação da administração pública na Vila, prejudicando, paralelamente, a qualidade de vida da população. Naquela conjuntura, apenas a segurança fornecida pelos condomínios fechados ou a empatia profunda com albergados pela semelhança de histórias de vida permitiu que determinados moradores entrevistados, dos grupos 03 e 04, se contraponham ao pedido de remoção.

É crucial observar a estigmatização dos acolhidos como parte de uma estratégia de proteção e preservação de uma população que está, também ela, vulnerável – no sentido de exposição a riscos - em sua integridade física, moral e material. Mas, talvez sem que se deem conta, ao manipular determinados esquemas avaliativos para discriminar acolhidos entre mais ou menos dignos, esses agentes cooperam à reprodução de uma estrutura social marcada pela extrema desigualdade. A reivindicação dos moradores representa o engajamento respaldado em uma concepção restritiva de cidadania, que, todavia, ganha sentido naquela configuração específica. Não se trata de justificar seus usos, mas destacar a suscetibilidade de sua ativação em uma situação de conflito em que não se apresentam referências alternativas de compreensão e solução. Importa destacar também que esse conflito apenas se faz inteligível a luz da denegação de reconhecimento que o orienta de forma latente.

A desigualdade de posições no espaço social é inevitável. Contudo, convém observar os efeitos da desigualdade de posições quando convertida, pela atribuição de status desigual, em disparidade de chances de acesso às estruturas de oportunidades e direitos. O preconceito não é uma peculiaridade daquela configuração, mas sim o modo como tem sido usado para limitar o escopo de chances de ascensão e emancipação dos acolhidos. Nota-se que os moradores manipulam determinados esquemas classificatórios a fim de discriminar, naquela conjuntura, pessoas mais ou menos dignas de respeito e direitos. Tal discriminação contraria o princípio da igualdade por seus efeitos práticos, pois tem impactos profundos sobre as possibilidades de autonomização dos acolhidos. Em linhas gerais, essa concepção restritiva de cidadania - que discrimina cidadãos e subcidadãos - tem tido papel determinante nas infinitas sociodinâmicas das desigualdades operantes nos grandes centros urbanos.

Será evidenciado que a concepção restrita de cidadania vigente na Vila Areal tem sido forjada à luz de uma peculiar hierarquia de valores que gabarita moradores e desqualifica acolhidos. A desclassificação social, tanto quanto a privação material, corrobora ao aprisionamento das classes destituídas em sua condição de vulnerabilidade. Será demonstrado que esse tipo de rotulação corrobora a uma sociodinâmica das desigualdades por vias “externas” e “internas” aos sujeitos. No primeiro caso, o descrédito pode levar a denegação de direitos e/ou serve como empecilho ao acesso igualitário à estrutura de oportunidades de ascensão e emancipação. No segundo, o descrédito internalizado nos sujeitos é sentido como um sinal de inferioridade humana e, vivenciado como experiência de desrespeito, pode ser reconvertido em uma autorrelação prática negativa. Ver-se-á que a desclassificação social é um importante meio de coerção das configurações sobre os indivíduos e grupos mais vulneráveis.

A compreensão da subcidadania experienciada pelos acolhidos, e do conflito na Vila Areal de forma mais ampla, exige ultrapassar a intencionalidade dos sujeitos envolvidos naquela configuração. Esta exerce certo poder coercitivo sobre os indivíduos, que frequentemente agem segundo um conjunto de disposições herdadas e conforme estratégias próprias de sua posição no mundo. Seria um equívoco pensar a relação de moradores e acolhidos pela dualidade vítimas e culpados. Apenas à luz da configuração formada pelos dois grupos, observadas suas histórias e posição no mundo, se fazem compreensíveis suas ações. A marginalidade de acolhidos apenas existe *em relação* à centralidade dos modos de vida aprováveis pelos moradores naquela conjuntura; sua subcidadania intimamente ligada ao que se entende por cidadão digno ali. Portanto, a compreensão do conflito na Vila Areal, exige um olhar atento para as interdependências que vinculam moradores e acolhidos em um cenário de conflito que lhes acomete. O litígio reforça naquele microcosmo, e em tantos outros, uma concepção restritiva de cidadania que tem levado à perpetuação de desigualdades excessivas e à cisão das classes populares.

3. Configurações valorativas, desfigurações sociais

3.1. Dignidade privada

Tudo isso é muito novo, essa política pública que atende sujeitos de direito é algo novo. Nossa tendência é querer que eles se transformem em nós, mas não estamos aqui pra transformar ninguém num modelo que a gente considera certo. Nós estamos aqui pra oferecer uma política pública de assistência social pra quem dela precise, sem julgar se ele precisa mesmo. Não nos cabe julgar por que ele está aqui pela décima vez, da mesma forma que um profissional da saúde não pode julgar alguém que chegou lá pela décima vez com o mesmo sintoma da doença. Mas isso é muito teórico, na prática não é bem assim. (A. Funcionária da UNAF).

A UNAF acolhe e frequentemente “reacolhe”, pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social. O regresso de acolhidos à unidade parece evidenciar o fracasso dos esforços direcionados à sua autonomização. Para alguns funcionários do abrigo o desinteresse dos usuários é um dos principais entraves nesse sentido - além da carência material, baixa qualificação, dificuldades de adequação a regras e transtornos psíquicos. Mas sob imperativos próprios de uma ordem social altamente individualizada, o quesito “vontade” ganha proeminência.

Taxados na região próxima de malandros, vagabundos, vadios, dentre outras designações pejorativas, os acolhidos têm acrescido a sua condição adversa o descrédito de quem frustrou expectativas imperiosas de autocontrole e autorresponsabilidade. No imaginário popular a perpetuação da vulnerabilidade ao longo de trajetórias individuais ou familiares aparece como o resultado de escolhas pessoais inadequadas, quando não condenáveis. É comum os próprios acolhidos encararem o insucesso de sua subsistência como fracasso pessoal.

Mas no que tange à má reputação dos *albergados*, ainda mais importante que as causas de sua condição, é a postura que assumem perante a “grande oportunidade” que lhes está sendo concedida. O acolhimento é apresentado como uma página em branco para esses indivíduos, uma possibilidade ímpar de recomeço. Face a essa chance ideal, o desinteresse de alguns acolhidos em construir uma vida estável soa condenável. A falta de vontade dos acolhidos desinteressados contrasta com o ímpeto de outros, empenhados em buscar trabalho, resolver problemas de saúde e tramites judiciais. Daí resulta uma distinção muito comum entre acolhidos *vagabundos* e *dispostos*. Essa distinção, e suas

variantes, aparecem tanto no discurso de funcionários, quanto no de moradores da Vila Areal e também vigora entre os próprios acolhidos.

Na citação que introduz o capítulo, a funcionária A., descontente pelo comportamento discriminatório de alguns servidores da UNAF, lamenta que “ainda” não tenham incorporado o sentido mais profundo da universalidade de direitos. De fato, a concepção “sujeito de direito” é inovação recente na história da humanidade. Em sociedades complexas, altamente individualizadas e diferenciadas, houve um movimento de internalização do reconhecimento jurídico e social, que passou a ser referenciado por propriedades concretas dos sujeitos. A transferência das propriedades estimadas do grupo, como fora em sociedades tradicionais, para o interior do indivíduo, possibilitou certa democratização das formas de reconhecimento. O direito pôde então se desvincular do status grupal e passou a ser atribuído em razão da capacidade – que, em tese, todos compartilham - de decidir autonomamente sobre questões de ordem moral. Daí a imputabilidade moral do sujeito de direito passou a ser concedida por esse critério único e universalizável (HONNETH, 2003).

Segundo Honneth (2003), o reconhecimento jurídico se tornou indispensável à integridade moral dos sujeitos modernos, que esperam ser tratados como iguais perante a lei. A grande inovação das relações jurídicas modernas foi permitir reconhecer um ser humano como pessoa de direito, sem ter que estima-lo por suas realizações pessoais. O tipo de respeito interpessoal que emana dessa forma de reconhecimento é puramente cognitivo, independe de sentimentos de simpatia, afeição ou aversão. Todo ser humano deve ser considerado um fim em si mesmo, portanto, digno de respeito independentemente de suas condutas. Ao se indignar pelo tratamento discriminatório de alguns funcionários da UNAF, a funcionária A. lamenta justamente a negligência a essa forma específica de respeito: à dignidade da pessoa humana. Ora, considerando o princípio universalista que rege a política de assistência social (PNAS, 2004), não cabe aos funcionários discriminar os acolhidos por critérios de mérito pessoal ou qualquer outro.

No entanto, como bem observou a funcionária: “*na prática não é bem assim*”. No imaginário social, o respeito à dignidade humana extrapola o sentido jurídico e adquire diferentes feições. Hierarquias de diversas ordens são ativadas a fim de discriminar os seres humanos entre mais ou menos dignos de direitos e respeito. Taylor (2013) observa que, embora as reações morais nos sejam viscerais, elas assumem diferentes formas na

cultura. Assim, o sentido atribuído à dignidade humana deve ser buscado em cada conjuntura de forma articulada aos preceitos circunscritos naquele tempo e espaço. Impõe observar situacionalmente o sentido de *dignidade* na Vila Areal, tendo em vista esclarecer como se constitui a “indignidade” atribuída aos *albergados* naquela região. Será evidenciado de que modo consensos sociais implícitos naquele meio retroagem sobre moradores e acolhidos (sob a forma de reconhecimento concedido ou negado) afetando suas chances de acessar estruturas de oportunidades e direitos.

Trabalhar, ter minha casa, entendeu? Ter uma vida digna, de respeito. Ter um nome de verdade pra todo mundo falar assim: ‘Ah, aquela ali é a Cristina, fulana assim, assim e assim’; e poder dar uma vida para os meus filhos da maneira como eles merecem. - Cristina, porque você fala em vida digna? – Porque, assim, a minha vida, desde os 11 anos pra cá, eu não falo que eu tive uma vida diga. Porque eu sempre mexi com coisa errada: tráfico de drogas, prostituição.... Isso pra mim não é uma vida digna. Furto... assim, furtos de coisas pequenas, entendeu? Então meus maiores sonhos são esses: ter uma vida digna, ter uma casa, ter um nome, uma condição financeira que eu possa dar para os meus filhos. Falar: ‘hoje eu posso ir ver os meus filhos e levar um presente pra eles’. Quero concluir meus estudos, formar em pedagogia e ter um monte de menininho, assim, me perturbando. ‘Tia!’ pra lá, ‘Tia!’ pra cá, correndo pra lá e pra cá (risos). (C. Acolhida da UNAF).

Segundo Taylor (2013), o reconhecimento cognitivo do sujeito de direito é parte insuficiente do respeito moral à dignidade da pessoa humana. O primeiro implica um saber-se obrigado ante as propriedades universais de outra pessoa, diz respeito a compreensão de nossas próprias limitações perante elas. Mas em sentido amplo o respeito à dignidade humana pressupõe mais do que esse senso de obrigação, inclui também a consideração por propriedades particulares da outra pessoa. Essa segunda dimensão do respeito possui um caráter ativo, que o autor denomina de respeito atitudinal, é aquilo que está implícito quando dizemos que alguém tem o nosso respeito. Os critérios de dignidade devem, pois, ser buscados na configuração de valores vigente em cada caso particular. É o consenso moral implícito de determinada sociedade que aponta as estruturas normativas reclamáveis por seus membros (HONNETH, 2003).

Taylor (2013) explica que para além do reconhecimento cognitivo dos sujeitos de direito, o respeito atitudinal envolve outras dimensões do pensamento moral: *concepções de bem* que informam o que entendemos por uma vida plena, significativa; e *discriminações qualitativas* ou *hierarquias avaliativas* que informam o que julgamos

superior ou inferior em termos de sentimentos, modos de vida e formas de agir. Ao sublinhar as distinções valorativas que pesam na atribuição de respeito, Taylor enfatiza a dimensão substancial, e não meramente procedimental, da dignidade. Esse tipo de respeito que afirma qualidades, aproxima-se à forma de reconhecimento intersubjetivo a que Honneth denomina de estima social. Esta é voltada a propriedades concretas e distintivas de cada pessoa (HONNETH, 2003). Tal forma de reconhecimento pressupõe um referencial valorativo classificatório no interior do qual as propriedades individuais são avaliadas, uma comunidade de valores.

A estima social de cada indivíduo é mensurada a partir da peculiar contribuição que suas capacidades e propriedades podem oferecer à comunidade como um todo. Mas, o que se entende por socialmente útil e valioso varia significativamente no tempo e espaço. De acordo com Honneth (2003), a autocompreensão cultural de uma sociedade é o que irá definir os critérios orientadores da estima. Buscou-se observar no estudo de caso realizado na Vila Areal os critérios definidores da dignidade humana naquele microcosmo. Para tanto, foram observadas hierarquias avaliativas de moradores e acolhidos a partir de suas narrativas de insucessos, conquistas, sonhos, admirações, aversões, percepções de qualidade de vida e relatos. Além disso, buscou-se apreender, a partir das visões de mundo e aspirações dos grupos investigados, suas concepções de vida boa, significativa. O propósito era realizar uma reconstrução da configuração de valores desses grupos na situação analisada a fim de tornar compreensível, por um lado, conteúdo das expectativas de reconhecimento dos entrevistados, e, por outro, a atribuição desigual de reconhecimento entre eles.

É sabido que as narrativas podem ter sido em muitos momentos manipuladas, tendo em vista causar boa impressão a entrevista, no entanto, também essa impressão é de suma importância para o presente trabalho. Nesse primeiro momento a análise se realiza a despeito da coerência prática dos enunciados, que revelam, pela ênfase dos discursos, valores estimados pelos enunciadores. Por exemplo, quando se fala em *honestidade* nada garante a coerência prática dos entrevistados com esse ideal, mas a frequência com que o termo aparece em suas falas revela ser ele um critério relevante de distinção naquele meio. Os elementos sublinhados nos discursos de moradores e acolhidos compõem uma hierarquia de valores e de avaliações fundamentais à conformação dos grupos naquela conjuntura. Ela não apenas expressa, mas verdadeiramente cria a configuração analisada, afinal, por seu intermédio são formadas

barreiras simbólicas e emocionais que, tanto quanto barreiras físicas, circunscrevem o espaço de moradores e acolhidos na Vila Areal e seu campo de possibilidades.

Em um primeiro momento foram identificados aspirações e objetos de desejos dos entrevistados. Mais além, buscou-se observar valores subjacentes a suas descrições: o que entendem por superior e inferior, em termos de modos de vida, de ação e sentimentos. Em suma, elementos que estimam, que informam a concepção de vida digna para aquelas pessoas. Finalmente, foi possível observar determinados conteúdos das expectativas morais dos entrevistados, aquilo pelo qual almejam ser reconhecidos. No que tange aos bens e atributos exaltados e almejados, houve pouca variação entre os dois grupos. O que distingue efetivamente um e outro é a posição dos membros de cada grupo em relação a esses bens, isto é, o quanto exaltam sua posse, lastimam sua falta ou esperam sua aquisição. Sob diversas formulações, os elementos *trabalho, formação, família e casa própria* ganharam proeminência.

O fator *família* é supervalorizado nos dois grupos, com uma diferença fundamental: moradores exaltam uma rede familiar que já possuem, enquanto a maior parte dos acolhidos têm a figura familiar como uma expectativa e/ou uma memória distante. As vantagens apresentadas pelos entrevistados em constituir uma família dizem respeito ao aumento da responsabilidade, estabilidade, orientação na vida, melhor convivência com outras pessoas, ser amado e respeitado. A instituição *família* é constantemente defendida na fala dos entrevistados, sobretudo na dos moradores, que exaltam não apenas a sua, mas as famílias da comunidade de um modo geral. Os conselhos e estímulos que circulam nesse grupo apontam sistematicamente o amor pela família e o bom convívio com familiares.

Tudo isso que eu falei sobre a comunidade é em relação a minha família e as famílias dos meus vizinhos. Eu gostaria que fosse revitalizado o parque, eu gostaria que os buracos fossem tampados, que plantassem mais árvores dentro da cidade, né? Mas tudo por causa das famílias. (E. Morador da Vila Areal).

Trabalho e formação são elementos valorizados pelos dois grupos. Contudo, ao descrever seus insucessos e sonhos os moradores atribuem ênfase aos estudos: “*Sem estudos você não é nada*” (M. Moradora da Vila Areal). Já os acolhidos dão relevo ao trabalho: “*hoje a pessoa sem um bom emprego não consegue nada*” (C. Acolhido da UNAF). Os entrevistados sublinham aquele elemento do qual mais sentem falta para sua

realização pessoal. Embora os moradores entrevistados possuam trabalho, sobretudo nos setores de comércio e serviços, eles anseiam por um aperfeiçoamento que lhes permita alcançar patamares mais elevados no campo profissional. Já os acolhidos acumularam experiência de trabalho predominantemente no campo e na área de construção civil. Devido à sua baixa formação e às limitações do mercado, as expectativas de trabalho desse grupo estão quase sempre circunscritas a serviços braçais e temporários. Na melhor das hipóteses, almejam ser contratados no ramo da construção civil ou agricultura. Nesse grupo, pouquíssimos são os que trabalham de carteira assinada.

A *qualificação* é apresentada por membros dos dois grupos como uma importante conquista, porém, no caso dos moradores se refere a graduação, já para os acolhidos diz respeito, quando muito, à conclusão do ensino médio. De um modo geral os moradores do Areal que abordam esse elemento esperam adquirir níveis mais elevados de formação: curso técnico, graduação ou mestrado. Já os acolhidos falam em concluir estudos que abandonaram em tempos remotos. O relato de abandono de estudos é muito comum entre eles, muitos não concluíram o ensino fundamental, alguns não concluíram o ensino básico e há também aqueles analfabetos.

A *casa própria* aparece com frequência na fala dos dois grupos como uma importante conquista ou insucesso. É vista pelos entrevistados como uma possibilidade de independência e libertação. “*Quem mora de aluguel sofre muito desaforo, não só do proprietário, mas também de outras pessoas*” (L. Morador da Vila Areal). Também confere ao proprietário segurança, ou ao menos sensação de segurança. Para os moradores da Vila a expectativa com a casa própria é se verem livres do aluguel, para os acolhidos, a expectativa é sair da condição de assistidos ou dependência de terceiros. A casa própria também é vista como um meio de fortalecimento das redes de contato, pois permite ajudar outras pessoas e reestabelecer vínculos. “*Objetivo que nunca consegui é a minha casa própria, pra eu dizer: essa é minha casa, eu entro e saio dela a hora que eu quero e se eu tiver um amigo precisando, tem onde passar a noite também*”. (C. Acolhido da UNAF).

Nota-se que *formação, trabalho, família e casa própria* são os principais bens almejados pelos dois grupos e que em relação aos acolhidos, os moradores possuem vantagens em todos os quesitos. Mas, é importante destacar que cada um dos bens apresentados envolve simultaneamente vantagens materiais e simbólicas. Esses bens

funcionam como signos de distinção. Naquela conjuntura, sua aquisição é convertida em prestígio social. O acréscimo em status se justifica porque o êxito nesses quesitos supostamente aponta virtudes pessoais dos que lograram alcançá-los. Além disso, a mudança de status se justifica por virtudes pessoais, em tese, viabilizadas por essas conquistas: mais conhecimento, responsabilidade, juízo, etc. Em todo caso o *upgrade* se justifica não apenas pelos bens em si, mas por qualidades pessoais associadas à sua aquisição. Assim, moradores e acolhidos distinguem-se mais que pela posse ou não desses bens, também pelo (não) reconhecimento que recebem por eles.

A respeitabilidade que acompanha o status do pai/mãe de família, formado(a), trabalhador(a) e proprietário (a) é fator nada irrelevante na disputa por poder e bens escassos naquela conjuntura. O capital simbólico dos vitoriosos nesses quesitos pode funcionar como um conversor de capitais na medida em que favorece a aquisição de outros capitais: social, econômico e cultural. Ainda, o reconhecimento dos *possuidores* enquanto portadores legítimos desses bens e das virtudes a eles associadas, agrega a autoestima dos moradores de maneira incomparável a maior parte dos acolhidos. Evidentemente, inúmeros são os conteúdos do reconhecimento social, contudo, naquela conjuntura esses fatores são relevantes. Conclui-se que a privação desses bens pela grande maioria dos acolhidos envolve privações suplementares em termos de prestígio social, confiabilidade e autoestima.

Eu parei pra refletir e pensei: Caramba, eu sou um cara negro, que mora com a mãe doméstica, separada, que a família resolveu excluir porque era a chamada “mãe solteira”. Meio a tudo isso eu consegui não me perder, consegui fazer uma graduação. Isso pra mim foi uma conquista e tanto. Percebi que é diferente falar só enquanto militante de movimento social e ter alguma formação, falar com propriedade. (I. Morador da Vila Areal).

Importa observar que não é necessariamente a posse desses atributos em si o que gabarita os moradores, senão determinadas qualidades pessoais associadas à sua aquisição e o usufruto. No mundo moderno, tão importante quanto o deslocamento das propriedades estimadas para o interior do indivíduo, foi o deslocamento da *responsabilidade* de seu sucesso ou fracasso para a esfera individual. Segundo Taylor, no ocidente moderno a compreensão de um self desprendido e a postura instrumental a ele associada, desencadeou um movimento de interiorização das fontes morais. Por poder se libertar das determinações conjunturais, o indivíduo moderno se tornou o principal agente

responsável por seus atos. As pessoas são, então, individualmente responsabilizadas por suas escolhas e realizações (ELIAS, 1994).

Na Vila Areal, o acréscimo de status social vinculado aos bens exaltados deriva do entendimento subliminar de serem os moradores individualmente responsáveis por seu êxito ou por fazerem bom uso deles. O central reside nas qualidades pessoais que fazem do detentor um merecedor. Do mesmo modo, não é a carência desses elementos em si o que gera o descrédito dos acolhidos, senão a imagem da incompetência ou do déficit de esforço pessoal em adquiri-los, ou mesmo pelo descuido retroativo na lida com os bens que já possuíram. Notar-se-á que as qualidades pessoais que gabaritam os indivíduos enquanto merecedores coincide com as qualidades destacadas para desqualificar aqueles “indignos” de confiança e direitos. A partir da fala dos entrevistados foi reconstruída uma configuração dos valores que permite uma aproximação do que se entende por dignidade naquela conjuntura, tendo sido encontrados sete elementos principais: *determinação, prudência, honestidade, decência, respeito, autonomia e benevolência*.

O sentido de *determinação* para moradores e acolhidos envolve empenho e perseverança nos estudos e na carreira profissional, bem como força de vontade em sobreviver e superar dificuldades. Os acolhidos que a apresentaram como elemento de admiração citam como grandes exemplos personalidades como Ayrton Senna e Anderson Silva. Já os moradores trouxeram a imagem de parentes próximos. A determinação é uma das poucas qualidades que membros dos dois grupos afirmam explicitamente possuir. Sua falta é acusada sistematicamente naqueles acolhidos que não se esforçam para encontrar trabalho, retomar os estudos ou em buscar qualificação profissional. Aqueles que passam grande parte do seu dia na unidade de acolhimento recebem frequentemente a rotulação de vagabundos, à toa. A acusação pesa mais fortemente sobre aqueles que quando saem, o fazem para consumir álcool ou outras drogas.

A força de lutar, de batalhar pelos seus desejos, né? Aquela garra, perseverança. Igual, por exemplo, minhas filhas. Eu admiro muito minha filha que passa horas, horas e horas estudando. (H. Moradora da Vila Areal);

Eu brinco bastante, mas eu levo a vida muito a sério. (M. Moradora da Vila Areal);

E também trabalhador, né? (Tom de obviedade). Isso pra mim é uma honra. Eu tenho vontade de trabalhar. (L. Acolhido da UNAF).

A concepção de vida digna dos entrevistados também envolve *prudência*. Essa qualidade é sublinhada principalmente por acolhidos que aprenderam o seu valor pela sua falta. Muitos deles expressam arrependimento pelo caráter desmedido e inconsequente de hábitos do passado. Em linhas gerais, a noção remete a postura de autodomínio, circunspeção, controle dos impulsos. Parece ser um pressuposto daqueles que almejam “tomar as rédeas” da própria vida. Em alguns momentos de suas falas, ela também envolve certos cuidados com a saúde: praticar esportes, fazer exercícios físicos, alimentar-se bem, etc. Mas, no caso dos acolhidos, a noção de *prudência* assume um sentido peculiar, pois quase sempre diz respeito ao não consumo de álcool e drogas. Além disso, inclui uma preocupação real com o não envolvimento com o crime. A imprudência para esse grupo tem alto poder destrutivo; tanto sobre suas vidas, desamparadas, quanto sobre sua imagem. Por esse critério são julgados como drogados, instáveis, gente em quem não se pode ter confiança.

Nunca fazer como a mãe deles, que sempre andou pela linha torta e hoje está onde está. [...] Pensar bem, bastante, antes de agir. Porque eu não pensava, eu ia por impulso.” (C. Acolhida da UNAF).

Não fazer nada errado, ter sempre um emprego, uma ocupação. E o resto ele saberia porque uma boa criação traz boas condutas. - O que seria “não fazer nada de errado”? - Crime. Não fazer crime. E não é demais falar isso hoje em dia. (L. Acolhido da UNAF)

Honestidade, naquela conjuntura aparece como a capacidade de progredir sem precisar mentir, ludibriar ou cometer fraudes. Ela é descrita por alguns moradores e acolhidos como a maior virtude, pois seria o único caminho, quando se é pobre, para a obtenção legítima do respeito e estima social. Na fala de alguns entrevistados sua aquisição é priorizada à posse de bens materiais. A *honestidade* também é uma qualidade exaltada entre os acolhidos, especialmente sublinhada pelos conselhos recebidos dos pais (quase sempre pronunciados em um tom ríspido): “*Nunca coloque a mão nas coisas alheias. Ser pobre e ser vagabundo piora!*” (C. Acolhido da UNAF). Possivelmente, pela seriedade dada a honestidade, os pais buscavam evitar os riscos próprios da criminalidade, além da diminuição do status do filho e sua exposição a humilhações extras. De fato a desonestidade é acusação recorrente direcionada aos acolhidos, não apenas por parte dos moradores, mas também serve como critério distintivo entre os próprios acolhidos.

Quase todos os dias ele falava: ‘Meu filho, o homem tem que aprender a ser homem. O homem tem que trabalhar pra viver do suor do rosto dele, comer das mãos dele. Se ele precisasse pedir, pedisse, mas nunca lançasse mão nas coisas dos outros. Trabalhar pra que não seja pesado a usufruir dos bens do próximo. (C. Acolhido UNAF)

Próximo a esse ideal está a noção de *decência*, conforme apresentada pelos entrevistados. Em linhas gerais o termo diz respeito ao cumprimento de regras morais, mas na fala dos moradores remete a qualidade daquele que “*ganha a vida com o próprio suor*”, em oposição àqueles que “se apoiam” em outras pessoas ou no Estado para sua subsistência. Com menor frequência o termo é associado a regras básicas de conduta, por exemplo, quando moradores acusam acolhidos que praticam atos libidinosos ou indecorosos em espaços públicos e à vista da população.

Nós que somos humildes... Acho que a herança que o pobre tem que deixar é o estudo e a dignidade, a decência. A pessoa pode ser pobre o que for, mas se tiver dignidade, decência, é bem-vinda em todo lugar. Isso é mais importante que dinheiro. (L. Morador da Vila Areal).

O *respeito* aparece em muitos momentos como a qualidade daquele que “tem educação”. Nesse caso não se trata de formação escolar, mas de “bons modos” aprendidos no âmbito familiar, que prepara os sujeitos a “ter consideração” por outras pessoas: cumprimentando no dia a dia, sabendo escutar, dando atenção, independentemente das características físicas ou estéticas do parceiro de interação. A ele contrasta a hostilidade e o desprezo que talvez seja a crítica mais expressiva por parte dos acolhidos.

O que eu mais admiro numa pessoa é a educação. Em segundo lugar é o modo de tratar as pessoas como ser humano e não como animal. (C. Acolhido da UNAF);

A qualidade *respeito* também é apresentada em sentido próximo ao respeito jurídico à integridade física e à propriedade de outras pessoas. Nesse caso, é manifestada por acusações de furtos, atos de violência, “maldade”. Aqui, os “sujeitos de respeito” ou “pessoas de bem”, se opõem àqueles de má-índole, bandidos, malandros, marginais, que, do ponto de vista dos moradores, são propensos a praticar atos ilícitos. Essa distinção pesa sistematicamente sobre o grupo de acolhidos, que, tendo ou não praticado atos dessa ordem, herdaram de seus antecessores um estigma marginal, que vincula sua imagem a criminalidade.

Também permeia marcadamente os relatos de moradores e acolhidos certo ideal de *benevolência*. Esse ideal ocupa suas admirações, planos e sonhos. Os moradores frequentemente ressaltam sua própria generosidade, de forma sutil ou explícita, destacando sua participação na vida comunitária, sua dedicação à vida religiosa e aos “irmãos de fé”, práticas beneficentes e de desprendimento material. Na fala dos acolhidos o ideal da benevolência também é recorrente, mas quase sempre apresentado como uma aspiração. Em seus discursos, o anseio por emprego e casa própria é frequentemente vinculado à possibilidade de ajudar alguém: “*Arrumar um trabalho e que eu possa ajudar aqueles que precisam. Não em todos os sentidos, mas que pelo menos eu possa tentar* (O. Acolhido da UNAF).

Para além da satisfação pessoal de contribuir e contemplar a satisfação do outro, a generosidade é também uma “moeda de troca”. Como critério de prestígio social naquele meio, ela confere aos agentes certa respeitabilidade que fortalece sua estima pessoal e favorece sua inserção em redes de solidariedade. Por esse motivo, a privação de recursos materiais não apenas inviabiliza os acolhidos de adquirir bens para si, mas também de “ajudar o próximo” e conseqüentemente priva-os também de reconhecimento social nesse sentido específico. Contrário a esse ideal, aparece o egoísmo, qualidade que se mostra na fala de alguns acolhidos para justificar a desconfiança permanente entre os muros da UNAF. Muitos desses indivíduos herdaram de suas experiências passadas o entendimento de que em condições de extrema pobreza é comum as pessoas priorizarem sempre seus próprios interesses. O tipo de individuação egoísta e predatória acusada e em muitos casos verificável em alguns acolhidos, tem servido para justificar um preconceito de classe comum, que associa a pobreza ao oportunismo e egoísmo.

Por fim, um ideal de *autonomia* é sublinhado, principalmente por entrevistados dos grupos 2 e 3. Ser autônomo e independente em diferentes dimensões da vida é um anseio que não ganha tanta centralidade nas falas dos acolhidos. Embora esse seja um anseio para os dois grupos, não é uma prioridade comum. Os moradores afirmam admirar essa qualidade em outras pessoas, ser movidos por esse ideal e também buscam formar seus filhos de modo a tomarem decisões por conta própria e não se sujeitarem a autoridade ou influência inoportuna de terceiros. *Que ele respeite todas as pessoas, mas que ele busque a felicidade, que ele não viva em detrimento de outras coisas, outras pessoas.* (G. Morador da Vila Areal). Contrário a esse ideal estaria a sujeição, a submissão e inautenticidade. Essas qualidades não servem necessariamente à estigmatização dos

acolhidos, mas em muitos momentos fortalece seu descrédito naquela conjuntura pela centralidade dada a essa distinção e, conseqüente, compaixão de alguns moradores. Elias (2000) recorda que a compaixão, tanto quanto as acusações negativas, serve para delinear espaços de superioridade e inferioridade.

A hierarquia de avaliações apresentada tem sido utilizada por moradores e acolhidos da Vila Areal em seus discursos e práticas, como princípios de divisão do espaço social; quase sempre delineando a superioridade de moradores em relação aos acolhidos. As posições de dominação e subordinação naquela conjuntura não podem ser compreendidas de forma estanque, como resultado de atributos pessoais ou coletivos, mas sim por uma perspectiva relacional, que compreenda o status de cada grupo em relação ao outro. Será demonstrado que a atribuição de status entre moradores e acolhidos tem tido efeitos práticos sobre suas vidas e campos de possibilidades. Nesse sentido, a configuração de valores aqui exposta se mostra parte constitutiva da configuração social analisada. As avaliações são sintetizadas no quadro abaixo:

Critério	Avaliação superior Mais digno	Avaliação inferior Menos digno
Determinação	Determinado Tem força de vontade	Vagabundo À toa
Prudência	Equilibrado Tranquilo Racional	Impulsivo Inconsequente Alcoólatra / Drogado
Honestidade	Honesto	Desonesto Vagabundo Malandro Bandido
Decência	Trabalhador Decente	Vagabundo Aproveitador Indecente
Respeito	Educado Pessoa de bem	Hostil Delinquente
Benevolência	Bom Justo	Egoísta Oportunista
Autonomia	Independente Livre	Dependente Subordinado

O estigma dos *albergados* na região planifica a diversidade dos acolhidos em uma única imagem generalista e depreciativa. Mas é preciso ter claro que a desigualdade de status entre os dois grupos é o produto e não a causa de uma estrutura desigual de poder entre eles. A desigualdade de poder aqui vai além do diferencial de renda, envolve outras tantas fontes, como: padrões de autocontrole, regras de conduta, vinculação social, coesão

grupais, etc. É a superioridade de poder dos moradores que permite decretar e fazer valer naquele meio a desigualdade de status entre eles.

Não se trata de questionar os valores expostos, mas identificar sua funcionalidade para a manutenção daquela configuração social específica. Pela utilização desse sistema de avaliação legitima-se a superioridade dos moradores em relação aos acolhidos. O monopólio legítimo das definições permite aos grupos em posição dominante no espaço social, prescrever o que tem valor e, concomitantemente, o que não tem. Intrínseca aos sistemas de avaliações existem relações de poder responsáveis por sua vigência. Mas não se trata de preceitos heterônomos apenas. São expectativas introjetadas de tal modo nos sujeitos que se tornam também seus anseios mais íntimos.

As hierarquias avaliativas de que tratamos não são ensinadas como uma alternativa dentre outras possíveis, e sim inculcadas nos sujeitos ao longo do processo de socialização e naturalizadas. Instituições como a família e a escola têm papel central nesse sentido. Pela introjeção de categorias de percepção e apreciação os agentes são dotados de estruturas mentais compatíveis com as estruturas sociais do seu meio. Mas é necessário observar que essas categorias não são transmitidas apenas com o intuito de ensinar a distinguir o certo do errado, o justo do injusto, mas simultaneamente criam barreiras sociais, por seu intermédio aprende-se a conceber quem são aqueles dignos e indignos de confiança e respeito. O problema reside na naturalização desses esquemas mentais. Omitindo-se os pré-condicionantes sociais da formação de tais ou tais disposições, os esquemas de percepção e apreciação ajudam a perpetuar de forma naturalizada o *status quo*, pois se premia, com respeito, aqueles virtuosos, que são em realidade privilegiados, e se condena indivíduos cujas vidas são marcadas por uma série de privações. Os sujeitos aprendem a pensar a si mesmos e o mundo ao seu redor através das lentes dos estratos dominante, fortalecendo, desse modo, uma distribuição hierárquica de posições.

Bourdieu (2002) esclarece que os sistemas simbólicos não apenas exprimem relações de poder, como também contribuem para a sua perpetuação. Pelos sistemas de classificações, as relações de poder são dissimuladas, por que inscritas nos corpos e crenças. A dominação simbólica mantém oculta toda violência empenhada nessas prescrições categoriais. Segundo Bourdieu (2002), o poder simbólico permite constituir o dado pela enunciação. Cria a desigualdade na medida que a enuncia. Tem o poder “*de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a*

ação sobre o mundo, portanto, o mundo” (BOURDIEU, 2002, p. 14). Os símbolos são instrumentos estruturados e estruturantes mediante os quais os sujeitos se tornam cúmplices na manutenção de uma estrutura social marcada pela desigualdade, ainda que o façam a um nível infra consciente. Os esquemas avaliativos permitem classificar e, assim, relacionar coisas e pessoas em um sentido determinado (BOURDIEU, 2002).

Souza (2009) observa que as hierarquias classificatórias manipuladas na distinção entre cidadãos e subcidadãos, têm força por estarem intimamente vinculadas às principais instituições modernas: Estado e Mercado. Essas instituições disseminam um padrão de civilização correspondente a seus próprios interesses como critério universal de mensuração do valor humano. Por uma série de mecanismos de persuasão, “impõem” uma hierarquia de valores a partir da qual certas qualidades são avaliadas como superiores (disciplina, autodomínio, autocontrole, pensamento prospectivo e flexibilidade, por exemplo), em detrimento de outras consideradas condenáveis (ócio, desorganização, impulsividade, etc.). A transmissão desse sistema de avaliações se realiza por uma pedagogia sutil, através dos sistemas de sanções e prêmios que atua no interior dos lares ou da dinâmica escolar. Nesses espaços, princípios fundamentais de organização são transmitidos através de práticas insignificantes do dia a dia.

Na configuração de valores observada na Vila Areal esses preceitos aparecem próximos às noções de *determinação, prudência, decência e honestidade*. A imposição desses valores é especialmente eficaz porque, enquanto critérios socialmente acordados de “dignidade”, eles se tornam as expectativas mais íntimas de reconhecimento dos indivíduos. Essas qualidades informam o respeito interpessoal naquele meio e, logo, integram as expectativas de realização pessoal de agentes. No entanto, será evidenciado que eles são diferenciadamente formados para atendê-las. Uma pré-socialização específica responde por uma economia afetiva adequada ao tipo “cidadão puro”. No interior de determinados lares, escolas, espaços de convivência, ela vai sendo sutilmente imposta como natural, sem que, no entanto, seja possível generalizá-la.

A reconstrução da configuração valorativa no estudo de caso permite esclarecer o que se entende por dignidade naquela conjuntura. A hierarquia de avaliações apresentada pelos grupos exprimem o conteúdo do reconhecimento almejado por seus membros. Esse trajeto permitirá evidenciar que os membros dos dois grupos são diferenciadamente formados para atender a essa expectativa; ainda, permitirá esclarecer os efeitos da

desclassificação social na vida psíquica dos acolhidos, cujas expectativas de reconhecimento, jurídico e social, são reiteradamente frustradas naquela conjuntura. Honneth (2003), observa que a atribuição de respeito desvincilhada de uma perspectiva ampliada de reconhecimento, engendra efeitos nefastos na dinâmica social, pois serve a reafirmar a superioridade de privilegiados e reforçar o descrédito dos destituídos.

É possível, enfim, compreender que a discriminação assinalada pela funcionária no início do capítulo, longe de representar resquícios da arbitrariedade de tempos remotos, revela uma contradição tipicamente moderna, que consiste na coexistência de uma exigência moral pela dignidade da pessoa humana, junto a formas naturalizadas de hierarquização que permitem discriminar pessoas em mais ou menos dignas de respeito e direitos. Discriminações essas muitas vezes ancoradas em imperativos modernos de comportamento adequados ao Mercado e ao Estado. Na Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias da Vila Areal, nota-se o modelo exemplar de uma democracia ambivalente que é familiar ao povo brasileiro. Se por um lado o direito ao acolhimento indica avanços, ainda que débeis, rumo à equiparação efetiva dos cidadãos pelo funcionamento de um sistema de proteção social de alta complexidade voltado a parcela mais vulnerável da população, por outro lado, o microcosmo analisado evidencia fragilidades da assistência social ante uma sociodinâmica operante das desigualdades.

Na Vila Areal, a desclassificação do grupo de acolhidos tem impulsionado uma sociodinâmica das desigualdades por três importantes vias, fora a ameaça de perda do direito a cidade. Em primeiro lugar, a discriminação ao grupo serve de entrave ao aproveitamento da estrutura de oportunidades daquele meio, restringindo, por exemplo, o seu acesso ao mundo do trabalho. Em segundo lugar, o descrédito do grupo tem sido um empecilho real ao fortalecimento ou formação de redes de solidariedade entre seus membros. Por fim, ao corroborar com experiências reiteradas de desrespeito aos membros desse grupo, a desclassificação social desencadeia efeitos danosos sobre as vidas psíquicas dos acolhidos, levando muitos deles a uma baixa significativa de autoestima e respeito próprio. Daí resultam inclinações de comportamento que podem vir a reforçar ou aprofundar sua atual condição de vulnerabilidade.

Identificar a introjeção de hierarquias classificatórias que permitem discriminar cidadãos entre mais ou menos dignos, bem como seus efeitos subsequentes sobre as vidas individuais, favorece esclarecer a interdependência de mecanismos “externos” e “internos” aos agentes em uma sociodinâmica das desigualdades. Os indivíduos herdam

determinadas disposições de pensamento e comportamento que tendem a perpetuar as estruturas sociais. Nesse sentido não deveria surpreender o fato de que as avaliações superiores e inferiores são sistematicamente confirmadas nas propriedades e qualidades dos grupos assim classificados. Elias (2000) observa que o status superior é frequentemente acompanhado por recursos superiores de poder enquanto o status inferior é quase sempre marcado por degradação e sofrimento. Enquanto o status do primeiro é reforçado pelas condutas louváveis dos seus melhores membros, o status do segundo é reforçado pelas condutas condenáveis de seus piores membros.

O status de cada grupo tem efeitos diretos na autoimagem e condutas de seus membros. Daí que uma sociodinâmica das desigualdades deve observar simultaneamente a constituição social de valores, disposições e da autorrelação prática dos indivíduos. O processo de inculcação da ordem social nos sujeitos não é de forma alguma determinista, afinal as coerções sociais são adaptadas a cada organismo e a sua posição única no mundo. Contudo, cabe chamar a atenção para uma dinâmica das desigualdades que é relativamente autônoma e assim o será enquanto não atuarem mecanismos contrários a desigualdade de poder entre moradores e acolhidos, especialmente no sentido da autonomização e emancipação do segundo grupo. Na Vila Areal, todavia, iniciativas dessa ordem vem sendo impedidas por cisões de classe que levam a perder de vista questões sociais que moradores e acolhidos atravessam em comum. O sectarismo é constitutivo da sociodinâmica exposta.

3.2. De acolhidos a albergados

Em outubro de 2016, período da pesquisa de campo, a UNAF acolhia 148 pessoas, contendo dentre elas sete famílias. A maior parte dessa população é composta por homens na faixa etária de 25 a 59 anos de idade (74 acolhidos), seguida pelo grupo de idosos com mais de 60 anos (21 acolhidos) e de jovens que possuem entre 19 e 24 anos (19 acolhidos). Ao final do mês de realização da pesquisa haviam 19 mulheres e 28 menores de idade entre os acolhidos. A maioria dessas pessoas foram encaminhadas à UNAF pelo SUAS 24h, CREAS, Centro Pop ou por iniciativa própria. As principais demandas apresentadas a unidade por essa população foram: trabalho, abrigo, tratamento de saúde e regularização ou aquisição de documentos. Chama atenção o fato de que tanto no mês de outubro, quanto nos outros meses do ano (exceto agosto e setembro), a quantidade de indivíduos

readmitidos na unidade ultrapassa o número de *admitidos pela primeira vez*. Esse dado é emblemático em relação aos entraves a autonomização desse grupo, que com frequência busca o serviço de acolhimento mais de uma vez e em distintas regiões. A média anual de readmitidos é de 43,75 e a de admitidos pela primeira vez é de 34,25 (SINOPSES de janeiro a dezembro de 2016). O quadro do mês de outubro é elucidativo do perfil de acolhidos:

ACOLHIDOS	EXISTENTES NO FINAL DE SETEMBRO	ADMITIDOS EM OUTUBRO		DESLIGADOS NO MÊS	EXISTENTES NO FINAL DE OUTUBRO
		1ª VEZ	READMITIDOS		
Migrante	97	18	21	35	101
População em situação de rua	36	2	9	23	24
População local	20	1	5	13	13
Áreas Irregulares	10	0	0	0	10
TOTAL	163	21	35	71	148

A média dos acolhidos em 2016 também revela que a maior parte deles foram migrantes (101,8), seguido pela população em situação de rua (17,8), população local (12,7), e, finalmente, um número menos significativo de indivíduos realocados de áreas irregulares (1,7). Os dados das sinopses elaboradas pela direção da UNAF apontam que os principais estados de origem dos acolhidos daquele ano foram o Distrito Federal (11,83), Goiás (9,25), Minas Gerais(5,5) e São Paulo (4,5). A unidade também acolhe pessoas de outras regiões, mas em número reduzido. Nota-se que o grupo de acolhidos é composto por uma população bastante heterogênea, com diferentes origens, demandas, faixa etária, estado civil, etc. Estes podem ser subdivididos em três grupos pela semelhança de perfis: migrantes, população em situação de rua⁷ e população local.

Cada perfil de acolhidos manifesta um conjunto de características particulares. A população em situação de rua possui dificuldades acentuadas de adequação a normas e horários. Esse grupo não romantiza a vida nas ruas, ao contrário, reiteram as dificuldades e sofrimentos dessa condição. No entanto, sublinham aquilo que teria sido sua grande vantagem nas ruas: a insubordinação. Nas ruas, afirmam, prega-se o apreço pela liberdade, algo de que se orgulham, em especial os “trecheiros”. Esses são indivíduos que optam por um estilo de vida itinerante, migram de cidade pelo Brasil afora sobrevivendo

⁷ De um modo geral, todos os acolhidos podem ser considerados população em situação de rua. No entanto, o termo é utilizado aqui para designar aqueles acolhidos que estavam vivendo nas ruas no momento imediatamente anterior ao acolhimento.

de “bicos” e têm dificuldades, ou mesmo desinteresse, em estabelecer vínculos sociais duradouros. A UNAF recebe muitos desses indivíduos, nota-se pelo índice elevado de readmitidos dessa categoria. Os “trecheiros” distinguem-se dos moradores de rua porque contam prioritariamente com albergues públicos e instituições religiosas como lugar de repouso nas cidades em que param. Em muitos casos associam as ruas ao uso excessivo de drogas e não se identificam com o público. A população em situação de rua, incluindo alguns “trecheiros”, frequentemente buscam a UNAF para regularizar ou adquirir documentos, afinal é muito comum serem roubados ou perderem seus bens nos meios que habitam. Também é comum os casos em que devedores da justiça buscam a unidade alegando terem perdido seus documentos.

Os migrantes compõem um grupo bastante heterogêneo, que, todavia, compartilha alguns traços. Vêm a Brasília prioritariamente em busca de trabalho ou tratamento de saúde. A funcionária A. afirma que esse grupo tem mais pró-atividade: saem em busca de emprego, arriscam novos ramos e aceitam as propostas de trabalho informal oferecidas na entrada do abrigo. Esse grupo encontra, todavia, inúmeras barreiras a sua autonomização, principalmente devido a sua baixa formação e ao acúmulo de experiências de trabalho inaproveitáveis nos grandes centros urbanos. Muitos vêm do meio rural ou cidades interioranas com *habitus* incompatíveis as formas predominantes de vinculação social nas grandes cidades. Os imigrantes estrangeiros encontram dificuldades suplementares, por não dominarem a língua portuguesa, carecerem de orientações e referências no país, além das diferenças culturais em sua forma de agir e se portar.

Os acolhidos caracterizados como *população local* são desalojados oriundos de remoções de acampamentos e áreas irregulares, por motivos de calamidade pública, emergência, ameaça ou que buscam a unidade por demanda espontânea. Nesse último caso, constata-se, por exemplo, jovens que romperam vínculos familiares ou que passam por processo de reabilitação em dependência química. Outros componentes são os idosos realocados para UNAF em 2016, após o fechamento de asilos públicos conveniados com o governo. A caracterização dos acolhidos não esgota todos os perfis e os principais aspectos de cada um deles, apenas oferece um panorama geral que permite visualizar a diversidade dessa população, bem como algumas primeiras aproximações.

Para além do estado atual de desabrigo os acolhidos partilham alguns traços semelhantes, embora nunca generalizáveis, no que toca as suas condições de vida, história, modos de agir, visões de mundo, e estados psíquicos recorrentes. Quase todos possuem vínculos familiares fragilizados ou rompidos, baixa formação, carecerem de trabalho formal e entretenimento. A maior parte deles tem dificuldades de adaptação a regras, horários e em formar vínculos afetivos duradouros. Em sua maioria estão centrados em suprir necessidades imediatas, têm dificuldades de planejar o futuro. Muitos manifestam com frequência comportamentos de intolerância, desconfiança, timidez e mudanças repentina de humor. Também é possível identificar entre eles problemas psicológicos comuns: insônia, ansiedade, depressão e vício. Buscar-se-á demonstrar que naquela configuração, o que esses indivíduos partilham de mais comum diz respeito ao estigma de *albergados*, certo desamparo material e emocional e os efeitos retroativos dessa condição em suas vidas psíquicas.

3.2.1. O processo de estigmatização dos albergados

Na Vila Areal a heterogeneidade do grupo de acolhidos é planificada em um único estigma, o de *albergados*. Para a maior parte dos moradores e comerciantes da Vila os *albergados* são imediatamente associados às qualidades negativas de sua configuração de valores. Seriam eles: vagabundos, alcoólatras, drogados, desonestos, bandidos e oportunistas. Qualidades que fariam deles pessoas indignas de confiança, de ocupar o espaço público urbano, de acessar benefícios do governo. A intolerância da maior parte dos moradores advém do fato de associarem inúmeros problemas da comunidade - insegurança, sua má aparência e desprestígio- ao abrigo e seus usuários.

Porque eles bebem, né? Aí por causa de um todos pagam. Eles começam confusão, brigas, aí às vezes a briga começa lá e vem terminar aqui. Essa imagem desse albergue aqui.... Por exemplo, eu já trabalhei com uns quatro patrões aqui embaixo. Hoje eles ajudam, mas não é como antes. Eu chego lá ele me atende e tal, mas cismado, sabe? (C. Acolhido da UNAF).

O acolhido C. observa que quando se trata de albergados “*por causa de um todos pagam*”. O processo de estigmatização denunciado por C. envolve a generalização de expectativas normativas atribuídas a um grupo tendo por base o comportamento desviante de alguns de seus piores membros (ELIAS, 2000). Parte-se de um único atributo, que

engloba todo o grupo – no caso, estar acolhido na UNAF- e daí se pressupõe uma série de defeitos: que são bandidos, drogados, vagabundos, etc. Desse modo forma-se uma imagem virtual de *albergados*, que contrasta com a diversidade real de acolhidos.

Aqui é o seguinte: o pessoal daqui, comerciantes e vizinhos, não gosta de albergado. Tem uns comerciantes que ainda acolhe alguns, os que tem bolsa família, mas isso é porque o cara vai lá pra comprar da mão dele. Esses que ainda dá algum assunto. Mas é porque vai dinheiro pra ficar lá. Existe lugares aqui que você vai entrar no comércio e já ouve “Ó, os albergados vão entrando.” Aqui, para muito desse pessoal que tem condições, o albergado – todos eles! – é maconheiro, fuma craque, é cachaceiro, é ladrão. (C. Acolhido da UNAF).

Segundo Goffman (2002), o estigma deve ser compreendido como uma linguagem de relações e não de atributos, pois os atributos apenas levam ao descrédito quando combinados a um estereótipo socialmente construído. Na vila Areal, a construção do estereótipo de *albergados* é indissociável das estratégias e interesses dos moradores. Naquela conjuntura o estigma justifica a inferioridade dos acolhidos e, conseqüentemente, o pedido de remoção da UNAF.

Lá é muito desorganizado, não tem critério. Por exemplo, se eu matar alguém e quiser me esconder lá eu posso entrar numa boa, não precisa de documento (informação parcialmente equivocada). Uma hora ou outra a polícia pega fugitivo de algum estado do país lá. A maioria são desonestos. Eu mesmo já arrumei emprego pra dois. Roubaram! Então não dá pra socializar. Eles incomodam. É um filme de terror. A gente chamava aquilo ali de filial do inferno. [...] Porque são incômodos, inconvenientes, usuários de drogas, maioria gente bandida, fugida de outros estados. Então não tem como ter uma conversa, porque eles são muito abusados. (L. Morador da Vila Areal).

A estigmatização dos acolhidos permite sublinhar sua inferioridade em relação à superioridade prescrita - e, assim, criada - dos moradores. Paralelamente serve à integração dos moradores em oposição aos acolhidos. Convém questionar por que a estigmatização não se realiza no sentido inverso? Ora, os acolhidos também possuem critérios distintivos e apontam críticas severas a posturas de arrogância, prepotência e preconceito de alguns moradores, por exemplo. As principais acusações do grupo são direcionadas àqueles que menosprezam ou rejeitam *albergados* por identificarem neles traços de pobreza ou baixa escolaridade, comportamento encarado pelos acolhidos como ignorância, tolice. No sentido oposto, contudo, as acusações nunca são generalizáveis.

A coisa mais desprezível que tem é a megalomania, é a mania de grandeza, que no próprio balbuciar da pessoa você já sente. É aquela pessoa que se julga assim: 'Eu sou melhor do que qualquer um. O meu vizinho é pequeno perto de mim. Eles são um grão de areia, eu sou o oceano'. Mas está cheio de megalomaniacos. E ela não é uma enfermidade, é um vício. Vício de grandeza. (D. Acolhido da UNAF).

Elias (2000) esclarece que a possibilidade de atribuir a outro grupo o rótulo de inferioridade humana e fazê-lo prevalecer só é possível em uma figuração específica em que dois grupos estão interligados por uma relação desigual de poder. E apenas tem sentido se parte de uma posição superior de poder em direção àqueles em posição inferior. Na contramão os termos de depreciação não têm o mesmo efeito, não soam ofensivos. A desigualdade de status é, pois, um desdobramento dessa primeira ordem de desigualdades. A estigmatização do grupo considerado “inferior” é um instrumento dos “superiores” para manter ou agravar o equilíbrio desigual de poder.

Eles nunca atacaram a sociedade, né? A sociedade já veio aqui na porta do albergue e em nenhum momento eles foram lá revidar. Eles ficaram só assistindo. Nós pedimos para eles ficarem quietos e eles ficaram. (I. Funcionária da UNAF).

Na Vila Areal a desigualdade de poder entre moradores e acolhidos deriva apenas parcialmente do diferencial de renda entre eles. Em alguns casos os moradores com baixo poder aquisitivo dos grupos 1, 2 e 4, possuem renda mensal semelhante a daqueles acolhidos que participam de programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família. Acolhido O., por exemplo, recebe mensalmente uma quantia similar à do morador Z., que trabalha como porteiro em um dos condomínios fechados da Vila. A desigualdade entre os dois indivíduos, contudo, vai muito além do poder aquisitivo. Enquanto O. busca reconstruir sua vida no abrigo após ter perdido a parceira, e única amiga, com quem passara sete anos em situação de rua, Z. comemora a ascensão profissional que o levou de auxiliar de pedreiro a porteiro, permitindo-o trabalhar com tranquilidade, pagar a escola da filha e dedicar mais tempo à família, à igreja e ao futebol. O. esforça-se para se adequar ao primeiro emprego após a vida nas ruas, afirma não possuir amigos de confiança e se recusa a restabelecer vínculo com os familiares que lhe abandonaram no momento em que mais precisou.

A compreensão da desigualdade de poder naquela conjuntura deve levar em consideração, além dos diferenciais de renda, fatores como a vinculação social, coesão

grupais, regras de conduta e padrões de autocontrole dos membros de cada grupo. Observa-se que essas formas de desigualdade são determinantes na atribuição desigual de status entre moradores e acolhidos. Elias (2000) explica que a coesão grupal é uma importante fonte de poder, pois o grupo “superior” tem a faculdade de reforçar entre si determinada crença que, pelo reconhecimento mútuo, aparece como verdade. É esse um pré-requisito para que a inferioridade de *albergados*, por exemplo, seja aceita como um dado objetivo naquela comunidade. Quanto mais coeso o grupo, mais impermeável serão suas crenças aos contra-ataques dos “inferiores”.

Na Vila Areal a coesão grupal de moradores é bastante superior a do grupo de acolhidos. Nesse quesito os integrantes dos grupos 1 e 2 de moradores são notoriamente superiores, pois formam uma rede sólida de apoio por seus laços familiares, religiosos e comunitários. Elias (2000) observa que o compartilhamento de uma tradição comum é fator decisivo para a coesão de um grupo, o que explica a união reforçada dos dois primeiros, compostos por moradores mais antigos da Vila. Não à toa esses indivíduos atuam como porta-vozes da população, seja compondo a associação de moradores, seja por exercerem cargos eletivos, como o de conselheiro tutelar. Integrantes do grupo 3, embora possuam frágeis relações de vizinhança, mantêm vínculos estreitos com os seus familiares, grupo com o qual mantêm laços coesos. Já o grupo 4 possui vínculos familiares estreitos, porém participam de redes de apoio pela adesão a instituições religiosas ou por seus laços de vizinhança. Os acolhidos, por sua vez, possuem vínculos fragilizados ou rompidos em todos esses níveis. O grau de desvinculação dos membros desse grupo aproxima grande parte deles da condição de desfiliação (CASTEL, 2012).

Uma segunda faculdade empoderadora de um grupo coeso diz respeito à facilidade de circulação de informações entre seus membros (ELIAS, 2000). Ao selecionar determinados fatos e incidentes em detrimento de outros, fazendo-os circular através de notícias, comentários, fofocas, boatos, etc., o grupo superior manipula a memória coletiva segundo seus interesses. No caso analisado, fica evidente que a imagem depreciada de *albergados* na região é sustentada pela propagação eficiente dos escândalos de violência e imoralidade que envolvem os acolhidos, em detrimento de todos os outros casos em que uma boa reputação dos mesmos poderia ser evidenciada. Os principais escândalos são amplamente conhecidos por moradores – exceto os do grupo 3 que estão à margem dos assuntos da vila – e funcionários do abrigo; mas são difundidos,

principalmente, por integrantes dos grupos 1 e 2. As declarações desses moradores têm especial força naquela configuração por serem facilmente disseminadas e naturalizadas.

Eu vejo que eles não são bem aceitos. Bem não, eles não são aceitos. Os tradicionais moradores não veem com bons olhos, não aceitam. Tanto é que já tentaram tirar o albergue daqui, já fizeram passeata, reportagem, tudo. [...] Se eu morasse aqui e não trabalhasse com eles, eu também teria essa visão feia deles. Quando falo que trabalho no Albergue o povo fala que só tem mala, drogado. É a ideia que todo mundo tem daqui, que a mídia passa. “Nossa, você trabalha aí? como você consegue?” (I. Funcionária da UNAF).

Funcionários da unidade percebem o preconceito da população pelo descrédito atribuído à sua própria atuação profissional. Não bastasse os problemas ordinários com os quais têm que lidar - do público que atende e suas alterações de humor, os riscos de saúde pela exposição a determinadas doenças infectocontagiosas dos acolhidos e outros tantos problemas comuns a qualquer ambiente de trabalho - o descrédito estendido da unidade à sua carreira profissional, torna particularmente difícil uma atuação satisfatória. Algumas servidoras contam buscar fontes paralelas de encorajamento para lidar com a rotina da unidade, em instituições religiosas e pelo engajamento político.

É difícil precisar em que medida o ambiente, fatores externos ou características pessoais dos servidores interferem na lida com o público atendido, mas fato é que são correntes as acusações de comportamento discriminatório por parte dos funcionários. Alguns deles reiteram em suas falas classificações estigmatizantes ao distinguir os acolhidos entre *vagabundos* e os *dispostos*, atribuindo mais ou menos merecimento do serviço a depender do perfil. Nota-se que as discriminações as quais os *albergados* estão expostos são reproduzidas também no interior da unidade, seja por funcionários, seja pelos próprios usuários.

Sem o poder de revidar as acusações, restam aos acolhidos mecanismos perversos de luta por reconhecimento. Perversos, em primeiro lugar, porque ratificam o estigma que lhes é imputado e, em segundo lugar, porque corroboram a perpetuação de sua vulnerabilidade ao propagar o sectarismo do grupo. Para se desvencilhar ou amenizar o status depreciado que herdaram, tais indivíduos acolhem frequentemente as mesmas categorias de distinção utilizadas contra eles a fim de discriminar uns aos outros entre *merecedores* e *ilegítimos*. Para tanto, tomam como marcas de distinção o fato de trabalharem ou buscarem emprego, não consumirem bebidas alcoólicas, possuírem nível

mais elevado de formação, virem “de berço”, ou por seus bons comportamentos. *Essa casa aqui ela não é ruim, o que faz essa casa ficar ruim são os pobres dos albergados que ficam amuados aqui, não trabalham.* (C. Acolhido da UNAF).

Também é comum demonstrarem em suas falas certa cumplicidade com os “superiores”. Alegam, com orgulho, não terem problemas com os funcionários e alguns se mostram mesmo compreensíveis com o pedido de remoção da UNAF. Elias (2000) observa que a aproximação dos superiores é uma estratégia comum aos estigmatizados para se desvencilhar do descrédito e lucrarem com o prestígio atribuído ao grupo superior. Na fala dos acolhidos a aproximação dos funcionários, a concordância com moradores e o distanciamento dos pares, são muitas vezes sublinhados como prova de sua conduta ilibada e merecimento.

Veja, existe uma probabilidade grande que eu venha a ter alguma alteração com algum dos acolhidos, porque aqui entra gente de toda estirpe de mentalidade. Uns não tiveram berço, outros não tiveram cunha para uma vida futura em um sistema social. São pessoas que, num certo sentido, não sabem viver em sociedade. Quanto aos funcionários, não tenho nada a reclamar. Com a segurança, a mesma coisa. Eles também nunca tiveram nenhuma reclamação em minha conta, porque minha origem é de berço, ela é de uma família pobre, porém, austera [...]A sociedade externa discrimina, mas, eu digo, com razão. Porque há certas pessoas, que são companheiros internos, mas que não têm uma diretriz de vida para viver de forma correta no seio da sociedade. (D. Acolhido da UNAF).

A funcionária E. conta receber acolhidos que solicitam o desligamento daqueles que “não querem trabalhar”.

Acho engraçado que as vezes tem alguns que falam: ‘Você não tem que deixar esse povo aqui dentro! Você não está vendo que eles estão mentido pra Senhora? Eles não querem trabalhar.’” Aí eu falo: “Não, a gente já percebeu, mas a gente tá trabalhando isso com eles...” (E. Funcionária da UNAF).

A discriminação ratificada no interior do abrigo agrava a vulnerabilidade desses indivíduos pois solapa suas chances de fortalecimento mútuo impedindo a formação de redes de solidariedade entre eles. A desconfiança de *albergados* incide naquele meio fazendo com que, além de não confiáveis, os acolhidos se tornam também inaptos a confiar uns nos outros. O relacionamento predominante entre eles é de distanciamento. Optam pelo não envolvimento como um mecanismo de proteção a sua integridade física

e bens, mas no mesmo ato protegem-se também de degradação suplementar. Assim alega a funcionária C., que assume uma postura de reserva no abrigo para evitar o “*atraso de vida*” de se envolver com pessoas que não têm nada a acrescentar, que “*não têm qualidade*”.

Além da coesão grupal, as regras de conduta e padrões de controle são decisivos na relação de forças entre moradores e acolhidos. Nota-se que o primeiro grupo apresenta padrões mais rígidos de controle das condutas e afetos, muito em razão de sua vinculação familiar, escolar, religiosa, laboral e comunitária, o que favorece a disciplina dos corpos e incita-os a planejar o futuro. Fato que se verifica, por exemplo, pela presença atuante dos pais moradores na educação dos filhos: estabelecendo horários de estudo, de recreação e acompanhando-os em seus momentos de lazer. Dedicam-se a planejar e sonhar em conjunto, contribuindo, assim, para delimitar seu campo de limites e possibilidades no mundo.

Dentro dos muros da UNAF encontram-se pessoas que foram quase sempre afastadas prematuramente de suas famílias por motivos de trabalho (infantil), morte dos pais, separação ou violência familiar. A desvinculação prematura não seria tão determinante em sua vulnerabilidade se não houvesse sido continuada e se não conduzisse a uma série de rupturas posteriores. A maior parte dos entrevistados abandonou a escola antes de concluir o ensino fundamental e atualmente está desempregada ou dedica-se ao trabalho informal. Não tem uma religiosidade regular, laços de vizinhança, tampouco participa de outras associações. Privados, pela desvinculação e pela ausência de padrões rígidos de autocontrole, muitos acolhidos apresentam comportamentos instáveis, de intolerância, dificuldades de se adequar às regras e horários, dificuldades de planejar e mesmo de sonhar com o futuro. Esses padrões de comportamento, no entanto, apenas se fazem inteligíveis à luz dos determinantes de formação de um aparato sociocognitivo específico, inadaptado às regras de conduta vigentes, em que pesam condições de vida de sua origem, trajetória e momento atual, quase sempre marcado pelo imediatismo e o desamparo.

O estudo de caso mostrou que membros do grupo 03 possuem padrões rígidos de autocontrole. Seus jovens, por exemplo, abdicam voluntariamente de muitas horas semanais de diversão para se dedicarem aos estudos e outras atividades de formação; possuem o horário regrado e uma agenda cheia de compromissos. São *determinados* e

organizados. A abdicação dos próprios prazeres é ensinada e inculcada em contextos muito específicos, mas grupos de status superior possuem algumas vantagens nesse sentido. Elias (2000) explica que membros dos grupos superiores comumente apresentam padrões mais rígidos de autocontrole, porque se beneficiam do seu carisma grupal com o amor-próprio e o orgulho de pertencer ao estrato superior de uma configuração, além das vantagens materiais objetivas decorrentes desta vinculação. Além disso, esses indivíduos entendem que qualquer desvio às normas internas do grupo superior pode representar uma ameaça de perda ou diminuição de seu status e poder. Por essa razão, o autocontrole dos membros de um grupo estabelecido tende a ser mais acentuado.

Já os acolhidos, sobretudo aqueles oriundos da situação de rua e “trecheiros”, apresentam muitas vezes regras de conduta e padrões de autocontrole distintos daqueles apresentados pelos moradores. Por todo um conjunto de hábitos adquiridos em suas experiências passadas, alguns desses indivíduos incomodam a população local com suas práticas, forma de se portar e de se comunicar: alguns bebem, discutem, namoram em espaços públicos, fumam crack. A circulação desses acolhidos, ou ex-acolhidos, pela Vila é considerada uma afronta aos moradores, que se irritam particularmente por notar a despreocupação por parte desses indivíduos em se adequar às regras da comunidade. O fato de a unidade receber, sobretudo, migrantes, e que permanecerão na Vila por um período transitório (no máximo 90 dias) torna a relação entre moradores e acolhidos particularmente difícil.

Mas na minha mente tinha que mudar esse lugar, ficar aí é muito paia. Dá muita gente estranha [...] - Estranhos como? - Gente que ninguém nunca viu de repente aparece e você não sabe de onde. (Z. Morador do Areal).

O desconhecimento da procedência e intenções dos acolhidos dificulta a formação de expectativas em relação a eles e o envolvimento. Os moradores adotam de antemão uma postura “defensiva”. O estranhamento é agravado porque os “visitantes” apresentam traços físicos, comportamentais, linguagem e currículo que os moradores aprenderam de antemão a identificar como inferiores, junto ao estigma de *albergado*: o estereótipo do pobre, migrante, negro, nordestino, etc. Ao identificarem esses traços, os moradores e comerciantes logo vêm os acolhidos com desconfiança, quando não intolerância. Se por um lado, o distanciamento dos moradores funciona como um mecanismo de defesa, proteção contra o desconhecido, por outro lado, há que se considerar que os critérios definidores da suspeição e confiabilidade são socialmente acordados.

Reconhecer o caráter social-construtivo da respeitabilidade e da suspeição é central para se compreender os efeitos da estigmatização sobre a sociodinâmica das desigualdade. Trata-se de uma forma de reconhecimento social que protege os indivíduos confiáveis da suspeição. Ao contrário, a carência desse tipo de “crédito social” torna os acolhidos particularmente suspeitos, em parte por serem migrantes e desconhecidos, mas em parte também porque carecem de atributos que apontam a respeitabilidade em alguém desconhecido, como: títulos, renda, “bons modos” e “boas referências”. Além disso, herdaram pelo estigma de *albergados* toda uma série de expectativas negativas a seu respeito. A atribuição ou negação de confiabilidade participa da sociodinâmica das desigualdades pois permite abrir e fechar portas. Funciona como um conversor de capitais, que favorece a aquisição de recursos aos já privilegiados e barra o acesso a oportunidades àqueles desfavorecidos, porque os descredencia.

Sentindo-se ameaçados em suas regras de conduta, integridade física, material e moral, os moradores da Vila reagem aos acolhidos propagando sua rejeição e estigmatização. A ideia é criar barreiras afetivas que permitam delimitar os espaços de cada grupo. Se, por um lado, as acusações verbais expressam a intolerância dos moradores, apenas suas práticas evidenciam a eficácia dessas estratégias. Os principais efeitos da estigmatização dos *albergados* na Vila Areal são: o “não envolvimento” dos moradores, o impedimento de seu acesso a direitos e estruturas de oportunidades além da introjeção do status de inferioridade nos acolhidos. Adiante será evidenciado como os desdobramentos práticos da rejeição e estigmatização dos acolhidos têm servido à perpetuar sua vulnerabilidade desse grupo, parte de um processo mais amplo de perpetuação de desigualdades excessivas no meio urbano.

3.2.2. Práticas de apartação e distanciamento

Muito antes das expressões verbais ou visíveis, é o *não envolvimento* dos moradores aquilo que melhor traduz a marginalização dos *albergados*. Dentre os moradores entrevistados raros são os que mantêm algum contato com os acolhidos. O envolvimento predominante entre eles e a UNAF, quando há, é de tipo assistencialista, pela doação de roupas e utensílios. No ato da entrega, os moradores deixam as doações na portaria e saem. Contudo, a relação mais frequente é de não envolvimento. O distanciamento dos acolhidos é descrito por alguns moradores como proposital e por

outros como acidental. No primeiro caso, justificam explicitamente o distanciamento: “são estranhos”, “não são decentes”, “não são pessoas de bem”.

Não, eu não! (Risos). Jamais! Eu não me relaciono com esse tipo de gente aí não. Quando vejo gente assim eu fico distante deles. A gente aproxima depois cria intimidade... não gosto. O jeito é evitar esse pessoal. (Z. Morador da Vila Areal).

Já o não envolvimento “acidental” é aquele justificado pela falta de oportunidades de encontro. Os moradores alegam que não teriam dificuldades com o envolvimento, mas também não negam evitá-lo. Ressaltam o medo da população após tantos casos de violência deixando subentendido que o acaso dos desencontros é, em parte, intencional.

Acho que é falta de convivência mesmo, porque nunca conversei diretamente com eles não. [...] As pessoas têm medo, né? Receio. Por causa da violência de antigamente ficaram com medo. Não é com todos não, as crianças eles tratam bem. (W. Morador da Vila Areal).

Mas não há que confundir o distanciamento apontado com *exclusão*. Diferentemente da exclusão, o *não envolvimento* é uma forma peculiar de relacionamento entre dois grupos que se encontram envolvidos embora não interajam. Esse relacionamento é característico de configurações marcadas pela desigualdade de poder entre dois grupos. Criam-se barreiras afetivas que circunscrevem de forma sutil, porém eficaz, o “devido espaço” de cada grupo no espaço físico em consonância com as divisões do espaço social. Na Vila Areal, o principal conflito entre moradores e acolhidos permanece latente no dia a dia, e se realiza por mecanismos imateriais de apartação. Não surpreende que os percursos de moradores e acolhidos na cidade sejam distintos. Além de frequentarem diferentes ambientes, os moradores ajustam seus trajetos de modo a evitarem encontros com os acolhidos. O distanciamento mais “bem sucedido” nesse sentido é o do grupo 03. Para além das barreiras físicas que os protegem nos condomínios fechados, esses moradores saem de casa logo pela manhã, quase sempre em automóvel próprio e voltam a noite. Trabalham, estudam, frequentam mercados, shoppings e áreas de lazer em outras regiões (geralmente Taguatinga e Águas Claras). Raramente circulam pela Vila Areal.

Moradores e acolhidos vivem lado a lado, mas pouco ou nada interagem; e se interagem, não se conhecem. Nomes e rostos de albergados apenas são gravados quando um se destaca dos demais pela educação “surpreendente”, ou envolvimento em algum

crime que afeta diretamente a população. Via de regra os albergados são evitados pela grande massa da população; exceto por traficantes, agenciadores de mão de obra barata e estelionatários⁸ interessados diretos nesse público. Ali, os ajustes dos desencontros funcionam relativamente bem: moradores evitam transitar na frente do abrigo e albergados por sua vez tem um acesso restrito à cidade. Eles apenas se sentem “bem-vindos” nos bares e mercados, onde são consumidores como qualquer outro.

Se você chegar num lugar, numa loja, até mesmo no mercado... No mercado é o único lugar onde o pessoal não tem muita discriminação, mas restaurante, loja... se você entrar o pessoal já olha pra você com outra cara, entendeu? Às vezes eu mesma que tô aqui, as vezes eu olho pra eles, assim, não discriminando, mas pela forma da pessoa agir, pela forma dela ser, não se importa nem mesmo com a própria higiene, entendeu? Então se a gente que tá aqui dentro vê assim, imagina a população lá fora? Que tá sempre certinho, andando bem certinho. (C. Acolhida da UNAF).

O distanciamento de que tratamos, no entanto, não necessariamente resulta de um empreendimento consciente. Para a maior parte dos indivíduos o que fazem no dia-a-dia nada mais é do que tocar suas vidas. É preciso ter claro que mecanismos de apartação operam de forma silenciosa, por intermédio dos sujeitos e a despeito de suas intenções. São propositais, mesmo quando não conscientes. É preciso ultrapassar a intencionalidade dos agentes envolvidos nessa configuração a fim de compreendê-la e entender também sua gravidade. Aqueles que afirmam não ser preconceituosos, não estão necessariamente mentido. Existe a possibilidade desses indivíduos possuírem uma concepção estreita de discriminação, restrita às suas expressões mais visíveis e que não as percebam. As formas invisibilizadas de discriminação são, portanto, as mais poderosas naquela conjuntura.

Apenas quando os ajustes discretos de apartação deixam de operar de forma eficiente, ocorrem as situações de enfrentamento. Estas geralmente envolvem a população que vive mais próxima a UNAF (grupos 1, 2 e 4), quando acolhidos, ex-acolhidos ou aqueles impedidos de entrar na unidade, dormem nas calçadas, bebem em espaços públicos, vagueiam pelas ruas ou incomodam a população de qualquer outra forma. Daí resultam discussões e brigas. Indefesos a esse tipo de situação, a população local acumula ressentimentos, que fortalecem suas justificativas ao pedido de remoção da unidade (grupos 01 e 02). Em muitos casos, solicitam a remoção de bandos específicos: telefonam

⁸ A reportagem em anexo trata de grupos de extorsão que coagem acolhidos da unidade a realizar compras ilícitas em troca de dinheiro. A prática, conhecida por “empréstimo”, leva os acolhidos a se tornarem inadimplentes.

para a UNAF ou para órgãos da administração, pedindo que “recolham” os “mendigos” de seu bairro.

Eu canso de receber telefonemas de gente falando assim: ‘Oh, na frente da minha casa tem uma família de mendigos aqui. Tem que vir tirar’. Sabe, conceitos higienistas? Então eles acham que aqui é um lugar pra depositar gente que tá enfeitando o bairro. Nossa, de Águas Claras ligam o tempo inteiro! Pedindo pra gente ir lá ‘recolher’. Como se a gente fosse carrocinha. E é muita gente! (C. Funcionária da UNAF).

A postura de cunho higienista assume outra feição no imaginário da população. Moradores do grupo 02 que já telefonaram para a administração sugerindo esse tipo de retirada, alegam se preocupar efetivamente com os moradores de rua e que a própria unidade não estaria cumprindo bem o seu papel. No entanto, suas próprias falas revelam outra face de sua preocupação. Ao pedir a remoção dos “mendigos” os moradores solicitam o afastamento dessa população, cujos hábitos, comportamentos e estilo de vida desonram o seu próprio.

Eu acho que a pessoa tem o direito de ir e vir quando quiser, mas contanto que não prejudique o pessoal também, né? Por exemplo, outra vez tava um monte de gente ali na praça. Eu liguei pra administração: ‘Olha, tem muita gente aqui debaixo de uma árvore. Vocês não tem como acolher esse pessoal?’. ‘Não, não temos carro, nós não temos estrutura nenhuma’. Eu falo assim porque dorme muita gente nas portas, encostado nas casas. Ali eles trocam de roupa, comem, fazem de tudo. Quer dizer, toda a meninada passando.... Então, assim, não é discriminando eles, é porque tinha que ter um lugar pra acolher direito, pra cuidar, né? (C. Moradora da Vila Areal).

3.2.3. Entraves ao acesso a estrutura de oportunidades

Os acolhidos vivem sob a constante ameaça de perda do seu direito de acesso a cidade, seja como usuários de um albergue público, seja enquanto população em situação de rua. Também são frequentemente barrados de acessar a estrutura de oportunidades daquele meio. O estreitamento das oportunidades de trabalho para esse público deriva em parte de sua baixa formação, mas também está vinculado ao estigma dos *albergados* na região. Muitos acolhidos afirmam já ter perdido oportunidades de trabalho ou o próprio trabalho após revelarem seu endereço. Raramente encontram trabalho na Vila. Quase a totalidade daqueles que estão empregados deslocam-se para outras regiões. Ao

perceberem que os empregadores não têm interesse em contratar *albergados*, os acolhidos, passam a ocultar ou mentir seu endereço nos currículos e ao preencherem formulários de emprego.

Pra muita gente aí de fora quem fica aqui nesse albergue não quer nada com a vida. Quase todo mundo que tá aqui dentro é discriminado por gente lá de fora. Eu vou lhe falar: se a pessoa chegar em qualquer lugar pra procurar um trabalho e disser que está aqui eles já dispensam na hora. O serviço pode estar garantido, se ele souber que é daqui, diz: 'Não, vem outro dia que deu um problema no serviço aqui e tal'. Descarta a pessoa. Tem que falar que mora na casa de um parente, que tá morando de favor [...]. (J.A. Acolhido da UNAF).

Antes de conhecer a traços⁹ eu andei procurando emprego mas não encontrava. O pessoal (população de rua) sugeriu: "Porque você não vai para o albergue? Lá, você pode pôr o endereço de lá". Eu peguei e vim, mas quando eu ia procurar emprego: 'Você tá morando aonde?'. 'Ah, eu moro no albergue'. 'Não, não me serve. (O. Acolhido da UNAF).

Muitos empregadores afirmam rejeitar acolhidos devido a insegurança de contratar pessoas sem referências e por terem dificuldades de confiar nesse público, dado seu histórico de furtos, descumprimento de horário e uso de substâncias psicoativas em ambiente de trabalho. Seria o receio dos empregadores uma forma de preconceito ou medo bem fundamentado? A resposta mais correta a essa pergunta é ambivalente. Se por um lado os déficits de autocontrole e disciplina comum aos acolhidos comprometem seu desempenho no mundo trabalho, por outro lado, o preconceito é um impeditivo real para sua inserção. Será evidenciado que essa ambivalência é característica de uma sociodinâmica das desigualdades, em que preconceito e realidade se retroalimentam. Isso porque os indivíduos internalizam e incorporam *habitus* compatíveis à sua posição no mundo e desenvolvem uma autoimagem em consonância com as expectativas de seus pares de interação. O risco do comportamento “duvidoso” de alguns acolhidos existe, mas apenas articulado a uma condição de vida em que sucessivas experiências de desrespeito são determinantes.

⁹ Traços é um projeto de reinserção de pessoas em situação de rua na sociedade. Por meio de uma publicação cultural de qualidade, o projeto gera renda para os beneficiários. Como funciona: os portavozes da Traços, pessoas em situação de rua ou em situação vulnerável, vendem as revistas em bares, restaurantes, pontos movimentados da cidade. Cada revista custa cinco reais. Quatro reais ficam com o vendedor e o outro real ele usa para comprar uma nova edição e alimentar um ciclo de geração de renda, respeito e novos projetos de vida. Fonte: Revista traços, nº19.

Uma importante exceção à suspeição dos acolhidos revela o caráter social-construtivo da desconfiança. O “Professor”, como ficou conhecido naquele meio, é um acolhido graduado em geografia pela Universidade de São Paulo que dedicou toda sua vida ao magistério e, recentemente, passando por dificuldades financeiras, buscou o abrigo a fim de acompanhar tramites judiciais em Brasília. A figura do professor distingue-se dos demais acolhidos tanto por sua formação, quanto por seu vocabulário, fala rebuscada, postura elegante – embora seus trajes sejam simples - e polidez. Por esses notáveis traços distintivos, o Professor adquiriu rapidamente o respeito e a confiança da comunidade, dos acolhidos e dos próprios funcionários, que o sugeriam de imediato como uma boa opção para a entrevista. Para os acolhidos e funcionários, ele é como um amuleto que prova haver dignidade no interior da unidade. No imaginário dos comerciantes a qualificação e polidez do professor anulam seu estigma. É notavelmente uma exceção. O entendimento geral é de que pelo título e bons modos ele prova ser um usuário legítimo do acolhimento. Também ele assim o considera.

Eles (outros acolhidos) sofrem o fator discriminatório. Inclusive eu mesmo já sofri. ‘Ah, esse aí é do albergue’. Mas a posteriori eu não preciso falar nada, eu sou professor. [...] Às vezes eu sinto algo de discriminação, mas para mim ninguém tem coragem de falar. Dizem: Esse professor tá lá no albergue também. Vem outro e diz: Mas esse aí é uma pessoa boníssima; é mestre, é um homem honrado, está lá porque precisa. Eu não venho pra cá a passeio, tampouco para conhecer Brasília, que já conheço há muitos anos. Venho pra cá por um estado de necessidade econômica que estou atravessando. (D. Acolhido da UNAF).

O Professor apresente suas marcas de distinção pela linguagem verbal e corporal: utiliza palavras rebuscadas, senta em postura elegante, cumprimenta a entrevistadora com cordialidade, olha nos olhos. Ele reconhece que aquilo que o distingue dos demais acolhidos está incorporado e se expressa por seus gestos, tom de voz, forma de tratar outras pessoas.

Porque tudo que você é na vida, você prova: na forma de você caminhar, de tratar uma senhora, fazer uma compra, no gesto de você responder a uma pessoa. Então eles vêm. [...] Eu não preciso sair daqui com um centavo no bolso, eu volto com dinheiro emprestado. Eu posso dizer: “me dá tanto que...”; eles dizem: “Não, tudo bem! O senhor falou, tá falado (D. Acolhido da UNAF).

A desconfiança atribuída a todos os demais acolhidos que não podem provar sua respeitabilidade por títulos e bons modos impacta sobremaneira as chances de autonomização e emancipação desse grupo. Isso porque tem efeitos reais sobre o desenvolvimento de suas habilidades, integração e realização pessoal. Um exemplo reside no fracasso do projeto de agricultura pensado para a unidade. A UNAF cogitou implementar um projeto de agricultura que poderia solucionar muitos de seus problemas: a inutilização tão criticada do espaço, o ócio dos acolhidos, sua segregação, indisciplina, etc. A proposta foi bem muito aceita pelos próprios acolhidos, que viram no projeto uma oportunidade de produzir e ver sua experiência de trabalho valorizada naquele meio. Muitos manifestavam concordância mesmo tendo entendido que o projeto seria uma obrigatoriedade, o que parecia bom a seus olhos, pois expulsaria os *vagabundos*.

Então, eles querem transformar isso aqui em núcleo de produção de hortigranjeiros. Não pra venda, mas pra abastecer creches, hospitais, outras casas de apoio. Segundo a proposta de uns aí, pessoas de idade não é obrigado a trabalhar. Mulheres com crianças também não. É para aqueles que são sadio. O que a gente quer colocar é o seguinte: uma diária de 30 reais. Aqueles que não quiser trabalhar, fica trinta dias depois ganha passagem e vai embora, porque não quer fazer nada da vida, só quer comer e dormir. Pra mim, isso aí é uma proposta boa porque essas terras aí são tudo perdida. Isso aí produz cebolinha, batata doce, feijão, milho... Eu que sou aposentado tenho interesse em trabalhar nisso aqui mesmo sem ganhar nada. Eu viria aqui dar uma força porque eu conheço agricultura desde os 5 anos de idade (C. Acolhido da UNAF).

O projeto, contudo, foi barrado nas entidades superiores pela inviabilidade de se confiar aos acolhidos os instrumentos necessários para o plantio. Algo semelhante aconteceu com o acolhido P., habilidoso em corte e costura, que, no entanto, foi barrado de permanecer na unidade com seus instrumentos de trabalho; motivo pelo qual abandonou o material que estava produzindo. Eram pesos de porta que P. tinha a intenção de vender, mas então doou os que já estavam prontos para a igreja. Nota-se que o descrédito institucionalizado aos albergados se torna um verdadeiro entrave ao desenvolvimento de suas habilidades pessoais. As acusações de improdutividade direcionadas ao grupo frequentemente desconsideram todas as obras que deixaram de ser produzidas em razão de sua imagem *desacreditável*. O ciclo de desconfiança avança seus efeitos quando o indivíduo *desacreditável*, se tornam também *desacreditado* (GOFFMAN, 2013).

3.2.4. Efeitos “internos” da estigmatização

A estigmatização pode desencadear impactos profundos sobre a estrutura da personalidade dos estigmatizados. Estes acolhem as hierarquias avaliativas dos “superiores” logo que se percebem “inferiores” e tomam ciência das consequências de seu estigma: dificuldades de encontrar emprego, ser bem-vindo, se envolver, levar a cabo seus projetos individuais. Internalizam desse modo a inferioridade de status a eles atribuída. No caso analisado, não se pode precisar os efeitos do rótulo de *albergados* sobre a vida psíquica dos acolhidos, especialmente porque esses indivíduos estão ali em condição transitória; mas é crucial observar os efeitos agregados da rotulação de *outsiders* nos mais diversos momentos de suas trajetórias, que são frequentemente reavivados ou potencializados na solidão do acolhimento. Para muitos acolhidos o estigma de *albergados* complementa um descrédito herdado de sua origem e história.

A baixa autoestima é o efeito mais evidente da introjeção da inferioridade entre os acolhidos. Segundo os funcionários C. e R., ela se expressa visivelmente pela vergonha desses indivíduos. Nos atendimentos individuais observam-na por sua postura corporal e gestos: entram cabisbaixos, mantêm o olhar baixo, possuem um “ar de derrota”. A funcionária C., incumbida de ajuda-los a montar um currículo profissional, identifica que os usuários têm dificuldades em reconhecer suas experiências passadas como legítimas e de ver em si mesmos algum potencial. A vergonha se nota especialmente quando a funcionária necessita entrar em contato com seus familiares. Nesses casos é muito comum os acolhidos pedirem sigilo de sua atual condição a funcionária. O funcionário R2 observa que a maior parte dos acolhidos têm vergonha de conversar e brincar, sobretudo aqueles com problemas de dependência química.

A postura de vergonha dos acolhidos também foi identificada no decorrer da pesquisa de campo. Muitos falam de seus sonhos em um tom de confissão, como se houvesse culpa em ousar sonhar para alguém de sua posição. O mesmo tom aparece ao “confessarem” seu analfabetismo ou um passado marcado pelo envolvimento com o tráfico de drogas e a prostituição. A inferioridade introjetada também se revela pelas hesitações e inseguranças de sua fala (*Eu penso dessa maneira, né?*), por jogos de linguagem (*Se eu contar minha vida todinha pra um carroceiro, o carroceiro fica tão triste que o cavalo até chora*) e gestos de timidez (olhar baixo).

Eu fiz uma oficina aqui em que eles tinham que se desenhar, e aí todos eles... eu não me lembro de ter visto uma positiva. Só uma. Uma eu me lembro. Do ano passado pra cá! Um inclusive deixou em branco. Ele pôs o papel assim e falou: 'É isso que eu sou, um nada. (P. Funcionária da Unidade).

De acordo com Elias (2008) os grupos outsiders, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana. A estigmatização permite transfigurar desigualdades sociais como se fossem diferenças de personalidade apenas. Combinada a certo ideal moderno da autorresponsabilidade, essas desigualdades são encaradas por discrepâncias de mérito ou competência pessoal. Os acolhidos, que também internalizam esse ideal, vivenciam sucessivas experiências de frustração como fracasso pessoal, fator que corrobora a uma autorrelação negativa desses indivíduos.

Será evidenciado que os impactos do acolhimento sobre a vida psíquica desses indivíduos vai muito além da baixa autoestima. Em condição de extrema pobreza os acolhidos estão também mais suscetíveis a uma série de extorsões e violências. Sucessivas experiências de desrespeito vivenciadas por esses indivíduos deixam marcas profundas em sua autoconfiança e respeito próprio. A regularidade dessas fraturas entre os acolhidos, em consonância com experiências de vida que compartilham entre si (como o abandono familiar, extorsões, explorações e discriminações) torna razoável associá-las a problemas de uma classe, ou talvez associar a própria constituição de uma classe a essas experiências. Por ora, importa sublinhar que os impactos da estigmatização sobre a autoimagem e autorrelação prática dos acolhidos é parte integrante do processo de vulnerabilização a que estão sujeitos.

A internalização da crença depreciativa no caso dos acolhidos tem como efeito gerar estados psíquicos continuados de vergonha, retraimento, desconfiança e/ou intolerância. Essas inclinações corroboram a sociodinâmica das desigualdades naquele meio por incita-los à inércia ou à transgressão. Segundo Becker (2003), indivíduos que “não têm uma reputação a zelar” estão mais suscetíveis a se desvencilhar dos códigos de conduta convencionais, sobretudo se rotulados de antemão como desviantes. A não correspondência de suas expectativas de reconhecimento leva-os a buscar alternativas pelo desvio fazendo com que se efetive uma espécie de “profecia autorrealizadora”. Elias (2000) observa que os sintomas de “desvio” acusados nos grupos *outsiders* costumam ser gerados por condições próprias de sua posição social e pela humilhação e opressão que

lhes são concomitantes. Um efeito perverso secundário das condutas transgressoras de acolhidos na Vila Areal consiste em reforçar o estigma do grupo na região.

Evidencia-se que as condutas marginais acusadas no grupo de acolhidos, quando existem, são indissociáveis de sua trajetória de vida, mas também da posição que esses indivíduos ocupam naquela configuração específica. O não envolvimento, a desconfiança dos moradores, os inúmeros entraves à ascensão dos acolhidos e o sentimento de inferioridade resultante do estigma de *albergados* são parte integrantes de sua vulnerabilidade. E quando se fala em vulnerabilidade, é preciso considerar a sujeição a diferentes riscos, inclusive à criminalidade. A cisão e o preconceito de classe naquela comunidade barram em muitos sentidos a autonomização dos acolhidos, o que se nota pelo alto índice de reincidência. “[...] as configurações limitam o âmbito das decisões dos indivíduos e, sob muitos aspectos, têm uma força coercitiva; ainda que esse poder não resida fora dos indivíduos, como muitas vezes se leva a crer, mas resulte meramente da interdependência entre eles”. (ELIAS, 2000, p.185).

3.3. Albergado em um corpo situado

3.3.1. Autorresponsabilidade

O reconhecimento social do “sujeito digno”, ou cidadão legítimo, tem sido condicionado a uma economia emocional específica, marcada pelo predomínio da razão sobre as emoções, disciplina, cálculo prospectivo, autorresponsabilidade. Tem sido restringido também a pessoas que desempenham atividades produtivas, que possuem respeito pelo espaço alheio e vida familiar (SOUZA, 2003). Essas qualidades são valoradas sobretudo porque funcionais a uma ordem social guiada por instituições como Estado e Mercado. Prega-se, em última instância, um perfil humano produtivo e útil. A generalização dessa expectativa, contudo, não pode ser realizada sem que se ponha à margem a desigualdade de todas as precondições necessárias a sua aquisição.

Na Vila Areal, esse ideal de sujeito digno é confirmado pelos valores estimados tanto pela população, quanto pelos acolhidos. Aqueles que não se adequam a esse modelo, cujas vidas são marcadas pela inconstância, indisciplina e padrões familiares disruptivos, não apenas possuem dificuldades de inserção social e produtiva, mas também são pela

inadaptação, desclassificados socialmente. Isso ocorre porque a adaptação tem sido encarada como incompetência pessoal ou fruto de deficiências da personalidade.

À luz do ideal moderno da autorresponsabilidade, o sucesso e fracasso pessoal aparecem como frutos de investimentos individuais. Esse ideal resulta perverso quando aplicado sobre classes destituídas, que não têm efetivamente as mesmas condições de competirem por bens escassos e acessar oportunidades; não apenas porque carecem de atributos, mas porque carecem de todo um aparato sociocognitivo que as capacite para adquirir atributos e acessar oportunidades. Responsabiliza-se grupos vulnerabilizados pela sua própria vulnerabilidade contribuindo, assim, para perpetuá-la; seja pelos desdobramentos práticos “externos” da desclassificação, seja por seus efeitos “internos”.

A ênfase dada a responsabilidade individual na justificação de processos vulnerabilizantes oculta o componente social irremediável das formações subjetivas e das capacidades individuais. O equívoco consiste em atribuir ao indivíduo a inteira responsabilidade por suas decisões e desempenho, como se pudessem existir independente do meio no qual são forjadas suas disposições e capacidades. Deixa-se de perceber, assim, que escolhas pessoais raramente provêm de estratégias intencionais dos sujeitos (BOURDIEU, 1996). Ao contrário, são mais bem compreendida pelo conjunto de *habitus* adquiridos a partir de sua origem e posição social.

Ocultam-se que mesmo escolhas aparentemente irracionais, que corroboram para a vulnerabilização dos acolhidos – como o consumo excessivo de álcool - estão intimamente vinculadas às condições da posição marginal em que muitos acolhidos encontram e que ocuparam no curso de suas vidas. Também a posição social ocupada por seus predecessores é fator decisivo na formação das disposições individuais. Se em um primeiro momento do presente trabalho foi identificada a interdependência das posições relacionadas em uma mesma configuração, impõe agora sublinhar a interdependência de estruturas sociais objetivas e estruturas subjetivas. Esse esclarecimento permitirá evidenciar a coparticipação dos sujeitos, a um nível infra consciente, nos processos de reprodução de desigualdades excessivas e permanentes.

O princípio da autorresponsabilidade é confirmado na fala dos moradores e acolhidos que interpretam conquistas e insucessos como mérito ou culpa individual. Mas esse princípio é diferentemente apropriado pelos membros de cada grupo. Nota-se que o ideal da autorresponsabilidade está mais enraizado entre os moradores. Os acolhidos raramente atribuem responsabilidade pessoal a suas conquistas, por exemplo. Na

realidade, têm dificuldades de reconhecer conquistas, limitando-as quase sempre aos filhos. Quando pontuam alguma, esta costuma aparecer como fruto da ajuda divina ou de terceiros. Nesse grupo, o ideal de autorresponsabilidade aparece quase sempre vinculado à imagem de insucessos do passado¹⁰. Limitados, pela falta de recursos, em controlar efetivamente suas próprias vidas, a noção de autorresponsabilidade entre os acolhidos tem servido mais a um sentimento de fracasso pessoal que para suscitar um engajamento sério no próprio futuro.

Pra mim nos últimos anos pioraram, mas assim, não foi por culpa de ninguém. A culpada de tudo foi eu mesma... Foi por não ter escolhido as coisas certas pra mim. Só queria andar no caminho errado. (C. Acolhida da UNAF).

Eu tive muita oportunidade aqui, o negócio é que eu não soube agarrar. (C. Acolhido da UNAF).

Não significa que os moradores não se responsabilizam por faltas passadas, mas a centralidade dada aos fracassos pessoais na narrativa dos acolhidos é um traço distintivo do grupo. Responsabilizam-se por terem perdido oportunidades, tomado decisões erradas ou por terem espontaneamente trilhado um caminho “indigno”. Já os moradores ativam constantemente esse princípio ao falar de conquistas e mudanças positivas de vida pelas quais se autorresponsabilizam: por criar filhas bem sucedidas (Moradora H); superar a dependência química (Moradora M); passar no vestibular (Morador G); concluir uma graduação (Morador I); comprar a casa própria (Moradores W. e L); superar dificuldades de ser mãe solteira (Moradora M.), etc. Em comum, as narrativas do passado nesse grupo assumem uma tonalidade otimista, ressaltando o mérito pessoal da ascensão social. Mas, mesmo aqui, a responsabilidade nunca é totalmente individual. Os moradores consideram quase sempre a ajuda de terceiros e de Deus. Mas demonstram, junto a Deus, “tomar as rédeas” de suas vidas: sonham seu próprio futuro e planejam, a curto e a longo prazo.

De outro lado, a maior parte dos acolhidos têm dificuldades de reconhecer qualquer conquista. Respondem a essa questão com *nada, nenhuma, nada além da família*

¹⁰ Uma ressalva deve ser feita. Quando o assunto é trabalho não se verifica a responsabilização individual pelo fracasso. Os membros desse grupo sustentam ser *dedicados* na busca por emprego, mas reconhecem dificuldades inerentes ao mercado de trabalho: oportunidades restritas, exigências de formação e preconceito. “Atualmente procura trabalho? - Demais da conta!” (Resposta imediata, enfática, como que justificando não ter culpa pelo próprio desemprego). (J.A. acolhido UNAF).

ou descrevendo conquistas que perderam por “sua culpa”, quando por bebida ou abandono colocaram tudo a perder. Muitos desses indivíduos descrevem perdas abruptas, como se tudo se passasse de uma hora pra outra. Em alguns casos fazem uma leitura mágica do passado na tentativa de explicar perdas súbitas pela atuação de seres espirituais. Chama a atenção nesses casos a visão de determinados acontecimentos como um divisor de águas que separa o êxito do insucesso. Nesses casos, ainda que o indivíduo fuja à compreensão do fracasso enquanto responsabilidade pessoal, acolhe um modelo explicativo que põe à margem seus processos de formação.

Eu consegui um trem muito bom esse ano, mas de última hora eu desisti e vim pra Brasília. Eu consegui um prêmio, mas a tentação do coisa ruim põe alguns pensamentos ruins na cabeça da pessoa pra pessoa desistir. Ganhei uma Terra do INCRA, uns cinco alqueires de chão. Ganhei em janeiro, fiquei quase oito meses. Agora, quando foi em setembro, eu desandei tomando uns goles, larguei tudo pra lá e vim pra aqui. Isso daí já é o começo de uma conquista, né? O que significa esse movimento aí? É tentação do coisa ruim pra ver o cara largar mão de tudo o que conseguiu. Foi numa hora pra outra! Desandei nos goles, fui nos pensamentos e falei: vou bater em Brasília! Quando a bebedeira acabou foi que eu acordei. Isso já tem três meses. Agora quando eu voltar lá já tem outro em meu lugar. Se passar de 90 dias eles dão como abandono. As coisas chegaram na minha mão... Eu tava com uns projetos muito bons, de plantar uma roça boa nesse tempo agora, porque lá tá chovendo, e de uma hora pra outra... Isso não sai da minha cabeça nem tão cedo... Quando eu começo a pensar nos prejuízos que eu já levei na vida, pra desabafar, aí eu bebo. São duas coisas que eu não consigo esquecer (o prejuízo da terra e a separação da esposa). (J.A. Acolhido da UNAF).

Elias (1994) esclarece que a impressão que temos de ser interiormente algo distinto do mundo exterior incita uma falsa antítese entre indivíduo e sociedade. Em realidade, estruturas da personalidade estão rigorosamente imbricadas às estruturas objetivas da sociedade. A responsabilização individual por sucessos e fracassos existe ancorada nessa distinção ilusória, que percebe empreendimentos individuais dissociados de seu contexto. Perde-se de vista a dimensão dos processos sociais que respondem não apenas pelas escolhas e práticas individuais, mas pela própria constituição dos sujeitos.

A compreensão de si enquanto natureza objetificada só é possível em razão de uma postura reflexiva própria da modernidade, a que Taylor (2003) denomina desprendimento. Esta é transmitida por doutrinas, mas principalmente por disciplinas de autocontrole nos campos econômico, moral e sexual. Entende-se os sujeitos enquanto

seres desprendidos do seu contexto de formação, que têm indissociavelmente controle sobre o mundo e sobre si. No caso analisado, nota-se que membros dos dois grupos desenvolvem diferentes padrões de autocontrole e internalizam também de forma distinta a noção de autorresponsabilidade. Contudo, esses princípios têm sido manipulados para julgar igualmente ambos: legitimando moradores e subestimando acolhidos; justificando a superioridade dos primeiros e a inferioridade dos segundos.

3.3.2. Realidade e Preconceito

Muito se tem falado até o momento sobre as acusações voltadas contra o grupo de acolhidos como parte de um processo que favorece sua vulnerabilidade. No entanto, é imprescindível observar que a desclassificação desse grupo não se fundamenta apenas em preconceitos. Ao contrário, as acusações de desvio e inércia lançadas sobre os acolhidos têm sido sistematicamente confirmadas pelo comportamento de muitos deles. Negar isso seria romper com a verdade que se propõe revelar. Dentre as evidências mais pontuadas para justificar a inferioridade do grupo, está sua falta de vontade em buscar trabalho ou retomar os estudos. O “desinteresse” de alguns dos acolhidos nesse sentido parece a prova mais cabal de seu comodismo, que é apresentado como uma característica da personalidade *albergada*; quando não generalizável ao tipo “pobre beneficiado pelo governo”.

A funcionária C. observa que, de fato, muitos acolhidos se negam a retomar os estudos, mesmo estando abertas as oportunidades para tanto. Também muitos são aqueles que adotam um estilo de vida aventureiro: valorizam a liberdade em detrimento da estabilidade, não buscam emprego fixo e priorizam o “desfrute dos prazeres”, isto é, o vício. A funcionária C. também conta atenderem na unidade muitos devedores e foragidos da polícia, além de acolhidos em liberdade condicional: *“Não é esporádico não, é muito comum. Muitos falam ‘Ah, eu venho do sistema’ e quando fala de sistema é sistema prisional”*.

Sem a intenção de julgar ou justificar as escolhas e modos de vida desses acolhidos, convém, no entanto, desmistificar suas práticas como fruto de decisões conscientes apenas. Não apenas as suas, mas qualquer prática. Objetiva-se evidenciar que as atitudes individuais de acolhidos, especialmente aquelas aglomeradas no pacote da “falta de vontade”, possuem uma lógica mais complexa do que comumente se percebe.

Bourdieu (2009) observa que o princípio das práticas não resulta de regras conscientes, tampouco de mecanismos superiores e externos aos agentes, mas deriva de um sistema de preferências informado por um conjunto de disposições herdadas e de pressões externas do meio, isto é, condicionantes próprios de cada posição social.

Albergado é albergado, tem suas peculiaridades. Eles usam as artimanhas deles pra se dar bem. Você não pode vacilar com eles, deixar seu celular... Isso tudo eu sei. Mas se eles procurassem mudar de vida... Eles são inteligentes, sabe? Tem pessoas que nos surpreendem. Só que não usam o saber, não estudam... Mas eles desenvolveram uma habilidade. São muito habilidosos. (I. Funcionária da UNAF).

Recorre-se aqui a noção de *habitus* para introduzir uma reflexão acerca da influência das posições sociais sobre as disposições comportamentais e de pensamento daqueles que a ocupam. Bourdieu (2009) observa que classes particulares de condições de existência produzem *habitus* semelhantes, isto é, disposições duráveis de comportamento e pensamento. É preciso ter claro que em determinadas condições de vulnerabilidade - marcada pela pobreza extrema, desvinculação, inúmeras frustrações e destituições - toda uma série de decisões reprováveis, como a estagnação, o roubo, o abandono dos estudos, trabalho ou mesmo da própria família, entram no campo das escolhas mais sensatas. Obviamente pesam sobre elas inclinações individuais. Mas é importante que se compreenda que também essas inclinações são fruto de processos sociais.

Uma série de coerções sociais condicionam os acolhidos a inclinações predatórias que tendem a perpetuar sua condição de vulnerabilidade e expor a comunidade da Vila Areal a novos riscos. Não se pode pensar a aquisição dessas inclinações de forma determinista a partir da situação de acolhimento ou miséria, mas convém abrir os olhos para os condicionantes sociais de sua formação quando se as observa; seja pelos esquemas práticos de ação e pensamento que os indivíduos herdam, seja pelas coerções do meio.

3.3.3. Percepções e usos do tempo

Dentre os esquemas de percepção herdados ou adquiridos pelos sujeitos, as percepções e usos do tempo são primordiais. Os indivíduos adquirem um senso prático que permite a eles avaliar possibilidades apropriadas e práticas sensatas a partir de sua

posição no mundo. Esse senso também informa o que é ou não digno de investimento, algo que aparece para os sujeitos de forma naturalizada. No estudo de caso, foi possível identificar que moradores e acolhidos possuem relações muito diferentes com o tempo e, conseqüentemente, percebem de maneira muito distinta suas possibilidades apropriadas e objetos de investimento. Suas representações do passado demonstram, em parte, essa desigualdade. Foi falado que, de um modo geral, moradores enfatizam do passado lembranças de conquistas, já os acolhidos sublinham seus insucessos. Um segundo fato peculiar aos acolhidos consiste em ocultar o passado.

Inúmeras podem ser as razões para o bloqueio do passado observado em suas falas. Ainda, essa característica não pode ser tida como exclusiva ao grupo de acolhidos. No entanto, o bloqueio do passado chama atenção entre eles por aparecer – e ser transmitido/ensinado - como uma estratégia. Ao fazê-lo, esses indivíduos protegem-se tanto do descrédito, oriundo do julgamento de terceiros, quanto do desânimo que implica verbalizar eventos vergonhosos ou comprometedores de seu passado. “*Não. Meus insucessos eu deixei pra trás. As derrotas eu botei uma pedra em cima de tudo*” (C. Acolhida da UNAF). O bloqueio é transmitido por conselhos como um mecanismo útil de defesa contra o próprio desânimo. Assim dizia o conselho mais importante que M.A. recebeu na infância: “*Não olhe pra trás, sempre para a frente*”. Busca-se transmitir, pelo estímulo do esquecimento, certa disposição de crer.

Mas, acreditar no futuro, ou mesmo olhar para ele, é tarefa árdua para os acolhidos. A., funcionária da UNAF, observa que em sua maioria esses indivíduos não têm perspectivas de futuro ou têm uma perspectiva muito peculiar, seja porque fantasiosa, seja porque restrita. O futuro para eles, quando muito, é até o próximo final de semana, afirma C. Eles têm dificuldades de planejar e de sonhar. Para a funcionária D. os acolhidos criam barreiras de proteção emocional para não projetar expectativas no futuro e desse modo evitam decepções, desilusões e sofrimentos. Contudo, é importante ultrapassar a ilusão finalista que percebe as práticas como orientadas para o futuro apenas (BOURDIEU, 2009). Se o escape é um mecanismo de proteção, ele o é orientado pelo passado. Desenvolve-se como uma tentativa de ajustamento antecipado as condições objetivas a partir daquela situação tendo em vista as limitações geradas por sua história. Significa dizer que apostar no futuro para essas pessoas não é tão simples, porque encontram-se limitados por sua privação financeira, inadaptação para o mercado de trabalho e descrédito social. Por essa razão a tentativa de esquecimento do passado tem

sido um passo importante para esses indivíduos darem prosseguimento a suas vidas. Carecem, nesse sentido, de um quadro de referências que lhes permita ressignificar positivamente um passado de rupturas, perdas e frustrações.

É muito triste. Eu levei um certo tempo pra entender que em razão das vulnerabilidades, das vivências, das dificuldades, eles têm muita dificuldade de planejar, e muita dificuldade de sonhar. Então quando a gente fala em futuro, quando muito é até o próximo final de semana. E isso a gente tem que entender bem. E aí eu faço perguntas provocativas: ‘Você já pensou onde você vai estar daqui a um mês?’ ‘Ah, Dona, eu não pensei não. Sei lá... onde Deus me colocar’. [...] Mas muitos dos que chegam a situação de acolhimento – eles relatam isso – é porque chegaram a uma falta de esperança no amanhã, no futuro. Pra eles se naquele dia eles conseguiram comer e dormir já é uma vitória. (C. Funcionária da UNAF)

A metade dos acolhidos entrevistados alega não possuir nenhum sonho para si, fato que compartilham com integrantes do grupo 04 de moradores. Seus sonhos quase sempre dizem respeito ao sucesso dos filhos. A princípio, a constância das projeções de realização no êxito dos filhos faz crer que tal extensão, ou conversão, é “coisa de pai e mãe”. Contudo, ainda que seja essa uma parte fundamental da realização pessoal dos pais entrevistados, nota-se que esse tipo de projeção serve muitas vezes para neutralizar ou amortecer os próprios sonhos, conforme os indivíduos adquirem a ciência do seu campo restrito de possibilidades. Assim revela E.:

Não muito. Ver meus filhos estudados, formados, concursados. Esse é o meu maior sonho, não pra mim, pra eles. - E para você? - Nenhum. Carro, dinheiro... isso é coisa que eu vou conquistar aos poucos. Só depende de mim mesma. Eu não posso chutar no gol se não vai ser gol. Eu tenho que chutar pra ganhar. Tipo assim, eu não posso dizer ‘Eu quero isso’ Se eu não tenho dinheiro suficiente pra alcançar. Eu posso dizer assim: ‘Um dia, quem sabe, ter uma casa, um carro...’, mas isso vai com o tempo. (E. Moradora da Vila Areal).

Não significa que não existam sonhos pessoais, mas pelo ajustamento das (in) possibilidades de realização pessoal, orientadas pelo passado e situação atual, transferem a própria realização para o campo de possibilidades dos filhos. “*Meu sonho é ver meus filhos se formar. O que eu não consegui, eles conseguir. E o que eu puder conseguir ainda... que Deus me dê forças pra continuar. Mas o meu sonho mesmo é ver meus filhos*

formados”. (M.C. Acolhida da UNAF). Naqueles casos em que os acolhidos ousam sonhar, apontam com maior frequência a ambição de comprar uma casa própria e constituir família.

Também é frequente entre eles a descrição de sonhos mirabolantes, como ser jogador de futebol profissional após os quarenta anos (ou profissional de qualquer outro esporte) ou ser “*psicólogo, psicanalista, psiquiatra... essa área aí*”. Não se trata aqui de julgar a viabilidade de seus sonhos, mas sim constatar sua inexatidão e a incompatibilidade desses com seus planos. A inadequação entre sonhos e projetos de vida no caso dos acolhidos reflete determinado senso de desorientação indissociável da condição de desvinculação continuada.

Instituições como família e escola são responsáveis por inculcar em seus membros certo senso de orientação que permite adequar planos e expectativas à sua posição no mundo. A ausência dessas esferas de organização na vida de muitos dos acolhidos explica, em parte, seu desajustamento. O estudo de caso revela que os planos dos acolhidos raramente são compatíveis com seus sonhos; quando eles “ousam” sonhar. No caso dos moradores, a adequação é maior, bem como a crença na responsabilidade individual pela sua execução. Moradores dos grupos 01, 02 e 03 falam com otimismo de seus sonhos e descrevem planos, minuciosamente às vezes, compatíveis aos sonhos apresentados.

A maior parte dos acolhidos foi privada de desenvolver um tipo de pensamento prospectivo. “*Eles não têm o hábito de planejar. É o que for, o que surgir, ‘vamos vendo aqui’. As vezes planejam coisas fora da realidade.*” (Funcionária P.). Souza (2012) explica que a disposição para calcular o futuro depende de algo exterior a consciência. No âmbito familiar, por exemplo, o pensamento prospectivo é formado por um circuito de dívidas mediante o qual as crianças desenvolvem a obrigação moral de investimento no próprio futuro. Obrigação essa que, introjetada, é sentida como uma aspiração pessoal. Pouca atenção costuma ser dada ao fato de que a fé no futuro e a disposição para investir no próprio futuro são coletivamente transmitidas e incorporadas e não meramente fruto de um desejo pessoal.

Nota-se, ainda, que essa espécie de aprisionamento no presente vivenciada pelos acolhidos tem íntima relação com seu estado de vulnerabilidade. Esses indivíduos passam dias e dias aguardando *feedbacks* de submissão a propostas de emprego, audiências, atendimento médico, ou a ajuda de terceiros, sem as quais se veem imobilizados.

Encontram-se em uma condição na qual o planejamento mais viável se resume, como no caso de M.A., a “*Ver o que se passa pra eu poder voltar a vida normal*”. Em muitos casos é essa a face oculta do ócio e da vagabundagem acusados nos membros desse grupo.

Desdobramentos perversos da fixação no presente dizem respeito as restrições de acesso àquelas oportunidades que exigem planejamento, como bons cargos, por exemplo; e a destruição de ambições que exigem investimentos de longo prazo. Esses desdobramentos levam ao não acúmulo, que tem impacto profundo na perpetuação intergeracional da vulnerabilidade. Não apostam no futuro, não investem em qualificação, “pensam pequeno”, afirma C. Acostumaram-se a serem salvo por favores e são então favores o que demandam. Desenvolvem, nesse sentido, certo utilitarismo, que, no entanto, é indissociável da visão desacreditada que formam de si mesmos e de seu futuro, bem como de uma concepção restrita de direitos que acompanha essa visão.

Muitos vêm esperando que a gente dê alguma coisa pra eles. Na época do pronatec eles diziam: ‘O que que eu vou ganhar com isso?’, ‘Vou ganhar algum dinheiro?’. Eu dizia: ‘Calma, vamos pensar. Você vai ganhar experiência, você vai aprender’. Mas a necessidade deles é aquela, imediata. Acredito que eles precisam do dinheiro ou pra comprar comida, ou pra comprar o que sustenta o vício deles: álcool, drogas, enfim... Eles falam assim ‘Ah, doutora, se eu não ganhar nada aí fica difícil.’ (Funcionária C.)

Os distintos esquemas de percepção temporal entre moradores e acolhidos apontam para aquilo que efetivamente diferencia os dois grupos, a saber: um aparato sociocognitivo mais ou menos *adaptado* aos imperativos modernos e, logo, também mais ou menos *aprováveis*. Foi evidenciado que as percepções de tempo em cada grupo encontram-se intimamente vinculadas a condicionantes próprios de sua posição social. Os efeitos limitadores das percepções de tempo herdadas ou adquiridas pelos acolhidos elucidam uma constatação central para o presente trabalho: a modulação simultânea dos agentes e da ordem social. Por internalizarem esquemas de percepção e apreciação compatíveis com sua posição na estrutura social, os indivíduos contribuem, ainda que a um nível infra consciente, a perpetuar essa própria posição. É chegado o momento de observar o modo pelo qual realidade e preconceito se retroalimentam.

Segundo Bourdieu (1996), a chave para pensar os mecanismos de reprodução do espaço social está na relação de cumplicidade infraconsciente entre os agentes e o mundo social. Os agentes sociais incorporam uma cadeia de esquemas práticos de percepção e

apreciação que funcionam como princípios de visão e divisão do universo, logo, servem de instrumento para a construção da própria realidade. O autor busca chamar atenção para a dialética entre estruturas sociais objetivas e disposições duráveis dos agentes. Essas são inculcadas nos sujeitos em consonância com o campo de possibilidades e impossibilidades de determinada condição social, isto é, a partir de sua posição no mundo.

A inculcação das estruturas sociais nos agentes não é um processo mecânico, mas se realiza conforme a lógica própria do seu organismo e trajetória, que são únicos. Tampouco restringe totalmente suas escolhas, que, todavia, são limitadas em sua diversidade. Importa observar que as inclinações dos agentes terão sempre como referência as disposições constitutivas de seu *habitus*, um sistema de preferências herdado ou adquirido a partir da origem e posição social que os agentes ocupam. O funcionamento de um sistema de desigualdades pressupõe a orquestração dos *habitus* (BOURDIEU, 2009). Entende-se que os corpos reproduzem de forma mais ou menos segura fissuras da ordem social, na medida em que agem conforme os limites dos esquemas práticos adquiridos em consonância com essa ordem. Esses esquemas são estruturas estruturadas e estruturantes, logo, informam novas práticas e percepções que corroboram para a perpetuação da ordem social ao reproduzir seus princípios de divisão.

Não é, pois, surpreendente que inúmeros comportamentos acusados nos acolhidos se verifiquem. As inclinações desses indivíduos são formadas em relação ao espaço de possibilidades e impossibilidades oferecidas pelo meio e um sistema de disposições que trazem de sua origem e trajetória. Muitos deles manifestam disposições semelhantes porque partilham de determinadas experiências de vida: abandono e/ou rompimento familiar, o trabalho infantil, o subemprego, a migração, a itinerância e o abrigo, por fim. Observar a posição de subordinação continuada nessas experiências, e todas as restrições de oportunidades de ascensão inerentes a condição de acolhimento é central para se compreender a recorrência de determinadas condutas desviantes entre o grupo de acolhidos.

3.3.4. Efeitos coercitivos da configuração

Determinadas condições sociais que os acolhidos compartilham entre si impõem sanções que os constroem a adquirir disposições semelhantes. Na condição de

acolhimento alguns manifestam em comum determinadas condutas condenáveis: “falta de vontade”, consumo excessivo de álcool, consumo de outras drogas, dissimulação, descuido com os bens e pequenos roubos. Tais condutas reforçam o estigma dos acolhidos na região, forjando, assim, novas sanções. É característico de uma sociodinâmica das desigualdades a interdependência entre preconceito e realidade. Na Vila Areal, preconceitos disseminados a respeito dos acolhidos são muitas vezes confirmados em suas práticas: o imobilismo dos “vagabundos”, a desonestidade dos “marginais” ou o envolvimento com o tráfico de drogas dos “delinquentes”. Há que se compreender os determinantes sociais dessas condutas.

Um exemplo da força coercitiva das configurações sobre os agentes que nela se encontram envolvidos pode ser identificado nas estratégias de dissimulação dos acolhidos como resposta a condições peculiares de sua posição social. É sabido que o abrigo restringe as chances dos acolhidos de encontrarem um trabalho “digno”, por exemplo. Após sucessivas tentativas frustradas de busca por emprego, esses indivíduos se vêm constrangidos a elaborar estratégias de dissimulação. A necessidade de ocultar sua condição atual na busca por emprego é tão evidente que se tornou estratégia incorporada à prática profissional de funcionários da unidade:

Olha, pra começar, no currículo deles eu não coloco que eles estão acolhidos na unidade de acolhimento. No começo eu pensava: ah, isso é balela, as pessoas têm que saber quem eles são, de onde vêm, mas o mundo não é tão romântico assim não. Quando a gente conversa com o empregador, e muitas vezes a gente liga... se falar que é daqui, a sociedade já tem certo temor. No currículo deles tem o endereço da unidade, mas sem dizer que é a unidade. Eu evito dar mais detalhes porque eu já percebi que a sociedade, o mercado, tratam com um ‘q’ de preconceito, sabe? Alguns eu identifico preconceito mesmo, na hora. ‘Ah é pra população de rua? Não mesmo! nem morta!’ (C. funcionária).

Um segundo aspecto, mais delicado, diz respeito aos furtos praticados por alguns acolhidos quando finalmente encontram trabalho. A compreensão dessa atitude frequentemente exige que se ultrapasse a mera condenação ou justificação dessa práticas. Não se trata de oferecer uma explicação exaustiva das motivações e contextos dos furtos, apenas chamar a atenção para o fato de que a aparente irracionalidade ou imoralidade da troca de um “bom emprego” por determinada quantia em dinheiro, é, na verdade, uma racionalidade ou moralidade própria de sua condição. Sem qualificação profissional e perspectivas de lograr bons cargos e posição social de prestígio pelas vias do trabalho

formal, muitos encontram na criminalidade uma forma razoável de maximização econômica e simbólica. Para esses “malandros” a experiência do desvio aparece como uma saída vantajosa ou mesmo a única forma de “tirar vantagem” no mundo.

Além disso, é importante considerar que geralmente essas pessoas que não foram formadas para desenvolver uma “ética do trabalho duro”, que viabiliza a sujeição consentida a trabalhos extenuantes e mal remunerados. Se a ética do trabalho duro é introjetada nos sujeitos como uma herança transmitida desde a infância, também a lógica do “lucro fácil” o é. Na ausência de uma ideologia que os leve a ressignificar trabalhos extenuantes e mal remunerados como “dignos”, esses indivíduos abdicam facilmente do subemprego, arriscando adquirir bens e satisfação pessoal pela via da criminalidade.

Em muitos casos, a prática do furto é motivada para sustentar a dependência química dos acolhidos ou o pagamento de dívidas. É preciso considerar que a própria dependência química pode estar associada a determinadas condições de vida que os acolhidos compartilham entre si. O uso abusivo de álcool e drogas é dilema central para esse grupo. Quase todos consomem bebidas alcoólicas, exceto aqueles “convertidos” a vida livre da dependência química (o que não implica conversão religiosa). Ainda mais comum é o consumo de tabaco. Praticamente todos fumam, incluindo os “convertidos a vida limpa”. Para os membros desse grupo o cigarro sequer é considerado um vício. Geralmente respondem a questão sobre a dependência química com uma negativa e bem mais adiante acrescentam “*só o cigarro mesmo*”. Se a resposta é positiva, refere-se ao álcool ou crack; embora o tabaco sempre acompanhe as outras drogas.

O problema do alcoolismo é apresentado pelas funcionárias da unidade como um dos principais entraves à autonomização dos usuários. De acordo com P., psicóloga do abrigo, o uso abusivo de álcool e outras drogas está associado a fatores como a depressão, baixa autoestima, desespero, frustrações e ao abandono a própria sorte dos acolhidos. “*Eles vivem questões internas com as quais não conseguem lidar e não encontram um meio que ajude*” (P. Psicóloga da UNAF). Vulnerabilizados e com vínculos próximos rompidos ou extremamente fragilizados, os acolhidos frequentemente encontram no álcool e em outras drogas um subterfúgio. Contudo, trata-se de uma saída ardilosa, explica P., pois aquilo que em um primeiro momento serviria à satisfação pessoal e/ou compensação por uma desilusão qualquer, vai sendo aos poucos convertido em fator de desorganização social.

Um dia eu marquei uma entrevista para a pessoa e a pessoa foi com maior cheiro de álcool. Ai eu falei “Poxa fulano de tal, eu marquei a entrevista, eu consegui, a pessoa foi te receber e você tomou umas antes de ir pra sua entrevista?”. E ele: sabe o que é, Dona? Eu tomei pra ter coragem. (C. Funcionária da unidade).

Quando dependentes químicos, os acolhidos se distanciam ainda mais dos vínculos familiares e encontram outra série de dificuldades de integração social e adaptação ao mercado de trabalho. A dependência compromete também a respeitabilidade desses indivíduos, que já não são considerados confiáveis aos olhos da comunidade e menos o são quando “imprevisíveis”. Segundo R., psiquiatra da unidade, entre as drogas mais comuns utilizadas pelos acolhidos estão o álcool, a maconha e o crack. Fora o prazer e o alívio corporal possibilitados pelo uso, também pesam na adesão fatores como a admiração a outros usuários e a possibilidade de inserção social pelo consumo. Aqueles que possuem um histórico de envolvimento com o tráfico afirmam ter encontrado ali figuras de referência. O mundo do tráfico pode representar para essas pessoas a possibilidade de ascensão e reconhecimento social negados em outras esferas da vida.

Sem condições financeiras para cobrir os custos do vício, alguns acolhidos se inserem no tráfico da região para poder sustentar o próprio consumo. O funcionário R2., vigilante da unidade, explica que nesse caso os acolhidos se envolvem em um ciclo ardiloso de subordinação do qual é difícil se libertar. Vendem para consumir e, assim, agravam sua dependência. Com o vício agravado, criam uma série de dívidas que geram brigas, ameaças de morte, homicídios e quase sempre a fuga dos acolhidos. “*Hoje tá mais tranquilo, mas dois anos atrás era terrível*”, afirma.

Observa-se que um mesmo comportamento, como o uso abusivo de álcool, apresenta diferentes feições segundo o status do grupo ao qual pertence o dependente químico. Para membros das classes média e alta o vício é frequentemente considerado uma patologia, já entre os pobres da Ralé se vê como marca de delinquência (SOUZA, 2009). Outros comportamentos têm sido destacados na conduta dos acolhidos respaldados em um preconceito de classe, como o utilitarismo, comodismo e descuido. Se os fatos acusados se verificam, há que se ter cautela com as interpretações que tendem a atribuir aos pobres, sobretudo aos pobres beneficiários, o estigma de interesseiro, ingrato, que “não quer nada com nada”.

A funcionária E. descreve que é muito comum acolhidos abandonarem seus pertences no abrigo. Ao serem questionados sobre o descuido, os acolhidos reconhecem o voluntarismo da atitude. Alegam poder adquirir os mesmos objetos – sempre de pouco valor monetário – em outra circunstância. Melhor então livrarem-se da posse, que, na sua visão não passa de um peso. O *comodismo* acusado nesses sujeitos, que “não dão valor” ao que ganham, aponta questões de suma importância a respeito das contradições da garantia de mínimos vitais de subsistência.

Em muitos casos, a constatação do descaso desses indivíduos sustenta o argumento preconceituoso de que pobre que não trabalha “não sabe dar valor”. É necessário reverter a lógica aplicada nesse argumento que sustenta explicitamente um racismo de classe. O comodismo, no caso dos acolhidos, não resulta dos direitos adquiridos, mas, antes, de um campo limitado de direitos que não abarca possibilidades reais de ascensão e emancipação. O comodismo acusado nesses indivíduos parece derivar mais precisamente de seu conformismo a uma condição eternizada de precariedade.

Não se trata de sustentar no presente trabalho uma postura ingênua que percebe os desvios de conduta dos albergados como um “erro” facilmente reversível. Ao contrário, muitos formam um tipo de individualismo egoísta e predatório que deixa marcas profundas em sua estrutura da personalidade (SOUZA, 2009). Mas é preciso chamar a atenção para o componente social de sua formação. Muitas dessas pessoas internalizam pela socialização traços do individualismo moderno, com a importante ressalva de estarem destituídos de toda uma série de atributos garantidores do sucesso individual em uma ordem competitiva. Inúmeras são as frustrações de classe que cooperam para a formação de condutas “condenáveis” entre eles, como o abandono familiar, a drogadição, o roubo, etc. O risco de se perder de vista os processos sociais do desvio consiste em responsabilizar individualmente agentes que estão envolvidos em um ciclo de violações que os ultrapassa. O presente trabalho busca chamar a atenção justamente para esse ciclo.

A funcionária C. observa que uma das principais dificuldades do atendimento ao público acolhidos diz respeito a instabilidade de seu comportamento. Não se sabe o que esperar, não é possível prever as suas atitudes. “*De uma hora para outra ficam violentos*”, afirma. O motivo normalmente alegado para a instabilidade é o vício, mas essa é apenas uma parte da verdade. O consumo de drogas muitas vezes media a relação entre a instabilidade de comportamento e a instabilidade de sua condição social. Observa-se que

os acolhidos desenvolvem uma série de angustias, porque estão sujeitos a riscos, desamparados e com uma margem estreita de escolhas devido à privação material.

Diversas experiências de desrespeito levam muitos acolhidos a desenvolver uma autorrelação negativa, que tende a ser extremamente prejudicial se não convertida em experiência emancipatória. É muito comum acumularem uma série de ressentimentos, que são convertidos em intolerância e agressividade:

Eles têm respeito, mas não têm tolerância. Eles são intolerantes, né? Porque como eles são muito machucados, qualquer coisinha eles já se alteram. Quando você é atacada você consegue ficar imune, na sua, eles não. Eles reagem, não conseguem ficar sem reação. Eles são maior amigão aqui e às vezes, por nada, eles brigam lá fora. Então, assim, eles se dão bem aqui dentro, mas eles não criam laços. É a lei da sobrevivência deles, entendeu? (E. Funcionária da UNAF).

A agressividade desses indivíduos é identificada como uma resposta negativa às experiências de desrespeito que vivenciam em outras esferas da vida. Ela é reconvertida em muitos casos em agressividade com o próprio espaço. A funcionária D. observou que naqueles períodos em que foram realizadas muitas reclamações de maus-tratos, os acolhidos descontavam suas frustrações no espaço físico, geralmente no banheiro.

Quando eles são maltratados ou eles se sentem desrespeitados, por servidor ou por atitudes que aconteceram, eles vão descontar isso no ambiente, e o lugar que eles escolhem pra fazer isso é o banheiro. Em determinados momentos o banheiro fica insuportável; o pessoal da limpeza entra, acho que têm vontade de matar eles, porque eles fazem aquele uso bem equivocado do banheiro, do espaço. Fazem aquela baderna, entende? Ai você pensa assim: Caramba, que falta de ética! Por que aconteceu isso? Geralmente são pessoas que tiveram a noção de que não foram atendidas ou foram desrespeitadas literalmente. Eu noto isso: quando tem atitudes de desrespeito constantes - e teve um período que a gente teve muitas reclamações - essa é a forma deles 'se protegerem. (D. Diretora da unidade).

A funcionária D., também observa que principalmente aqueles acolhidos que passaram pela situação de rua, desenvolvem um estado de alerta constante, pois naquela condição precisaram estar todo o tempo “ligados” para não serem agredidos e roubados. Fato que J.A. testemunha: “Fiquei uns três meses na rua sem saber que tinha essa casa de apoio aqui. Ah... dormi na rua. Passando a noite, né? Porque na rua a gente não dorme, fica flutuando”. Para D. o sistema de alerta ininterrupto, a desconfiança contínua,

leva os acolhidos a regredirem em sua capacidade comunicativa. Resolvem seus conflitos com violência, tornam-se agressivos. Por essa razão, muitos deles se enchem de remédio, afirma a funcionária.

Eu acabei com algo que ainda tinha em mim, porque na rua você sabe o dia de hoje, mas não sabe o dia de amanhã. Muitas pessoas fazem maldade, colocam fogo, riscam fósforo no seu pé. Você pede alimentação as vezes ganha, as vezes não. Você é discriminado por todo mundo, ninguém dá um voto de confiança pra você. Na rua eu sempre procurei fazer amizade, mas não é todo mundo que aceita. A amizade que eles aceitam é a droga, a prostituição. (O Acolhido da UNAF.).

Profissionais da saúde mental da unidade apontam a depressão, a ansiedade e o vício como os problemas psíquicos mais recorrentes nesse grupo. O quadro de ansiedade dos acolhidos se expressa por insônia, nervosismos e transtornos leves. Muitos dentre eles não conseguem dormir, preocupados com dívidas, com o estado de saúde seu e de seus familiares, além da frustração de se perceberem inaptos a tomar qualquer atitude significativa para sanar esses problemas.

O quadro de ansiedade dos acolhidos é ainda agravado pela fragilidade de sua vinculação ao abrigo. A funcionária P. conta atender pessoas que estão há dias sem dormir porque ficam preocupadas em serem desligados da unidade durante o atendimento que têm agendado com as assistentes sociais e psicólogas. Os acolhidos vivem, pois, uma tensão constante pela garantia temporária e débil de seus direitos. Na realidade, sem o devido conhecimento de seus direitos, constantemente os confundem com uma espécie de favor e temem perdê-los por falta de mérito pessoal. Mas a confusão nesse caso não é de todo descabida, já que observam com alguma frequência relatos de desligamento arbitrário de colegas da unidade.

A condição de vulnerabilidade social deles predispõe a uma ansiedade. Às vezes eles estão com algum familiar pra quem eles querem dar leite, querem dar comida e não tem como. Isso vai gerando uma ansiedade neles que vai virando uma bola de neve... e da ansiedade vem a depressão. Então tem uma correlação sim. A depressão nem sempre tem nexo causal com alguma situação. As vezes a depressão vem sem nenhum fator desencadeante, porque, em última instância, essa é uma modificação que acontece no cérebro. É uma baixa de neurotransmissor a qual qualquer um de nós está sujeito. Mas o que é muito comum acontecer? Quando uma pessoa tem uma série de perdas, de sofrimento, é como se baixasse esse limiar até uma doença. Então na situação do pessoal

do albergue, eles são muito mais propensos que uma pessoa comum a desenvolver a depressão, a desenvolver a ansiedade. Inclusive, como muitos deles usam drogas, é muito comum pacientes que não têm surtos psicóticos, começarem a ter. A cada surto psicótico que têm, é uma tempestade cerebral que vai agravando aquela doença de base que ele possa ter. Tem muitos pacientes que eu atendi lá que tem esquizofrenia, por exemplo. A esquizofrenia é agravada pela maconha.. (R, Psiquiatra da UNAF).

O psiquiatra R. observa que a depressão é um dos quadros clínicos mais comuns entre os acolhidos. Ele enfatiza que a doença pode resultar ou ser agravada por uma série de frustrações e perdas pelas quais os acolhidos passaram ao longo de suas vidas. Já P., psicóloga da unidade, sublinha o rompimento de vínculos familiares como determinante no quadro depressivo dos acolhidos.

Muitas vezes as pessoas que estão aqui estão com quebra de vínculos. Têm vínculos familiares e sociais rompidos, então isso gera depressão. O ser humano é um animal social, ele precisa ter essa relação, essa troca. Muitos deles falam 'Ah eu quero mesmo é ficar sozinho, não quero contato com ninguém', mas estão depressivos; estão com a autoestima baixa por estarem fora de um sistema em que eles acham que é o ideal de estar. (P. Psicóloga da unidade).

Identificar os determinantes sociais de práticas e racionalidades desviantes não induz a uma negação da agência. Contudo sua afirmação não deve levar a uma naturalização das vontades. É importante chamar a atenção também para injustiças ocultas em condutas deliberadas. O problema se apresenta quando se pensa a adesão voluntária de acolhidos ao subemprego, ao estelionato e a relacionamentos abusivos e violentos, comuns na unidade. Em todos esses casos, a decisão de participar deriva de escolhas e escolhas racionais desses sujeitos. Sem negar sua agência ou a racionalidade de suas escolhas, impõe reconhecer que toda uma série de privações e experiências dolorosas são definidoras do campo de possibilidades desses sujeitos. São fatores como o desemprego estrutural, a exploração e o abandono.

Foi demonstrado que a desclassificação do grupo de acolhidos é forjada por um processo de estigmatização que cria uma imagem generalista de todo o grupo com base no comportamento desviante de seus piores membros. Avançando um pouco mais entende-se que esse processo tem sido justificado pela responsabilização individual daqueles desviantes, que são, antes, inadaptados para mundo do trabalho formal e à sociedade que os cerca. Vê-se que a desclassificação do grupo apenas se sustenta por uma

seleção de verdades e fatos sobre o comportamento dos acolhidos que é pertinente a estrutura de poder vigente naquela comunidade. Oculta-se, em primeiro lugar, a heterogeneidade do grupo de acolhidos e o acontecimentos que poderiam contradizer o estigma imputado aos albergados na região. Em segundo lugar, a desmoralização desse grupo se sustenta no esquecimento dos determinantes sociais que respondem pelas condutas desviantes desses agentes, fazendo-as parecer fruto de um déficit de caráter pessoal.

4. O social no sujeito

O ideal moderno de homens livres, autônomos e racionais se mostrou revolucionário ao libertar trabalhadores de antigas relações de dependência, do Estado e da Igreja. No entanto, a modernidade instaura coerções de classe próprias, curiosamente ancoradas no mesmo princípio ideal que outrora libertara os homens. Partindo-se do pressuposto da livre competição entre agentes econômicos, negligencia-se todas as pré-condições sociais, emocionais e culturais que efetivamente diferenciam os indivíduos em suas chances de êxito. Para o grupo de acolhidos, a autonomia conquistada assume outra roupagem. Desencaixados das antigas relações de dependência, porém entregues à própria sorte, esses indivíduos vivenciam uma espécie de “*individualismo negativo*” (Castel, 2012).

De fato, o que é um contrato? [...] É um acordo de vontade entre seres ‘independentes e autônomos’ como diz Louis Dumont, em princípio livres de seus bens e de sua pessoa. Essas prerrogativas do individualismo vão assim, se aplicar a indivíduos que, da liberdade, conhecem, sobretudo, a falta de vínculos e, da autonomia, a ausência de suportes (CASTEL, 2012, p.598).

Há que se entender que a modernidade trouxe consigo tendências e contra tendências (PINTO, 2011). Partindo-se do pressuposto da liberdade igualitária entre os cidadãos na busca por ascensão social, as desigualdades sociais aparecem como justas ou mesmo naturais, porque fruto do mérito pessoal. A ideologia espontânea do capitalismo vem patrocinando o abandono consentido de uma ampla parcela da população brasileira na condição de subcidadania. Para Souza (2009), é o esquecimento do social nos sujeitos aquilo que permite a reprodução eternizada de uma Ralé estrutural.

A expectativa generalizada do *homo economicus*, no mundo moderno, se sustenta pela inobservância de todas as pré-condições necessárias a formação desse tipo humano disciplinado, autocontrolado e calculista. Quando internalizada nos sujeitos, essa expectativa passa a ganhar força de uma demanda moral e se torna relevante também à autorrelação prática dos indivíduos. As qualidades do perfil humano produtivo e útil são o conteúdo privilegiado do reconhecimento na contemporaneidade, importante fonte de estima, respeito, e definidoras também daquilo que se entende por cidadão digno.

Instituições como família, escola, trabalho e religião são centrais para a formação desse tipo humano produtivo e útil. Nessas instituições atuam sistemas de recompensas e

compensações no sentido de formar uma economia afetiva adequada às demandas da esfera produtiva e social. Por seu intermédio são transmitidos valores como: autodisciplina, autocontrole, respeito pelo espaço alheio e pensamento prospectivo. Um grande equívoco, porém, consiste na generalização dessa economia afetiva peculiar a todas as classes sociais. Trata-se como universal um modelo de organização psíquica e social peculiar a uma classe de pessoas socializadas para servir aos interesses do Mercado e do Estado (SOUZA, 2009). Tal distorção leva a pensar que os indivíduos estão em um mesmo patamar inicial na disputa por ascensão social. A realidade, no entanto, é outra.

Desde a primeira infância, os indivíduos são diferentemente preparados para competir por melhores condições de vida. Já na socialização primária se formam as principais vantagens das classes privilegiadas em relação as classes desfavorecidas. Membros da classe média e alta são favorecidos por poderem internalizar e incorporar, por uma socialização específica, determinados valores de forma naturalizada. Esse grupo aprende, por identificação afetiva com seus familiares, valores e disposições de comportamento elementares a boa inserção social e laboral. Ainda, essas famílias comumente prezam pela autoconfiança, autorrespeito e a autoestima dos filhos: buscam transmitir a eles a segurança de se saberem amados de forma incondicional, de serem um fim em si. Desse modo, de forma sutil, se transmite a autocompreensão de sujeitos de direito, portanto, dignos de respeito.

A autorrelação prática dos indivíduos tem sido negligenciada enquanto fator de desigualdade no mundo competitivo. Esse, porém, é um elemento relevante, pois permite que seus detentores arrisquem mais, superem mais facilmente fracassos anteriores, enfrentem novos desafios com esperança e se vejam aptos a reivindicar melhores condições de vida e direitos. Souza (2003) observa que o que se põe de lado na ideologia do desempenho é justamente essa herança imaterial que tanto quanto a herança material serve à reprodução de desigualdades sociais. Compreendê-la exige observar diferentes esferas de organização e fatores de desorganização social que viabilizam ou comprometem o aproveitamento de oportunidades e a disputa por bens escassos. Vê-se que, no caso dos acolhidos, a desvinculação e sucessivas experiências de desrespeito têm impactos profundos sobre sua inadaptação, desclassificação social e autorrelação prática, fatores decisivo para a perpetuação de sua vulnerabilidade.

A desigualdade entre moradores e acolhidos ultrapassa níveis diferenciais de renda. Ela deve ser buscada, antes, nas pré-condições sociais que os diferencia em termos de um aparato sociocognitivo mais ou menos adaptado ao mercado de trabalho e socialmente aprovável. Recordar o social no sujeito implica recuperar o papel de instituições como família, religião, associações, escola e trabalho na modulação de suas disposições de comportamento e pensamento. O propósito é evidenciar de que forma a vinculação de moradores e acolhidos nessas esferas, considerando suas distintas conformações, afeta a adequação diferenciada de moradores e acolhidos àquilo que se entende por cidadão digno naquele microcosmo.

4.1.Família

No dia a dia dos lares são transmitidos e incorporados valores caros ao desempenho dos sujeitos no mundo competitivo, a sua inserção social e participação política. A instituição familiar tem um papel central na formação de um aparato sociocognitivo e afetivo adequado aos imperativos modernos de autodisciplina, autocontrole e pensamento prospectivo. A organização psicossocial de cada indivíduo é formada por uma herança imaterial que envolve a transmissão silenciosa de valores, disposições de comportamento e pensamento desde as primeiras relações sociais no âmbito familiar. Inúmeras são as estruturas e formas de organização familiar, não cabe qualquer tipo de generalização. Convém, no entanto, identificar traços recorrentes da estrutura familiar de cada grupo analisado em consonância com disposições de comportamento de seus integrantes.

É certo que o aprendizado por aconselhamento tem papel importante no que tange a transmissão de valores e posturas socialmente aprováveis, como *dedicação, prudência e honestidade*, no caso estudado. Contudo, o principal aprendizado dos sujeitos se realiza por identificação emocional e afetiva com o exemplo prático dos pais ou responsáveis (SOUZA, 2009). Observando os principais aprendizados práticos e por aconselhamento de moradores e acolhidos foi possível identificar uma série de vantagens dos primeiros em relação aos segundos quanto a formação de uma economia afetiva adequada aos valores vigentes naquela configuração. A herança privilegiada, no caso dos moradores, derivada extensão e coesão de seus núcleos familiares, bem como da exemplaridade prática de parentes próximos, cuja trajetória de vida é marcada pela ascensão social.

De um modo geral os moradores da Vila Areal afirmam possuir redes sólidas de apoio familiar; exceto o grupo 04 que é composto por famílias monoparentais e desvinculados de parentes. As mulheres desse último grupo trabalham dois turnos e criam seus filhos contando com o sistema público de educação, com a ajuda de outras mulheres da comunidade e, eventualmente, com parceiros. As famílias entrevistadas do grupo 03 também são monoparentais, com pais divorciados, e com núcleos familiares pequenos, porém, mantêm vínculos estreitos com parentes. Os representantes dos grupos 01 e 02 afirmam possuir vínculos familiares extensos e coesos. Com alguma frequência esses moradores, que são mais antigos na Vila, reclamam da diminuição de solidariedade na comunidade e entre os membros de suas famílias¹¹. Ainda assim, mantêm contato frequente com parentes próximos e acreditam poder contar com eles, sobretudo pais, irmãos, tios e primos. Mesmo aqueles que vivem longe da região de origem mantêm contato com seus familiares por telefone, redes sociais, etc.

Vê-se que, na Vila Areal, a família é a principal instituição responsável pelo suporte econômico, afetivo e moral dos moradores dos grupos 01 e 02. Por seu intermédio, esses indivíduos incorporam disposições de agir e esquemas de percepção e apreensão indispensáveis a reprodução de sua classe. Um dos ensinamentos centrais transmitidos nesse grupo diz respeito a ética do trabalho duro. É o que permite aos moradores perseverarem na atividade produtiva, mesmo nas circunstâncias mais adversas do mercado de trabalho. Vale recordar que a maior parte dos moradores da Vila dedica-se ao setor de comércio e está sujeita as flutuações do ramo. Segundo Souza (2012), essa ética é o que permite transfigurar o sofrimento e a instabilidade dos batalhadores brasileiros em motivo de orgulho pessoal, pois propaga qualidades como perseverança, resiliência e força de vontade enquanto virtudes e critérios de dignidade. Para muitos dos acolhidos falta, portanto, a incorporação desses valores.

No que toca ao aprendizado prático transmitido na esfera familiar os dois grupos apresentam desigualdades marcantes. A maior parte dos moradores afirma ter herdado de seus pais o ímpeto para a dedicação ao trabalho e para estabelecer relações duradouras de amizade e fraternidade. Além disso, quase a totalidade dos moradores dos grupos 1, 2 e

¹¹ “Vejo que a tendência é só piorar. Acabou a solidariedade. E a solidariedade acabou até em casa (L. Morador da Vila Areal); “Eu gosto muito daqui, desse lugar, não me vejo morando em outro lugar, sabe? Mas de lá pra cá, depois do assentamento, o pessoal começou a fechar as portas” (C. Moradora da Vila Areal).

3 tiram vantagens de uma trajetória familiar de ascensão social. Puderam, assim, se inspirar no exemplo de “luta” de seus pais e avós. Os grupos 01 e 02, formados por pioneiros e moradores antigos do Areal, vêm de famílias humildes. Seus pais, ou eles próprios, migrantes que vieram para Brasília em busca de melhores condições de vida, batalharam duro pelo assentamento, para sustentar a família e educar os filhos. Assim, relata C., ao recordar o esforço da associação de moradores para inaugurar a primeira creche na Vila. Melhoras na infraestrutura urbana refletiram em acréscimo de bem-estar aos moradores da Vila, facilitando seu acesso a bens e serviços urbanos, mobilidade e favorecendo também a consolidação de redes de contato.

Tendo presenciado de perto os resultados positivos dos esforços de pais e avós, os moradores dos grupos 01, 02 e 03 aprenderam, pelo exemplo prático dos predecessores, o valor da determinação e a determinação enquanto um valor. Foram formados para desenvolver pouco a pouco um aparato sociocognitivo útil a sua condição e respeitável na comunidade, marcado pela dedicação ao trabalho, a família, a qualificação profissional, a aquisição de casa própria, etc. Entre os moradores, portanto, o exemplo prático dos pais é quase sempre convertido em ímpeto por ascensão social, quer por seu exemplo de superação, quer pela resignificação de suas experiências de sofrimento. Nesse grupo, se revela o potencial transformador da resignificação de experiências pessoais dolorosas e dos predecessores. Aqui o “contra exemplo” dos pais, quando há, é mediado por outras esferas de socialização - como a igreja e movimentos sociais - que inspiram uma leitura motivacional do sofrimento.

Eu percebia que minha mãe chegava muito triste das casas onde ela trabalhava. Uma vez eu vi ela chorando e perguntei. ‘Ah, porque a gente é muito humilhado, trabalhar na casa dos outros, a gente tem que aguentar muita coisa’. Então vendo aquele sofrimento dela eu pensei: nada contra quem quer trabalhar na casa dos outros, mas acho que é ruim, né? Você não poder se expressar por uma condição de classe. Falei: Não, vou correr atrás de fazer alguma coisa [...] Na minha adolescência eu me envolvia muito com movimento estudantil, MST e tal. No início minha mãe não queria, mas como eu vivia numa região em que o pessoal se envolvia muito com drogas, ela aceitou. (I. Morador da Vila Areal).

Membros do grupo 03 apresentam uma vantagem distinta dos demais, que consiste na transmissão de uma ética do estudo por aconselhamentos, disciplinação e pelo exemplo prático dos pais ou outros membros da família. Trata-se de um ensinamento caro à formação individual para a competição no mercado de trabalho e por posições sociais de

prestígio. Ao transmiti-la, os membros da classe média inculcam nos jovens a crença de que vale a pena abdicar de parte do tempo livre e dos prazeres em prol da dedicação aos estudos como um investimento no futuro. O processo de inculcação de uma ética dos estudos conta com recomendações verbais, mas deriva, também de estímulos práticos que envolve a participação direta dos pais ou responsáveis na educação dos filhos. Por exemplo, organizando uma agenda equilibrada entre horários de lazer e estudos; proporcionando atividades lúdicas que favoreçam a formação das habilidades de concentração, raciocínio lógico, etc; e por um sistema de recompensas e retaliações que leva a disciplinação dos corpos para o autocontrole e um tipo de pensamento prospectivo.

A participação ativa e encorajadora dos pais na vida dos jovens do grupo 03, favorece que estes abduquem voluntariamente dos prazeres imediatos no dia a dia, tendo em vista investimentos em capital cultural. Mas o que efetivamente distingue esses jovens é o fato de terem observado o exemplo prático de familiares que lograram ascensão social com um aprimoramento em educação. No caso analisado, os jovens “bem encaminhados” da classe média puderam se inspirar nos resultados positivos dos pais. Assim descreve G., e H.

Eles (pais) sempre valorizaram muito a educação, então foi uma coisa que conseguiram me passar. Acho que o exemplo do meu pai, principalmente, porque ele veio de uma família que era basicamente agrária. Hoje ele é doutor, formado pela UnB. (Morador G.).

Minha maior conquista foi poder estudar minhas filhas. Igual, a mais velha já é advogada, é concursada, tem um emprego bom. E a minha outra filha está cursando medicina, que sempre foi o sonho dela. [...] E elas são muito bem criadas, sabe? São aquelas pessoas que todo mundo gosta. Isso aí eu devo a mim (risos). Eu tenho muito orgulho delas. Eu me sinto tranquila. Tranquila por vê-las bem encaminhada profissionalmente. Uma já terminou, a outra está no caminho certo. (Moradora H.)

No imaginário popular, a educação escolar comumente aparece como a principal força subversiva contra as desigualdades sociais. No entanto, os indivíduos são diferentemente preparados desde seu nascimento para o desempenho nos estudos. Pondo à margem as disparidades de disposições herdadas, a escola nada mais faz que ratificar desigualdades sociais por um sistema de premiações, que condecora aqueles já privilegiados. A mensuração do valor individual por diferenciais de desempenho escolar é torpe porque ignora todos os condicionantes necessários ao bom rendimento: o estímulo

familiar, a ausência de segundas preocupações (com saúde e sobrevivência, por exemplo), a exemplaridade de pessoas próximas ou a dedicação a atividades paralelas que cooperem a formação de habilidades caras a um bom desempenho nos estudos.

As disparidades de desempenho iniciadas na infância são intensificadas ao longo da vida, como revela a análise comparativa das jornadas diárias de G., jovem estudante de engenharia do grupo 03, e L., acolhido da UNAF. Os dois jovens encontram-se na mesma faixa etária. Em comum, saem todos os dias às 7h da manhã e retornam ao final da tarde, respectivamente para sua casa e para o alojamento. O primeiro tem a jornada cheia, dedicada aos estudos e curso de línguas. Em seu tempo livre busca atividades de lazer e estar com a namorada. O segundo também possui uma jornada cheia, voltada para o trabalho – agora fichado – de panfleteiro. Em seu tempo, livre L. busca estar com a família (esposa e filho), mas sem condições financeiras para bancar a diversão de todos, evita sair. Uma diferença fundamental entre os dois jovens reside no tempo investido em sua formação, com alguma segurança de retorno. É verdade que L. aperfeiçoa em seu trabalho determinadas habilidades que poderão ser úteis no futuro, como sua notável capacidade comunicativa, L., contudo, reconhece a transitoriedade de seu trabalho e está disposto a remodelar novamente suas aptidões, caso necessário, para o próximo emprego. Assim tem sido nos últimos dez anos, desde que saiu de casa, aos doze anos de idade e após o divórcio dos pais. Desde então o jovem viaja de cidade em cidade por todo o Brasil, vivendo do que ganha com os “bicos”.

Bom, enquanto eu tô aqui dentro, vou te dizer honestamente, eu não tô podendo gastar muito. Então meu domingo, no máximo, quando meu time tá jogando eu vou no bar assistir. Agora ontem mesmo a gente fez um passeio melhor, a gente foi pro plano. Fui lá visitar a torre, que eu não conhecia. Levei ela, ficamos o dia inteiro lá. Mas é raro, eu gosto mais de ficar em casa. [...] Não tem muita diversão. Eu gosto mesmo de ficar em casa e assistir televisão. Gosto de ver meus programas diários, só isso. (L. Acolhido da UNAF.)

Diferente dos demais acolhidos entrevistados, L. afirma estar muito feliz, alegando como motivos o relacionamento estável e o filho recém-nascido. A esposa, quase vinte anos mais velha que o entrevistado, é a pessoa que procurava, afirma. Admite que sempre buscou alguém que pudesse lhe orientar, ensinar a distinguir o certo do errado. De fato, a instituição familiar opera como instância orientadora dos sujeitos em suas ações. Os esquemas de avaliação transmitidos e confirmados na rede familiar ajudam a

circunscrever a pertinência e razoabilidade das ações individuais e a forjar seu campo de limites e possibilidades. A estruturação familiar pode então servir como importante rede de suporte material, cognitivo e emocional. Ainda, o prestígio familiar – como no caso daquelas famílias moralmente ilibadas, que conseguem se manter unidas e honestas mesmo na condição de pobreza – é estendido a seus membros favorecendo uma autorrelação positiva. Uma das razões pela qual L. se orgulha do novo núcleo familiar. Também não à toa um dos conselhos mais frisados pelos moradores diz respeito ao amor pela família e o cuidado com os parentes.

Mas o modelo de família nuclear, amorosa, composta por agentes mutuamente dependentes, com papéis bem definidos e dispostos a abdicar dos seus próprios interesses em prol dos demais não pode ser generalizado. Em oposição esse modelo típico-ideal de família coesa e bem organizada, que, em tese, capacita melhor os agentes cognitivamente e afetivamente para a ascensão social, encontram-se inúmeras conformações familiares que não necessariamente cooperam à autonomização. Ao contrário, enquanto instituição que tende a se reproduzir através de seus membros, certos arranjos familiares podem mesmo muito bem servir de entrave a autonomização e emancipação individual.

Quase a totalidade dos acolhidos possuem vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Dentre os principais fatores de rompimento alegados estão: a migração para fins de trabalho (muitas vezes já na infância ou adolescência), desestruturação familiar pelo falecimento de um dos provedores, separação da esposa, desilusão amorosa, violação física por parente próximo ou abandono dos responsáveis. Muitos expressam o desejo de “encontrar uma parceira” e sublinham a importância do envolvimento pessoal em condições de extrema vulnerabilidade (como O. que viveu dezessete anos com a companheira em situação de rua, antes do seu falecimento¹²). Não obstante, nesse grupo a palavra “família” quase sempre remete a uma lembrança distante ou o modelo de algo a se construir.

Aqueles acolhidos que expressam o desejo de reestabelecer vínculos com seus familiares, afirmam se ver impedidos por motivos de orgulho, receio do julgamento de

¹² “Desse tempo pra cá eu desesperei. Sai daqui, tentei arrumar outros cantos pra ficar, mas não consegui. Quando eu tinha minha companheira era melhor pra mim. Eu me sentia mais seguro, eu me sentia mais à vontade. Eu podia conversar com alguém e não tinha medo de conversar, porque ela estava sempre ao meu lado ali. Por exemplo, se eu me sentisse ameaçado por alguma coisa, ela já ficava atenta e me alertava: ‘Ó, não dá pra ficar aqui, vamos pra outro lugar. Aqui não dá pra gente’”. (O. Acolhido da UNAF).

parentes ou rancor pelo abandono dos mesmos. Atualmente, aqueles que possuem vínculos familiares contam principalmente com companheira(o) e filhos. A exceção reside naqueles acolhidos que buscam a UNAF para fins de tratamento médico ou com o propósito de acompanhar trâmites judiciais. Esses mantêm contato com familiares que geralmente os esperam em outras cidades.

O grupo de acolhidos distingue-se consideravelmente dos moradores pelo descompasso que vivenciam entre as recomendações que lhes foram transmitidas verbalmente por seus pais ou responsáveis e o exemplo prático dos mesmos. Ao longo de suas vidas, esses indivíduos receberam uma série de conselhos sobre dedicação a família e aos estudos, por exemplo, que raramente vão de encontro com suas próprias experiências de vida. Muitas vezes aprendem cognitivamente a julgar como adequado certo modo de vida e modelo familiar, mas incorporam disposições que os distancia do estimado. Taylor (2013) observa que a preocupação dos indivíduos em relação aos bens que estimam é incontornável ao ser humano. A posição que assumem em relação aos bens que exalta é determinante na constituição de sua identidade. Uma orientação voltada a eles pode garantir a integridade, e o inverso ameaça a sensação de indignidade. Observar a inculcação de determinado modelo de família como o exemplar é importante para se observar os efeitos do seu não cumprimento sobre uma autorrelação negativa dos indivíduos.

Souza (2012) explica que a estrutura de classes produz também estruturas familiares diferenciadas. Não cabe a sociologia avaliar a qualidade das famílias, mas convém observar se há diferentes conformações por classe social, bem como suas diferentes condições de possibilidade. Em seu estudo sobre a Ralé brasileira (2009), o autor observa que a privação de outras formas de realização na vida de cada indivíduo afeta diretamente a estabilidade na intimidade de um lar, entre o casal e deles para com os filhos. O autor identifica que nas famílias da Ralé, a privação material e o desprestígio social comumente reverberam em conflitos, opressão, abusos e rompimento. Alerta-se para o fato de que a instabilidade pode afetar a própria disponibilidade para amar.

Seria descabido impingir nos membros da Ralé a incapacidade de amar, de se doar pelo outro, etc. Mas é razoável observar - pela recorrência de fenômenos como o abandono do lar, alcoolismo e abuso sexual, por exemplo - que existem dificuldades objetivas de vinculação familiar em condições de extrema pobreza. O caso dos acolhidos da UNAF elucida as dificuldades de relações duradouras nessa condição, que se dão não

apenas pela privação material, mas também pelo desenvolvimento de inclinações que dificultam uma união estável, como o uso abusivo de álcool; ainda, é possível considerar as dificuldades de envolvimento pessoal oriundas do estigma de “não confiáveis”, que herdamos com a pobreza.

O caso de J.A. é elucidativo dos efeitos da estigmatização na vida familiar. O acolhido abandonou o lar após sucessivas acusações da sogra de que seu único interesse na união seria a casa pertencente à família da esposa. Cansado das acusações, J.A. deixou o lar. O acolhido conta que nunca superou o rompimento com a esposa, desde então vaga de cidade em cidade entregue ao alcoolismo. Seu caso não é singular. Muitos acolhidos “caem no mundão” após rompimento com esposa, afirma a funcionária D., casos que frequentemente envolvem dificuldades financeiras de sustento do lar ou provimento dos filhos.

O estereótipo da marginalidade que trazem inscrito nos corpos e vestimentas também é empecilho a formação de vínculos afetivos. Em um caso emblemático um acolhido conta ter se interessado por uma garota, que sabendo-se observada por ele esconde sua bolsa. R1, psiquiatra da unidade, afirma receber inúmeros homens com baixa autoestima. A inferioridade internalizada reforça neles a postura de retraimento e vergonha.

Eles já veem com aquele olhar baixo assim... Aquele sentimento de derrota. Eu fico muito espantado, porque, assim - é frequente isso, não é uma vez ou outra que acontece - por exemplo, o tratamento que eu dispensei no albergue e no meu consultório particular é o mesmo. O que eu fico extremamente espantado: lá, muitas vezes, eles ficam extremamente agradecidos só de a gente fazer o mínimo, que é ser educado. Ou seja, porque eles não estão vendo isso em outros lugares. Então eles já chegam extremamente fragilizados com a autoimagem deles. (R1, Psiquiatra da UNAF).

Além disso, muitos acolhidos apresentam traços que dificultam a manutenção de vínculos afetivos duradouros: são intolerantes, instáveis, têm dificuldades de planejar o futuro e de confiar. Carecem também de uma inclinação para o acúmulo, o que inviabiliza a aquisição de um suporte material mínimo para a constituição de um lar. Além disso, acostumados a uma vida itinerante, andarilhos e “trecheiros” aprenderam a valorizar a liberdade em detrimento da estabilidade. Dentre eles, mesmo aqueles que almejam se estabelecer em um bom emprego ou “conseguir um lote”, se vêem muitas vezes tentados a abandoná-los, quando finalmente conseguem.

Mas, além da vinculação frágil ou rompida, a desestruturação familiar marca a história de muitos dos membros desse grupo, que narram de seus lares relações conflituosas, instáveis ou abusivas. Chama a atenção o quadro de violações apresentado por mulheres acolhidas da UNAF, compartilhado também por moradoras do grupo 04. Essas mulheres contam ter sido instrumentalizadas ou violentadas por membros da família e abandonadas por aquelas que, em tese, seriam suas principais responsáveis: as mães. M., moradora do Areal, foi expulsa de casa aos dez anos de idade pela mãe, quando ameaçou agredir o padrasto após ser assediada por ele. Após passar dez dias em situação de rua M. foi ajudada por uma senhora que a criou. As histórias dessas mulheres diverge a imagem estereotipada da mãe protetora e do pai atencioso. Ao contrário, a figura do pai sempre foi para M.C., acolhida da UNAF, a mais amedrontadora.

Meu pai botou eu pra trabalhar em Planaltina de Goiás com seis anos de idade. Tentaram me estuprar. Eu trabalhava de doméstica. (Silêncio). - Na casa onde você trabalhou? (Balança a cabeça afirmativamente. Choro baixo) – Quando você saiu de Planaltina? - Com sete anos. Meu pai deu pra pedir em ônibus. Ele pegava o dinheiro e comprava só coisas pra ele. Nós passou fome. Ele estuprou minha irmã mais velha, que teve três filhos dele. Aí minha mãe foi embora, abandonou nós. Nossa comida lá era macarrão, arroz, feijão. Até que um dia eu decidi ir embora. Veio eu e minha irmã. Ela tinha 16 anos. Eu falei pra ela: daquelas moedas de 10 centavos? Eu não valia mais de um centavo. Nós juntava moedinhas, assim, e pagava com elas. Um homem ficou com pena de nós e trouxe nós no ônibus. Minha mãe já estava morando numa invasão, no Guará. Estava morando com um rapaz. Quando a gente chegou ela mandou nós embora de novo pra lá. Aí nós voltou. Chegando lá... Ele tinha uns negócios... era meu pai, mas ele furava uns buracos no banheiro pra curiar nós. Eu sozinha pensei: minha irmã mais velha já tinha medo, né? Porque ele já tinha rachado a cabeça dela e jogou soda na vagina dela. Ele botava sonífero pra nós dormir, pra todo mundo dormir. Quando a gente voltou pra lá ele continuou os abusos, aí eu falei pra ela: nós vamos embora e eu não volto mais não. [...] minha mãe mandou a gente voltar de novo. Eu falei: “se vocês quiserem voltar, pode voltar, mas eu não volto mais não”. Aí eu já fiquei na rua. Eu me cresci no meio de pessoas que cheiravam thinner. Foi quem me criou. [...] Eu pedi ajuda a uma mulher pra me botar na escola e ela me botou. Foi ai que eu cheguei até a sexta série. (Choro mais intenso). Porque eu nunca tive apoio, nem de mãe nem de pai. Sei lá...acho que eu não tenho família. Sou só nesse mundo. Só acho que ainda conto com os filhos que eu tenho. (M.C. Acolhida).

Chama a atenção na narrativa de M.C a emoção acentuada ao falar de sua baixa formação. A acolhida lamenta a ausência e abusos dos pais, mas identifica também quão

lesada foi em sua formação pelo abandono dos mesmos. Talvez com o devido apoio a garota interessada em estudar tivesse atingido um nível escolar mais avançado. Não bastasse o histórico de violações na primeira infância, a vida de M.C. foi também marcada pelo relacionamento abusivo com o esposo que começou a agredi-la após o envolvimento com as drogas. Nesse sentido, sua história não é singular. O relacionamento abusivo entre os casais acolhidos da UNAF é uma constante. A funcionária. C. conta que quase sempre atendem famílias com relacionamentos conturbados. Outras acolhidas narram, com certa naturalidade, brigas agressivas que têm com seus respectivos parceiros. M.C alega que a violência por parte do marido é motivada pelo uso de drogas e têm esperança de que a cura do vício devolva a harmonia para o relacionamento.

Eu fui mãe porque não tive amor de mãe, né? Eu pensei que com ele eu teria uma vida melhor... Meu marido faz uso de álcool e de drogas. Não vou mentir pra Senhora, crack. Meu marido com 16 anos era responsável, ele não mexia com essas coisas. [...] Tava tudo certinho, mas aí ele começou a usar essas drogas pesadas. De uns tempos pra cá foi só isso: diz que vai mudar, vai mudar, mas nunca muda. Ele sai, xinga, briga. Ele fica agressivo, se transforma – Deus me perdoe! - num bicho. Eu tenho pena, entendeu? Pena, sabe? Uma pessoa que foi algo um dia antes e depois é tudo isso. Ele fala: tô assim porque minha mãe me abandonou. Porque a mãe dele quando dana a bater nos filhos... Ele fica agoniado porque o pessoal batia nele e tal, daí ele achou o refúgio dele nas drogas. Eu não, quem me criou foi gente que cheirava thinner, usava drogas na rua, e nem por isso eu cai. [...] Quando eu era mais nova o que me motivou foi essa moça que me ajudou. Ela dizia: ‘Foco nos seus estudos! Não olha pra trás não, só olha pra frente. (Acolhida M.C.).

Essas mulheres suportam a agressão sofrida ancoradas na ideia de um parceiro que é, quando não o agressor, seu porto seguro. Aqueles com quem realmente puderam contar um dia e com quem podem contar agora, quando sóbrios. Em muitos casos experimentaram pelo relacionamento afetivo um amor que ultrapassa a mera instrumentalização, portanto, algo diferente do que conheceram dentro de casa, quando abusadas ou forçadas pelos pais a trabalhar desde a infância. A dificuldade em romper com os relacionamentos abusivos pode estar relacionada com o fato de que, fora os momentos conturbados, essas mulheres sentem-se reconhecidas por seus respectivos parceiros, mesmo com seus “defeitos momentâneos”. Assim descreve C. que – após

perder seu exemplo de casal perfeito¹³ - inicia uma carreira de envolvimento com o tráfico de drogas e a prostituição. A acolhida crê ter finalmente encontrado no esposo agressivo um grande amor, mesmo sendo ele “meninão demais”, ao ponto de se “zangar à toa”.

A gente brigava muito, discutia muito, entendeu? E nossas brigas eram de porrada mesmo! Até que ele me agrediu fortemente mesmo. Aí eu dei parte dele e ele foi preso. Passou três ou quatro dias preso. Aí eu fui pra uma casa de recuperação em Brazlândia. Nessa casa de recuperação eu aguentei ficar oito dias. Angustiada, estava preocupada com ele, sem saber onde ele tava... Porque a gente se gosta muito. Nós temos nossas dificuldades, nossos problemas, mas a gente se gosta muito. Aí quando eu sai de lá eu voltei. Ele estava me procurando e eu também procurando ele. Mal cheguei na rodoviária, fui descendo do ônibus e encontrei com ele. A gente decidiu ficar na rua até a gente arrumar alguma coisa, um trabalho pra conseguir pagar o aluguel. Aí que entra a UNAF. (Acolhida C.)

Um traço comum aproxima moradores e acolhidos em suas percepções de família: membros dos dois grupos superestimam constantemente os filhos, que aparecem, com frequência, como suas maiores conquistas, e nos quais projetam muitas vezes sua própria realização. Em todos os casos, os pais afirmam desejar o que pode haver de melhor para os filhos. Contudo, uma diferença marcante divide os dois grupos. Diferentemente dos moradores, a herança que os acolhidos podem deixar para os filhos em termos de capital cultural, econômico e no que tange as disposições necessárias a sua aquisição, é limitada. Chama a atenção o caráter negativo das orientações que circulam intergeracionalmente nesse grupo - característica distintiva que compartilham apenas com o grupo 04 de moradores. Seus membros estão menos preocupados em ensinar aos filhos *como ser* e *o que fazer*, do que com *o que não fazer* e *como não ser*.

Os acolhidos esforçam-se em transmitir aos filhos o que acreditam ser superior em termos de modos de vida e objetivos a se alcançar. No entanto, sabendo-se um modelo inexato do que sugerem, muitos cedem a alternativa de aconselhá-los pela negação de sua própria experiência: *“Pra eles nunca fazerem o que eu fiz, andar no errado. Sempre procurar andar em linha certa. Nunca fazer como a mãe deles, que sempre andou pela linha torta e hoje está onde está.”* (C. Acolhida da UNAF). Se no caso dos moradores o contra exemplo dos pais é ressignificado positivamente pelos filhos e mediado por

¹³ *Meus pais eram um exemplo de casal, sabe? Um respeitava o outro. Se tinha alguma coisa pra decidir eles decidiam juntos. Se tinha alguma dívida pra pagar era a mesma coisa, eles dividiam. Um casal sem explicação, sabe? Às vezes os filhos veem os pais discutindo, eu nunca vi. Nunca vi meu pai xingar minha mãe, nem ela xingar ele. Eles eram um casal perfeito. (C. Acolhida).*

associações como a igreja e movimentos sociais, para os acolhidos o contra exemplo dos pais é sublinhado pela negação simplesmente. Nesse caso, tenta-se aconselhar os filhos a fugir do curso de vida trilhado pelos pais. O descrédito dos predecessores na visão dos filhos pode corroborar para a formação de uma autoimagem negativa.

Por herdarem o estigma da delinquência, os acolhidos se vêm incumbidos de provar constantemente não apenas o seu valor, mas, antes, não ser um risco para a sociedade. Buscam inculcar nos filhos a honestidade para muni-los de virtude, mas também para que possam “entrar de cabeça erguida em qualquer lugar”. Sua luta por reconhecimento tem a peculiaridade de portar uma obrigação originária que é limpar a própria imagem antes de construir uma outra, digna e respeitável. Nesse sentido, a educação de seus filhos é menos propositiva e mais marcadamente negativa, no sentido de estar centrada em correções. Aquilo que os acolhidos entendem por “qualidade de vida” também evidencia a centralidade das vedações. Nesse quesito, além do “algo” a se possuir para adquirir uma vida boa - geralmente saúde, emprego e boas relações – enfatizam o que não possuir, ou melhor, com o que não se envolver: crime, drogas ilícitas, bebida alcoólica.

Existe entre os acolhidos uma preocupação real com a sua própria sujeição e a de seus descendentes em relação ao mundo da criminalidade e ao envolvimento com drogas - caminho muitas vezes mais vantajoso em termos financeiros e de prestígio social, que os trabalhos extenuantes e mal remunerados a que esse grupo tem acesso. A criminalidade é alternativa que sempre bate à porta daqueles que vivenciam condições de extrema privação e desamparo. Os riscos do envolvimento referem-se tanto à possibilidade de ser lesado em sua integridade física e psíquica, quanto à possibilidade de maior rebaixamento social. Além disso, o envolvimento de alguns dos acolhidos com o tráfico intensifica o quadro de vulnerabilidade do grupo como um todo, pois reforça seu estigma. Uma educação marcadamente corretiva e ríspida entre os membros desse grupo cumpre, pois, a função de tentar preservá-los de fragilização suplementar a sua já acentuada vulnerabilidade.

4.2. Entretenimento

A dureza das advertências que os acolhidos receberam de seus pais, bem como certa brutalidade no tratamento com os próprios filhos, expressa a limitação do campo de possibilidades daqueles que se vêm tendo de escolher entre a condição de *vagabundo* e do “*pobre, porém honesto*”. Souza (2009) chama atenção para o fato de que essa dualidade radical é marcante entre a Ralé brasileira, que orienta muitas de suas ações face a ameaça sempre presente de desclassificação social. A disponibilidade para o lazer é um exemplo. Raramente se percebe o entretenimento enquanto um privilégio de classe, sobretudo porque no Brasil é cultivado um imaginário nacional que percebe o povo brasileiro como a personificação da alegria, com seu espírito carnavalesco e habilidade de converter dor e sofrimento em festa (SOUZA, 2009). O estudo de caso demonstra que o espírito de divertimento exaltado nesse imaginário não se verifica entre os moradores e acolhidos da Vila Areal, exceto aqueles que compõe o grupo 03.

Na Vila Areal, observa-se que o ciclo de privações a que estão sujeitas as classes populares envolve, dentre outros fatores, a dimensão do lúdico. O lazer se mostra um privilégio não apenas pelas restrições econômicas de seu acesso – fator de suma importância – mas porque restrito àqueles que conseguem manter uma vida regular e moderada ao ponto de desfrutar dos prazeres de forma não destrutiva. Ainda, impõe-se as classes populares restrições de ordem moral, que impede os pobres de vivenciarem o “supérfluo” das necessidades extra-materiais, quando na urgência de trabalho e autonomização.

Souza (2009) observa a inexistência de um nível intermediário para o hedonismo entre a ralé brasileira que se verifica no estudo de caso. A pressuposta susceptibilidade dos acolhidos à dependência química retira-lhes a possibilidade de optarem por uma posição intermediária entre o consumo excessivo e a abdicação total do uso. Escapa-lhes aquela zona em que a diversão e o ócio são considerados aceitáveis ou mesmo bem-vindos. Os acolhidos entrevistados temem serem julgados por qualquer desvio de conduta que os façam ser confundidos com delinquentes. Justificam reiteradamente seu ócio pelas dificuldades de encontrar emprego e raramente ousam se divertir. Chama a atenção o fato de que quase todos os acolhidos afirmam não possuir qualquer diversão.

A gente gostava de ir no parque da cidade. Lá a gente ia mais quando tava morando na rodoviária. Lá no Recanto tinha um

clube, mas depois que a gente começou a morar na rua a gente parou de ir pra esses lugares mais social (C. Acolhida da UNAF).

Aqueles acolhidos que mencionam possuir algum tipo de diversão tratam de eventos excepcionais: celebrações religiosas e o aniversário da cidade. Além disso, possuem na UNAF uma tenda central na qual jogam damas e baralho. Os jogos são proibidos na unidade para “evitar o vício”. Contudo, os servidores fazem vista grossa à prática, reconhecendo ser esse um dos poucos divertimentos dos acolhidos. A afirmação quase generalizada de não entretenimento não significa que não tenham acesso a atividades de lazer, mas sim que possuem deste uma visão incompatível com o que vivenciam. Um ou outro afirma passear eventualmente por lugares públicos do Distrito Federal, como a Torre de TV. Ocasião em que levam consigo algum outro acolhido mais debilitado – geralmente idoso ou cadeirante - na tentativa de produzir uma dupla satisfação: naquele que não circulava há muito pela cidade, e sua própria satisfação, oriunda da sensação de sentir-se útil a alguém ou responsável por sua alegria.



*Foto: Tenda entre os dormitórios utilizada para os jogos de baralho e damas.
Foto da autora. Outubro, 2016.*

A funcionária C observa que as histórias de vida dos acolhidos são marcadas pela dedicação a diferentes hobbies: grafite, artesanato, música, pintura, caricatura, costura, jardinagem, entre outros; mas atualmente muitos deles se vêm privados de diversão por

limitações financeiras, de acesso ou simplesmente “perderam o interesse”. A alegação de não divertimento apresentada pelos acolhidos evidencia que o ciclo de privações a que o grupo está sujeito permeia diferentes esferas de sua vida, incluindo o acesso ao lúdico e o interesse por ele. Internamente, as restrições de classe se manifestam pelo desânimo, pelo imobilismo, muitas vezes vinculado à sensação de impotência gerada pela impossibilidade de um consumo ensinado como o bem-viver. A mercantilização do entretenimento no espaço urbano é outro impeditivo central, que afeta tanto acolhidos quanto os moradores da Vila Areal.

Ixi... (sobre diversão) é muito difícil. Alguns descem pra baixo aí, mas tem hora que a gente tá numa situação difícil, não tá tendo nem uns trocados pra comprar uma balinha, né? Aí não sai pra lugar nenhum. Às vezes quando eu tenho eu desço pra baixo aí, pra tomar um guaraná, uma pinga... É muito difícil ter um peão aqui que não bebe uns goles de pinga. (J.A. Acolhido da UNAF).

Diferentemente dos acolhidos, os moradores do Areal afirmam possuir algum divertimento, mas também para esse grupo o lazer é escasso. O motivo da limitação, contudo, varia por grupo. Aqueles que compõem o grupo 03 (moradores de classe média que vivem em condomínios fechados) e alguns membros do grupo 02 (financeiramente estabilizados) apontam as limitações da cidade como fator impeditivo de entretenimento. Os moradores afirmam que na Vila são poucas as opções de lazer, restrito a igrejas e bares. Aqueles que não se adequam ao perfil dos “beberrões” ou crentes, não encontram muito o que fazer ali. Por essa razão, buscam alternativas de diversão fora da Vila, geralmente em Taguatinga. Afirmam frequentar shopping centers, parques e praticar esportes.

Final de semana eu procuro ter um lazer com a família, inclusive eu envolvo eles de alguma forma: levando para o parque também, para a praça. Minhas filhas têm uma mania já de todo dia, todo dia mesmo, me chamar pra ir pra praça no final da tarde. Então a gente leva bola, brinca, faz amizade, mas sobre supervisão, né? (E. Morador da Vila Areal);

Quando eu saio eu vou ao shopping com minha filha, a gente vai no cinema, ou ela me chama pra lanchar... – E a sua filha sai para se divertir? – Nossa, até demais (risos). Assim, ela se diverte muito, mas também é muito responsável. Eu admiro muito a força que ela tem, não é fácil. (H. Moradora da Vila Areal)

Nas entrevistas acima, chama a atenção a presença marcante dos pais na disciplinação dos horários de lazer das filhas, que desfrutam regularmente de diversão. A manipulação de seus limites e horário tem por finalidade equilibrar momentos de lazer e de responsabilidades, suprindo, desse modo, distintas necessidades de satisfação pessoal. O acompanhamento dos pais permite intercalar na agenda das filhas horários diários de entretenimentos e investimentos em um futuro promissor. É o caso da jovem estudante de medicina, filha de H. (grupo 03), que mesmo sobre a pressão dos estudos, aprendeu a organizar seu tempo de modo a intercalar estudos com muita diversão. Por um sistema de recompensas e retaliações, manipulados pelos pais, esses filhos dos grupos 02 e 03 aprendem a desenvolver o controle do seu anseio por diversão com alguma segurança de que serão recompensados posteriormente, como têm sido.

Os jovens dessa classe aprendem a apreciar um mundo prazeroso desde que tenham cumprido o dever de casa. O estímulo e controle dos pais, no que toca ao lazer dos filhos, prepara-os, de forma sutil, a desenvolver pensamento prospectivo, a *prudência* e *determinação* necessários a uma gratificação otimizada em um tempo futuro. A organização multifacetada do tempo, distribuído entre responsabilidades e lazer, é central para a formação de uma estrutura psíquica adequada aos imperativos modernos, pois viabiliza a formação de capacidades como a disciplina, o autocontrole e pensamento prospectivo. Também a escola tem papel central nesse sentido, explica Souza (2009). A periodicidade das avaliações e seu sistema de recompensas, instiga nos alunos o planejamento de suas vidas tendo em vista o êxito nas avaliações. Formação da qual a maior parte acolhidos carecem.

Já para os moradores dos grupos 01, 02 e 04, diversão “quase não tem”. Alguns desses moradores saem eventualmente para beber com amigos e eventos excepcionais. Outros também praticam esportes aos finais de semana. Contudo, de um modo geral, sustentam a falta de entretenimento. Mas, diferentemente do grupo 03, as limitações apresentadas por eles dizem respeito a mercantilização do lazer, fragilização dos vínculos familiares e à “falta de tempo”. Essa última deriva, em parte, de uma jornada cheia, na qual buscam conciliar dedicação aos afazeres domésticos, trabalho e igreja.

Eu acho que nos distanciamos (entrevistado e parentes) mais pela política, esses negócios, porque tá todo mundo em crise. Antigamente a gente se via muito, né? Fazia reunião, fazia festa. Tipo, meu pai tem 12 irmãos, cada ano tinha aniversário de um

irmão. Cada ano era em uma cidade diferente, a gente ia. Mas não estão fazendo mais. [...] piorou porque antigamente a gente brincava, aqui tinha parque de diversão, vinha circo pra cá, hoje não tem. Hoje em dia se você quiser se divertir tem que ir pro Barril 66, esses lugares. Antigamente com 50 reais você fazia muita coisa, hoje em dia não faz nada. (W. Morador da Vila Areal).

Mas o não divertimento alegado também deriva da indisposição desses moradores em abdicar do seu tempo livre para o entretenimento; o que, face à ética do trabalho duro, pode ser tido como fraqueza de caráter. Veem no tempo “improdutivo” uma ameaça de perda de dignidade. A principal fonte de diversão apresentada por esses moradores refere-se às atividades religiosas. Os fieis vão a igreja em média três vezes por semana, podendo ir até cinco em períodos excepcionais.

4.3. Religião

A instituição religiosa tem papel central na vida dos moradores dos grupos 01, 02 e 04. O grupo é composto majoritariamente por assalariados e microempreendedores que vivenciam as instabilidades características da nova fase do capitalismo financeiro. Esses “batalhadores”, na classificação de Souza (2012), situam-se no espaço social entre a classe média e a “Ralé” estrutural, representada no estudo de caso pelos acolhidos da UNAF. São, na realidade, a parcela da Ralé que logrou ascensão social porque pôde internalizar e incorporar disposições de crer e de agir que lhes preparasse para participar do mundo competitivo. Observa-se, pelo estudo de caso, que esse é um importante fator distintivo entre moradores e acolhidos: a aquisição pelos primeiros de um aparato sociocognitivo específico diferencia-os em termos de regularidade das condutas e disposição para investir no seu próprio futuro e no de seus familiares.

Destituídos de capital econômico e cultural considerável, moradores dos grupos 01, 02 e 04, dependem sobremaneira da vinculação religiosa e familiar como suporte material, social e emocional para lidar com as adversidades de sua posição. Embora privados de uma posição estável no mercado de trabalho, atributos materiais e titulações garantidores de prestígio social seguro, os membros desse grupo atualizam sua fé em si próprios e no futuro pela vinculação religiosa. Inseridos em uma rede de fieis, os moradores são reconhecidos por suas qualidades particulares e adquirem também ali o

incentivo necessário para desenvolver outras tantas habilidades. Como a moradora C., que aposentada e viúva, dedica-se semanalmente ao coral da Igreja Pentecostal. Após a morte de seu marido, C. encontrou na religião o amparo emocional que lhe faltava para “tocar a vida”. Hoje reconhece a importância de participar das atividades religiosas, sobretudo para dar e receber apoio dos irmãos de fé nos momentos de dificuldade.

A nossa igreja, graças a Deus, tem muitas atividades. Tem muita gente que fala que não precisa estar indo na igreja, mas você tem que ir, comunicar com os demais, ver o que tem pra fazer, estar junto. Dizem que onde um ou dois estão Deus tá no meio, você tem que estar no meio... Procurar estar sempre em união, distrair, conversar, aprender mais da vida, orar, ver a vida do vizinho - no bom sentido. (C. Moradora da Vila Areal)

Mas o amparo emocional não é tudo. A dinâmica religiosa é indispensável a essa classe porque contribui para o desenvolvimento do aparato sociocognitivo necessário à sua inserção no mercado de trabalho. Ali os fiéis são incumbidos de responsabilidades mediante as quais aprendem, pela prática, valores caros à inserção produtiva. O sistema de recompensas que dirige a devoção à vida religiosa anima os fiéis a investirem em si mesmos. Ainda, o apoio material concedido pela igreja serve de suporte a ascensão social dos mais necessitados e cumpre papel importante na rede de proteção formada pelos devotos. Esta rede fornece também aos fiéis a segurança de serem aceitos, bem quistos, e úteis, a despeito de seus fracassos ulteriores. O caso de E., é elucidativo. A moradora do Areal e ex-acolhida da UNAF, encontrou na vinculação religiosa o amparo material, cognitivo e emocional necessário para livrar-se da dependência química e, assim, poder cuidar da filha.

Aos finais de semana eu vou pra igreja, tem um berçário lá onde minha filha fica. Na igreja eu faço café da manhã para todos, sem distinção de cor e raça. Depois de lá eu vou para um curso de crochê. [...] Tudo lá em casa foi eles quem me deram. Só não um armário e uma televisão. Pessoal da Igreja Espírita Irmã Rosário. Eles que me levantaram das cinzas. Quem não tem religião hoje vaga muito, sofre muito. - O que mudou? - Tudo. Tudo. Maneira de pensar, de agir, maneira de saber entrar no lugar e não ter vergonha de você mesmo, não ter vergonha de expor a sua força, de falar a verdade. - Você sentia vergonha? - Eu sentia. Sentia muita vergonha de dizer que tava na podre (viciada em crack). (E. Moradora da Vila Areal)

A possibilidade de olhar sem constrangimentos para uma vida marcada pela “desonra” foi fator decisivo para que E. se visse digna de realizar novos empreendimentos, como o carrinho de lanches com o qual ganha hoje seu sustento. Mas, o ímpeto em “sair da podre” pouco serviria se a decisão não viesse acompanhada por uma transformação profunda em sua maneira de agir e pensar. As mudanças práticas de vida possibilitadas pela dedicação religiosa foi contribuição primordial da igreja para E., como tem sido para os batalhadores brasileiros. A religião desperta nos devotos a reflexividade de suas condutas e interações sociais, tendo em vista fortalecer ou inspirar certo senso de autorresponsabilidade, comedimento, determinação e pensamento prospectivo. Dota-os, pois, de economia afetiva adequada a inserção social e produtiva. O exercício reflexivo praticado na igreja se realiza através dos diálogos entre os fiéis e da exemplaridade daqueles mais bem sucedidos na fé e nos negócios. É o que permite aos fiéis formatarem seus afetos e condutas segundo os imperativos religiosos.

A vida associativa na igreja cumpre, pois, uma papel central para esse grupo de moradores. Juntamente à instituição familiar responde pela disposição desses sujeitos a interação regular (SOUZA, 2012). Algo que muitos dos acolhidos carecem. Ainda, a dedicação continuada às atividades religiosas, por mais simples que sejam, permite estabilizar as expectativas sociais direcionadas a cada fiel. Faz saber minimamente o que é possível esperar de “fulano”, que cumpre essa ou aquela função na comunidade. Também desse mínimo de previsibilidade muitos acolhidos não dispõem, o que os prejudica na busca por trabalho e inserção social. Carecem de confiabilidade, são “estranhos”, pessoas de quem não se sabe o que esperar.

Religião e família cooperam no sentido de dotar os moradores de fé no futuro e da crença na importância do seu planejamento. Isso o fazem nos meios de discussão, por exemplo, onde se apresenta uma possibilidade de imaginar, discutir a respeito e então planejar futuro. Na Vila Areal, mesmo aqueles que não têm uma religião definida reconhecem a importância da fé, em contraposição aos “mendigos de rua que perderam a fé na vida”, com afirma o morador E. Apesar da religião, a fé aparece como importante ensinamento entre os moradores, que buscam transmiti-la para os filhos, como quem os ensina a não se deixar abater facilmente.

A distinção apresentada por E. não é de todo equivocada. A “falta de fé” de alguns dos acolhidos se verifica pela falta de expectativas em relação ao futuro, por exemplo, ou

pelo alto índice de depressão entre eles. Deixa-se de perceber, contudo, que a confiança no futuro e em si próprio não é algo que individualmente se adquire ou se perde. Mais que uma decisão pessoal, a fé é o resultado de um esforço coletivo de agentes dedicados a apontar a fé como uma compreensão esperada. A expectativa coletiva de perpetuação de um grupo religioso é introjetada nos fiéis, cuja decisão de crer encontra-se intimamente vinculada a confiança depositada na própria instituição e em seus agentes (SOUZA, 2012).

Vê-se que um importante traço distintivo entre moradores e acolhidos é a constituição de um aparato psicossocial específico que leva os moradores a investirem em seu próprio futuro e em relações sociais duradouras. A vinculação religiosa e familiar tem papel central nesse sentido, pois confere aos moradores suporte material, emocional e sociocognitivo para lidar com as adversidades de sua posição social; algo do qual a grande parte dos acolhidos carece. A relação dos acolhidos com a religião é distinta. De um modo geral, eles têm uma relação bastante flexível com as igrejas. Aqueles que afirmam possuir uma religião não frequentam assiduamente as cerimônias. A maior parte deles vai esporadicamente a igrejas próximas à UNAF (a despeito da religião que afirmam possuir) a convite dos pastores.

Vou te falar bem a verdade, pra mim toda religião é religião. Tanto faz eu ir na igreja católica ou na evangélica. Mas a pessoa tem que seguir uma religião só, né? Eu, pra mim, não tem isso não. Vou na igreja espírita, de padre, de crente. Bom, é isso que passa pela minha mente. (J.A. Acolhido da UNAF).

Segundo a funcionária E., a maior parte dos acolhidos possuem uma relação utilitária com a religião. Muitos vão a igreja para pedir ajuda financeira, material ou em busca de indicação para serviços. Também procuram eventualmente as igrejas para conversar, desabafar algo que não pode ou não se sente à vontade para compartilhar com outra pessoa. O interesse é confirmado em suas falas, reconhecem contar com a ajuda dos pastores para comprar remédios, por exemplo. Mas, afinal, qual busca religiosa não é utilitária no sentido de interessada? Essa reflexão é crucial para que se entenda que o *utilitarismo* acusado nos acolhidos é em grande parte fruto de um preconceito de classe, a partir do qual os mais pobres são tidos como aqueles dispostos a tirar vantagem de tudo e todos.

Ora, membros de todas as classes, ao buscar uma igreja, conscientemente ou não, buscam alguma espécie de maximização emocional e/ou material. Pressupondo que todos aqueles que procuram uma religião têm razões suficientes para tanto, que agem no campo dos seus interesses em consonância com sua posição no mundo, vale questionar porquê os interesses dos acolhidos são constantemente desmascarados e acusados como menos nobres. A acusação de interesse nesse caso tem servido para sublinhar a inferioridade dos acolhidos. O utilitarismo acusado nesse grupo é apontado para evidenciar sua “falta de caráter” e inaptidão para o que seria uma “verdadeira busca espiritual”. Quase o contrário acontece com o utilitarismo de membros das classes altas, acusado muitas vezes para sublinhar virtudes de uma gente inteligente que sabe aproveitar oportunidades.

Católico. Mas, realmente, aqui eu tô frequentando mais a Assembleia de Deus. Os pastores, as meninas lá me dão muita atenção... Ah, quando Jesus fez a Terra, ele não fez igreja nenhuma! [...] Já tá tudo inflamado, se eu não tomar esse remédio não tem como me encaminharem para o médico. O Pastor ficou de me ajudar, mas sempre que eu vou lá aparecem uns três com garrafa de cachaça, eu fico até sem jeito. (C. Acolhido da UNAF).

O funcionário R., psiquiatra da unidade, afirma que a carência econômica frequentemente impede o tratamento dos acolhidos porque inviabiliza a aquisição do medicamento necessário. A condição de extrema privação desarma os acolhidos na busca pelo suprimento de necessidades básicas, uma das razões pela qual recorrem insistentemente a ajuda de terceiros. Quando se trata de acessórios, alimento ou pequena quantia em dinheiro, os pedintes manguem pela cidade. Mas, quando se trata de oportunidades de trabalho e produtos imprescindíveis a sua subsistência, como remédios, procuram geralmente os líderes religiosos.

4.4. Associações

Para o grupo de moradores, outras duas formas de vinculação servem como importante rede de suporte material e emocional: suas relações comunitárias e rede de amigos, que o morador L. descreve como uma “segunda família”. No que tange a vinculação comunitária dos acolhidos, os principais entraves são a estigmatização a que estão sujeitos e sua condição transitória no abrigo. Considerados *outsiders* na Vila Areal, os acolhidos são tidos como elementos estranhos, pouco confiáveis e, geralmente, mal quistos. Não compartilham com a maior parte dos moradores seus padrões de

comportamento, pensamento, e tampouco de uma história comum. Muitos deles vivem a condição continuada de *outsiders* há anos e estão desabituaados a criar vínculos por região. Já não se sentem pertencentes nem a sua região de origem, nem a de destino.

Além da privação ao suporte comunitário, chama a atenção a desvinculação dos acolhidos no quesito amizade. Quase a totalidade dos acolhidos afirmam não possuir amigos de confiança, característica que compartilham com membros do grupo 04, que já passaram por situação de extrema vulnerabilidade. Os poucos que afirmam possuir amigos apresentam ressalvas: perderam o contato há anos; possui amigo, mas não lhe tem confiança; conta com a amizade da esposa. As narrativas coletadas revelam um lado perverso da desvinculação que caracteriza esse grupo: para além da imagem de “não confiáveis” que herdaram com o estigma de *albergado*, e das dificuldades de confiar em seus colegas de abrigo, a grande maioria dos acolhidos encontra-se lesada em sua própria capacidade de confiar. Seus laços afetivos não são apenas rompidos, mas, de alguma forma, golpeados pela raiz.

Como eu vou falar que tenho amigos aqui sendo que se um dia eu passar por alguma dificuldade essa pessoa não vai estar comigo? - Alguma experiência te levou a pensar assim? - Oxi! E muito! Lá em São Paulo demais. Eu e ela passamos muitas dificuldades em São Paulo. A gente achava que tinha amigos. Eu, por exemplo, levei ela pra lá porque eu achava que tinha amigos. Quando eu cheguei lá com ela, que era a hora de eu encontrar esses tais amigos, eu não encontrei. Só duas pessoas ajudaram a gente, e foram pessoas que eu não conhecia antes. Os de antes viram a gente passar dificuldades, viram ela perder três filhos... Quando eu precisava de alguém pra olhar ela, pra ficar com ela, não tinha.
(L. Acolhido da UNAF.)

A desconfiança é característica marcante entre os acolhidos, algo que compartilham com membros do grupo 04 de moradores. Tudo indica que essa postura vem sendo disseminada como um ensinamento caro àqueles de sua posição; o que ocorre, por exemplo, pela repetição de ditados e frases bíblicas que desaconselham a confiar: “*Aquilo que o teu inimigo não pode saber, não conte para o teu amigo*” (D. Acolhido da UNAF) ou “*Maldito o homem que confia no outro*” (J.A. Acolhido da UNAF). Alguns se autorresponsabilizam pelo “engano” de ter confiado em alguém um dia. O correto parece óbvio: não depositar confiança em pessoas, em hipótese alguma. “*Olha, vou ser bem sincera com você: amigos, amigos, ninguém tem.*” (M. Moradora da Vila Areal)

Ainda que a desconfiança seja uma qualidade extensiva a outros grupos, sua recorrência e intensidade entre os acolhidos e o grupo 04, bem como especificidades de seus relatos, permite entendê-la como uma característica peculiar a seus membros. Aparentemente deriva de exercícios reflexivos vinculados a experiências de abandono, decepções (em um sentido específico), violência e extorsões, recorrentes em seus relatos de vida. O ressentimento por abandono é a justificção mais comum para a desconfiança e o distanciamento dos acolhidos, tanto de familiares quanto de amigos antigos. Uma consequência perversa do ressentimento nesse grupo é inibir a formação de novos vínculos. Pela mágoa que guardam, alguns acolhidos negam receber ajuda e reestabelecer relações familiares rompidas, mesmo quando passam por dificuldades.

Minha família veio atrás de mim, eu não quis aceitar a ajuda deles. Meu irmão e uma irmã que tenho. Só que agora eu não quis, eu preferi ficar na rua, porque logo no começo, quando eu precisei da ajuda deles, eles não quiseram me ajudar. Eu falei que não estava precisando de ajuda: 'Não, eu trabalho, com o que eu ganho aqui, dá muito bem pra eu me virar'. E não dava. Mas eu quis falar porque quando eu precisei de ajuda eles não estavam. Eu cresci na rua. Eu criei uma raiva por esses parentes... Não tinha nada que ele pudesse fazer por mim que acabasse com aquele rancor. Nós ficamos 17 anos convivendo na rua, entendeu? (O. Acolhido da UNAF)

A sensação de desconfiança também resulta de decepções pela instabilidade do comportamento de ex-amigos que se acreditavam confiáveis e repentinamente assumiram posturas “indignas”. É o caso de C. que com 68 anos de idade foi surpreendido emprestando dinheiro a um amigo, “*mais velho inclusive*”, que se revelou usuário de crack. “*A confiança não acabou, mas ela ficou pouca, porque hoje você tem um amigo, quando você pensa que não, flagra o cara fazendo coisa errada. [...] Era um amigo de confiança, mas hoje tá morto pra mim.*” (Acolhido C.). A postura de distanciamento e reserva dos acolhidos entre si deriva em grande medida da imprevisibilidade da conduta de outros acolhidos.

Um terceiro motivo refere-se ao desengano referente a uma série de extorsões por que passaram acolhidos e membros do grupo 04. Por falta de instrução, sobretudo daqueles que vêm do meio rural e têm de lidar com distintas relações de trabalho e pessoais no meio urbano, é corrente serem enganados por agenciadores que tirem proveito de sua mão de obra e por criminosos que buscam coagi-los a realizar práticas ilícitas. Além disso, a experiência de ter sido roubado ou ludibriado quando em situação

de rua é recorrente, inclusive por pessoas próximas, que os roubaram ou deixaram de pagar dívidas firmadas. Para além da perda material, esses indivíduos também são lesados em sua expectativa de reconhecimento, que depositaram no ex-amigo ou agenciador. A experiência do desrespeito evidencia o interesse econômico oculto nas relações de amizade, por vezes superando-a, o que leva a uma relação desencantada com a amizade.

[...]Eu tive um amigo, e gostava demais dele. Infelizmente ele me pediu um dinheiro e o cara simplesmente foi embora, não falou nada, levou meus 850 reais, não me deu satisfação nenhuma. Por isso eu não confio mais em ninguém. Outro caso: um amigo meu. Eu fiquei com pena dele e levei ele pra casa. Chegando na minha casa ele comeu, dormiu... dormiu numa caminha lá em baixo. Sabe o que ele fez? Pegou meu dinheiro, 500 reais, e sumiu! Não tô te falando? Esses são os amigos em que eu confiava. (E. Moradora da Vila Areal)

É possível identificar que a desconfiança contínua possui relação com a condição de vulnerabilidade vivenciada pelos acolhidos e integrantes do grupo 04 de moradores. As frustrações tem especial poder destrutivo sobre esses indivíduos dado seu desamparo em outras esferas, como família, comunidade, religião e trabalho. Desenvolvem então uma postura de reclusão ou desconfiança como forma de proteção a novas frustrações. Os acolhidos e membros do grupo 04 afirmam confiar apenas em Deus, e “aqui na Terra” preferem contar com os mecanismos de mercado como alternativa as redes de solidariedade: *Amigo de confiança que eu tenho, só Jesus Cristo (Acolhido M); Eu confio só em Jesus Cristo (Acolhido J.A); Pra não dizer que não confio, eu confio no meu pai. Em geral, só em Deus. (Acolhida C.); Só que é complicado nos dias de hoje você falar que tem uma pessoa em quem você pode confiar. Só aquele que está lá no céu. (Acolhido O); Meu amigo de confiança é aquele lá de cima. Aqui na Terra eu não confio em ninguém. Eu acredito que aqui o seu amigo de verdade te coloca no buraco (Moradora E.); Ao menos eu não tenho amizade, porque meus amigos é só quando precisam de mim, quando eu preciso não tenho. Então se eu preciso de alguma coisa eu prefiro ir lá, pagar, do que pedir pra alguém (Moradora M.)*

A desconfiança generalizada entre os acolhidos revela um lado perverso, e invisibilizado, porque naturalizado, do ciclo de vulnerabilização a que estão sujeitos: o sectarismo de classe. Este potencializa a condição de vulnerabilidade dos acolhidos na medida em que dificulta, quando não impede, sua articulação em prol de interesses comuns. A cisão gerada pela desconfiança permanente impede o fortalecimento mútuo

dos acolhidos, que percebem e acentuam sempre mais suas diferenças que semelhanças. O preconceito de classe, também introjetado nesses indivíduos e reforçado por experiências de desrespeito precedentes, ratifica a má reputação dos pares e inviabiliza que formem redes de suporte entre si.

4.5. Trabalho e formação

O aprendizado prático que grande parte dos acolhidos obtiveram dos pais e responsáveis remonta ao ímpeto para o trabalho. “*Trabalhar. Até porque se não fosse meu avô me ensinar a trabalhar eu não tinha aprendido era nada*” (Acolhido C.). E isso aprenderam bem, ou pelo menos desde muito cedo. Quase todos os acolhidos entrevistados iniciaram sua carreira profissional com o trabalho infantil, tendo tido sua primeira experiência de trabalho entre os 7 e os 15 anos de idade. A funcionária C., responsável por intermediar a mão de obra dos acolhidos, alega que as principais dificuldades do grupo dizem respeito a sua baixa qualificação e a inaptidão para planejar o futuro. A funcionária tenta contornar esse último entrave estimulando-os a um exercício reflexivo acerca de suas possibilidades e limitações na condição em que se encontram. Segundo C., uma parte complexa do atendimento consiste em instigar nos acolhidos alguma expectativa de futuro, pois muitas vezes são pessoas que “já não ousam sonhar”.

Alguns vêm tão fatigados da vivência da rua e da violência ou da falta de recursos que eles não ousam sonhar, ou não sabem que podem ou que devem, não sabem que têm capacidades. Então a minha função aqui é sentar com eles e visualizar aquilo que eles são, mas que muitas vezes a visão eclipsada e enevoada pela própria carência impede eles de enxergar”. (Funcionária C.).

Quando conquistada a oportunidade de emprego ou formação almejada, o próximo passo consiste em realizar com os acolhidos um “trabalho de sensibilização,” que é uma tentativa de inculcar neles certo senso de comprometimento necessário a um bom desempenho e o não abandono da oportunidade adquirida. Esse senso, porém, demanda mudanças radicais de hábitos e rotina que, segundo C., é o principal entrave a inserção produtiva dos acolhidos. Para aqueles que não possuem uma rotina ordenada, a adaptação ao mundo do trabalho é extremamente complexa. São frequentes os casos de abandono por desistência ou casos de demissão, por negligência as regras. Muitos

empregadores relatam descumprimento de horário, uso de bebidas ou maconha próximo ao ambiente de trabalho e casos de furto.

Os moradores dos grupos 01 e 02, por sua vez, foram formados para lidar com o mundo do trabalho, buscam ser determinados, polivalentes e dispostos a sacrificar seu tempo pelo sucesso profissional. Orgulham-se de sua dedicação ao trabalho e afirmam não se deixar abater nas adversidades. A religião cumpre importante papel nesse sentido, ao prepara-los emocionalmente para o trabalho duro. De uma “ética do trabalho duro”, disseminada entre os moradores, deriva o estoicismo do trabalhador que orgulha-se do seu próprio sofrimento, que transforma a sujeição laboral em fator de dignidade (SOUZA, 2012).

A maior parte dos acolhidos é lesada em suas chances de êxito no mundo do trabalho por sua baixa formação e face a demanda crescente do mercado por mão de obra especializada. Muitos dentre eles abandonaram os estudos no ensino básico, alguns sequer foram alfabetizados e poucos concluíram o ensino médio. As dificuldades em dar continuidade aos estudos são diversas e quase sempre interpostas: distância da escola, quando no meio rural, falta de incentivo dos pais e concorrência com a atividade laboral. Quase todos os acolhidos iniciaram sua vida profissional com o trabalho infantil. Tendo de conciliar trabalho e estudos, com pouca perspectiva de ascensão pela educação e acentuado estímulo para o trabalho, o abandono da escola é recorrente. Quando adultos, possuem vasta experiência laboral, porém desvalorizada no meio urbano.

Informalmente eu trabalho desde os treze. Eu trabalhei numa gráfica, fui auxiliar de encadernação e impressão. Eu fiquei quase dois anos trabalhando, foi quando eu resolvi largar meus estudos, porque eu gostava muito de trabalhar. Eu achava – lógico que eu tava errado, né? - mas eu achava que os meus estudos estavam atrapalhando meu trabalho. (L. Acolhido da UNAF).

Quando eu era pequeno meus avós me colocavam na roça pra trabalhar. Desde os 7 anos. Aí eu fui aprendendo, crescendo, se entendendo de gente, né? Me invoquei mais pelo trabalho que pela escola. Me punheram na escola, mas só que eu não aprendi nada não, aprendi só o começo do meu nome. O resto eu não dei conta não, aí eu desisti. [...] Minha primeira diária de serviço foi dois reais. Eu lembro como ontem. Nesse tempo eu tava com meus 16 anos, por aí. (J.A. Acolhido da UNAF)

Muitos acolhidos migram para Brasília em busca de emprego por constatarem que as oportunidades de trabalho no Distrito Federal são proporcionalmente mais vantajosas

que as de outras regiões. “Aqui em Brasília é muito diferente dos movimentos do norte. Aqui qualquer serviço a pessoa leva 50, 60 reais. As diárias pra lá é 40 conto, 30” (Acolhido J.A.). Migram com a expectativa de trabalho, mas, ao chegarem a capital se deparam com uma série de impeditivos. À sua baixa qualificação é acrescido o desinteresse dos empregadores em contratar pessoas de idade em um mercado supersaturado de mão de obra pouco qualificada. É o caso do acolhido, C., que embora tenha acumulado uma experiência vasta e diversificada não consegue emprego por estar em idade avançada. *Meu dilema toda a vida foi trabalho. Depois que eu fechei 60 anos eu nunca mais consegui assinar uma carteira. Em todo lugar que eu chego: não! Então eu fui descaracterizado em termos de trabalho.* (C. Acolhido da UNAF). Também o preconceito direcionado aos *albergados* é um importante impeditivo a inserção laboral. Entre os acolhidos, essa é uma reclamação constante.

“Eu fiz o exame, três dias de palestra... Aí quando eu terminei, fiz tudinho! Eu fui lá, ele pegou a carteira, olhou, ai ele disse: agora me passa seu endereço. Quando eu falei,, o próprio dono da empresa falou: ‘Ó, Seu C., é o seguinte: o senhor é um funcionário bom, mas pra nós não serve, porque pessoas que atuam nessas instituição são pessoas que, pra nós, não tem qualidade’. Perdi a vaga. Eu me senti uma pessoa sem valer de nada, com todo o documento na mão. Porque depois que você vai, passa por uma empresa, faz uma entrevista, três dias de curso, regulariza toda a sua documentação, faz exame, tá aguardando só a chave do maquinário pra você começar a trabalhar, e o cara te fala numa coisa dessa? A vontade é de correr pra desordem porque é difícil a situação. Você sabe que vai trabalhar, alojadinho, pagar aluguel e tudo, de uma hora pra outra... tudo aquilo que foi construído acaba num minuto” (Acolhido C.)

Rejeitados no mercado formal, desacreditados de suas aptidões e entregues à própria sorte, os acolhidos buscam no trabalho informal o seu sustento diário. Dedicam-se predominantemente a “bicos” ou “tramos” que são trabalhos temporários, geralmente extenuantes e mal remunerados. Todos os dias às 07h da manhã, os acolhidos *dispostos* a trabalhar, se concentram em um ponto de ônibus localizado em frente à UNAF à espera dos agenciadores que buscam mão de obra barata na unidade. Os serviços oferecidos são: auxiliar de servente, descarregador de caminhão, ajudante de ferro velho, dentre outros. “Mas é só bico, nunca oferecem um trabalho fichado. E não é nem todo dia também não”, afirma J.A. A funcionária C. adverte que essa prática se tornou comum, porém envolve uma série de riscos e danos aos acolhidos. Os agenciadores pagam uma diária de trabalho muito menor do que o mercado paga e sem oferecer qualquer tipo de segurança.

A gente já conversou com alguns deles (agenciadores) e o que eles falam é que ‘Ah, mas eu tô correndo muito risco’. Como é que eu vou pagar a diária pra uma pessoa que não sei se vai terminar o trabalho?’. Eu falo ‘Ué, se ele não terminar o trabalho você não paga’. Mas não. Então eles se submetem a trabalhos que eu chamo ou de extenuantes ou de pouco dignos. Sem nenhum tipo de segurança. (C. Funcionária da UNAF).

A justificativa para o valor subestimado da mão de obra dos acolhidos é a “pouca confiança” que se pode depositar nesses indivíduos. Vê-se que o descrédito gerado pelo estigma de *albergado* tem servido a desvalorização de sua mão de obra. Nesse sentido cai como uma luva para aqueles que dela se aproveitam tendo em vista o próprio lucro. Frequentemente acolhidos são sabotados pelos agenciadores, que negociam diretamente com eles as condições de trabalho. Muitas vezes deixam de cumprir o acordo. Em um caso emblemático o acolhido enganado foi também preso ao tentar reaver o prejuízo de quinze dias de trabalho em vão. A funcionária C. observa que além das experiências de exploração vivenciadas no período do acolhimento muitos acolhidos relatam casos de maus tratos e de trabalhos análogos ao de escravo em suas experiências profissionais pelo Brasil a fora

Muitos vêm de serviços análogos ao de escravo. Porque, como têm baixa escolaridade, se submetem a qualquer subemprego pra comer, pra sobreviver. Viajando Brasil a fora... a gente notou que muitos deles relatam maus tratos. (C. Funcionária da UNAF).

Alguns (agenciadores que buscam mão de obra barata na UNAF) nem dão preço, falam: ‘vamos lá, você trabalha e no final do dia a gente acerta quanto eu vou te pagar’. Tem alguns que até fecham com a pessoa: ‘Tá, o senhor vai me pagar tanto? Então eu faço o serviço para o senhor. O senhor me paga no finalzinho?’ Só que aí no dia de a pessoa pagar, ela não paga. Aí ele descobre que trabalhou naquela construção, mas o dono da casa não era a pessoa que pegou ele aqui; aquele era o contratado [...] É muito dolorido essa parte de a gente ver as pessoas de fora se aproveitando das que estão aqui na unidade. (E. Funcionária da UNAF).

Acolhidos são frequentemente ludibriados por pessoas e grupos que tiram proveito de sua condição de vulnerabilidade e instabilidade. Assim o fazem estelionatários que oferecem dinheiro para os acolhidos em troca de uma compra que os deixará inadimplentes. São os famosos *empréstimos*¹⁴.

¹⁴ Reportagem em anexo.

5. Considerações finais

As conquistas impulsionadas pela noção de cidadania não estão isentas de contradições. Inúmeras críticas têm sido direcionadas à essa noção abstrata e seu propósito ideal. Questiona-se o aspecto heterônomo da liberdade conquistada, qual seja a libertação para o consumo; a participação política débil de uma sociedade civil enfraquecida por diferentes fatores; a aparente universalização do status igualitário, respaldado no entendimento da dignidade da pessoa humana; a negligência da proposta igualitária às diferenças sociais concretas, circunscritas no tempo e no espaço. Segundo Domingues (2002), porém, a cidadania deve ser compreendida pelas impulsões e tensões que gera. É importante considerar que se trata de uma conquista ambivalente.

Embora este trabalho perpassasse algumas das principais críticas direcionadas a “abstração real” (DOMINGUES, 2003) que é a cidadania, sua ênfase reside na aparente universalização do status igualitário que a mesma pressupõe. O estudo de caso faz notar o paradoxo de uma *concepção restritiva de cidadania*, produzida por, e promotora de, uma ordem social altamente desigual. Sob a égide do princípio da igualdade, diversas hierarquias valorativas são manipuladas a fim de discriminar os indivíduos em mais ou menos dignos de respeito e direitos – à cidade e à proteção social, por exemplo -, cidadãos e subcidadãos (SOUZA, 2003).

A reprodução das desigualdades abordada não é peculiar a realidade brasileira, não deve ser entendida como uma experiência desviante de democracia liberal, ou resquício da injustiça de tempos remotos, senão como a face mais perversa do bom funcionamento de uma democracia liberal. Nela, a reprodução das desigualdades é naturalizada porque justificada pelas principais instituições modernas e seu imaginário. Ao pregar a dignidade do tipo humano produtivo e útil, e a mensuração de seu valor pelo desempenho ou mérito individual, Mercado e Estado patrocinam a condenação de uma ampla parcela da população brasileira à condição de subcidadania (SOUZA, 2009).

Sob condições adversas de vida, os indivíduos são diferentemente capacitados para participar do mundo competitivo e acessar estrutura de oportunidades. Sua maior ou menor adaptação ao mundo competitivo tem sido critério relevante para discrimina-los entre mais ou menos dignos de respeito e direitos. Observou-se que a atribuição desigual de status está articulada a manutenção ou subversão de uma estruturas desigual de poder.

O estudo de caso permitiu visualizar a íntima relação entre configurações valorativas e configurações sociais. No microcosmo investigado, a hierarquia de valores vigente – e, conseqüentemente, a atribuição de status entre os grupos - dialoga com a estrutura desigual de poder que o caracteriza.

Um conflito duradouro marca a relação de moradores da Vila Areal com o Albergue localizado naquela região, a UNAF. Representantes dos moradores reivindicam sistematicamente a remoção do abrigo para regiões afastadas do perímetro urbano. Uma classificação aproximativa dos argumentos favoráveis à remoção do abrigo permitiu observar de forma mais cautelosa o conflito. Identificou-se três argumentos principais. O primeiro justifica o pedido de remoção por negar a necessidade desse tipo de instituição. Seus defensores alegam que seria desperdício, ou mesmo um grave erro, investir em “vagabundos”, “vadios”. O segundo argumento reivindica a remoção do abrigo alegando seu mal funcionamento. Nesse caso, o problema central seria a “falta de critérios” da unidade em selecionar os acolhidos. Aqui, os moradores reconhecem a política de acolhimento como válida, mas condicionam sua validade ao atendimento de demandas que julgam legítimas e ao empenho dos usuários em se mostrar merecedores do benefício. Já o terceiro argumento justifica a remoção da UNAF tendo em vista um projeto alternativo de aproveitamento do espaço em que a unidade se encontra. Seus defensores acreditam que aquele espaço deveria ser destinado a atender necessidades mais urgentes da população.

Entende-se que, embora o pedido de remoção da UNAF aponte uma cidadania ativa, pelo engajamento dos moradores em torno de uma causa comum, sua reivindicação contraria o princípio de cidadania. Em primeiro lugar, porque o pedido de remoção - quase sempre acompanhado pela sugestão de transferência da unidade para o meio rural - aponta uma medida de apartação que reforça a perpetuação de desigualdades excessivas, devido à dificuldade suplementar que teriam os acolhidos em acessar os bens e serviços que buscam na unidade. Além disso, as motivações do pedido de remoção revelam a limitação da participação civil à questões de segurança pessoal e segurança da propriedade privada. Negligencia-se a violência cotidiana que acomete também os acolhidos da UNAF e suas demandas. Mas é, antes, um subsolo moral de lógica hierarquizante o que caracteriza a concepção restritiva de cidadania acusada no presente trabalho.

De forma explícita ou latente, os argumentos favoráveis a remoção da UNAF apontam uma hierarquia de valores que tem servido para discriminar moradores e acolhidos entre mais ou menos dignos de ocupar o espaço público, acessar direitos, ser respeitado, enfim. Longe de ser aceito, o princípio da igualdade naquela região contraria o bom senso dos moradores, que aprenderam a discriminar de forma naturalizada cidadãos e subcidadãos. Ali, qualidades como determinação, prudência, honestidade, decência, etc. são definidoras do que se entende por dignidade. Em contrapartida, a vagabundagem, a inconstância, a inconsequência e a indecência, são apresentadas como qualidades condenáveis de sujeitos menos dignos de confiança, respeito e direitos. O sistema classificatório identificado naquela conjuntura justifica, para muitos moradores, a desclassificação do grupo de acolhidos, ratificando, desse modo, a estrutura de desigualdades em questão. Compreendê-la exigiu ultrapassar a correspondência, ou não correspondência, individual de moradores e acolhidos ao sistema classificatório identificado, a fim de pensá-lo por uma perspectiva relacional.

Observou-se que os diferentes argumentos apresentados pela remoção da UNAF correspondem a determinadas visões de mundo, que, por sua vez, mantêm íntima relação com certas condições de vida na Vila Areal. A amostra de moradores entrevistados levou a identificar quatro perfis: O primeiro grupo (01) é formado por opositores radicais à UNAF. São os porta-vozes do primeiro argumento. Esses moradores afirmam não possuir, tampouco almejar, qualquer contato com o albergue e albergados. Suas expressões de repulsa costumam vir acompanhadas por relatos de casos de violência nos quais são as próprias vítimas ou pessoas próximas as vítimas. O grupo 02, tal como o primeiro, vive próximo a UNAF e reivindica sua remoção, porém, apresenta um posicionamento moderado. Seus membros negam qualquer tipo de discriminação e em alguns casos se compadecem dos acolhidos. Oscilam entre o segundo e o terceiro argumentos. Para os porta-vozes desse grupo, a transferência da unidade para regiões afastadas do perímetro urbano seria benéfica para ambas as partes, contudo, as vantagens que teriam os acolhidos não são claras, tampouco convincentes.

O terceiro grupo (03) de moradores não se opõe a UNAF e seus membros se mostram compassivos com os acolhidos. São moradores de condomínios fechados localizados próximos a unidade. Estes se destacam do restante da vila por seus prédios verticalizados, segurança interna e também pelo padrão mais elevado de vida dos moradores. Ali não permitem a aproximação de acolhidos. O último grupo (04) é

contrário à remoção do abrigo e defensor ferrenho dos acolhidos. Este é composto por pessoas que no passado vivenciaram situação semelhante de vulnerabilidade, quando experienciaram a vida nas ruas. Este grupo permite observar uma variável que não aparece nos demais: o peso da experiência compartilhada. Ao defenderem o albergue alegam não apenas ser ele inofensivo, mas indispensável.

Foi identificado que as opiniões em relação a UNAF variam conforme os grupos são mais ou menos afetados pela violência e o descrédito no cenário urbano. Os grupos de moradores mais vulneráveis, nesse sentido, são também aqueles que apresentam maior intolerância a UNAF e aos acolhidos. Estes representam para moradores dos grupos 01 e 02 uma grave ameaça a sua integridade física, material e moral. Já o grupo 04 de moradores, embora viva sob condições financeiras e habitacionais semelhantes, ou mais precárias, não percebe a unidade como um fator de risco. O grupo 03, enfim, menos exposto aos riscos da violência e do descrédito, se mostra mais tolerante ao abrigo. Nuances dos argumentos favoráveis à remoção, permitiram identificar que também outros fatores interferem sobre o grau de intolerância aos acolhidos, como o nível de formação e o tipo de emprego dos moradores, porém essa correlação deve ser observada com maior atenção a partir de novas investigações.

Identificar a relação entre as posições sociais de cada grupo (e da própria Vila Areal em relação à Águas Claras) e suas opiniões quanto a remoção da UNAF, permitiu entender a reivindicação pela transferência do abrigo - e a própria lida com os acolhidos - como parte de uma estratégia de proteção e autoafirmação dos moradores, que também encontram-se vulneráveis à sua maneira. A população do Areal denuncia reiteradamente a negligência do poder público com as demandas da Vila: por segurança, por uma escola de ensino médio, defesa do Parque Areal e investimentos em infraestrutura urbana, por exemplo. No entanto, estratégia dos moradores de reivindicar a transferência do albergue e promover a apartação dos acolhidos alimenta uma lógica perversa, pois reforça a subordinação dos usuários desse serviço, e, com ela, a vulnerabilidade de ambos os grupos.

Na Vila Areal, a heterogeneidade do grupo de acolhidos é planificada em um único estigma, o de *albergados*. Para a maior parte dos moradores e comerciantes da Vila, esses indivíduos são imediatamente associados a vagabundos, alcoólatras, drogados, desonestos, bandidos e oportunistas. Os acolhidos são desacreditados sob a afirmação de

que são transgressores e/ou ociosos. As principais acusações feitas ao grupo dizem respeito a sua “falta de interesse” em se autonomizar, ao envolvimento com o tráfico de drogas e a criminalidade.

Constatou-se que a desclassificação dos acolhidos na Vila Areal deriva de uma seleção de verdades, ou um duplo esquecimento, que é pertinente a manutenção das relações de poder naquela conjuntura. Em primeiro lugar, se negligencia a diversidade do grupo, composto por: migrantes, homens adultos e famílias em situação de rua, idosos (realocados de outras instituições), pessoas de outras regiões que buscam tratamento médico ou que vêm a Brasília para acompanhar tramites judiciais, dentre outros perfis. A imagem depreciativa e generalista dos acolhidos, portanto, apenas se sustenta pelo esquecimento daqueles perfis e feitos que permitem contradizer o estereótipo dos *albergados* na região.

Oculto-se, em segundo lugar, os determinantes sociais que respondem, tanto pelas condutas reprováveis dos acolhidos, quanto pelas condutas louváveis atribuídas aos moradores e suas famílias. Um equívoco consiste em atribuir aos indivíduos isoladamente a inteira responsabilidade por suas decisões e desempenho, como se pudessem existir independente do meio no qual são forjadas suas disposições e capacidades. É o esquecimento do social nos sujeitos aquilo que viabiliza a reprodução naturalizada das desigualdades (SOUZA, 2009).

Foi constatado que a desclassificação dos acolhidos afeta sobremaneira suas possibilidades de ascensão e autonomização. Fora as ameaças ao seu direito à cidade, foram identificados outros três importantes efeitos. Em primeiro lugar, a desclassificação do grupo tem se mostrado obstáculo real ao aproveitamento de oportunidades de trabalho. Em segundo lugar, o descrédito tem sido um impeditivo a formação de, ou inserção em, redes de solidariedade. Em terceiro lugar, foi constatado que a desclassificação desses indivíduos torna-os mais suscetíveis a experiências de desrespeito – como ofensas, rejeições, exploração de sua mão de obra e extorsões.

Foi evidenciado, ainda, que as experiências de desrespeito supracitadas podem causar efeitos danosos sobre as vidas psíquicas dos indivíduos, levando a uma baixa significativa de autoestima e respeito próprio (HONNETH, 2013). A introjeção da inferioridade desencadeia estados psíquicos continuados de vergonha, retraimento,

desconfiança e/ou intolerância; inclinações que podem vir a reforçar sua condição de vulnerabilidade por incita-los ao imobilismo ou à transgressão.

Um fator agravante da desclassificação dos acolhidos reside no fato de que muitas das acusações direcionadas a esse grupo são confirmadas em atitudes desviantes, conformistas ou improdutivas de seus membros. De fato, muitos acolhidos não têm interesse em retomar os estudos, em buscar um trabalho regular, fazem consumo excessivo de álcool e outras drogas, e também é recorrente a prática de pequenos furtos. Longe de justificar as condutas desviantes acusadas nesses indivíduos, se buscou esclarecer a interdependência desses padrões de comportamento e um conjunto de disposições adquiridas ou herdadas a partir de sua posição no mundo.

Foi observado que os indivíduos internalizam e incorporam disposições de comportamento e pensamento em consonância com suas condições de vida e posição social (BOURDIEU, 1996). Apresentando trajetórias marcadas pela pobreza extrema, desamparo, privação de educação, trabalho formal e sucessivas experiências de desrespeito, muitos acolhidos desenvolvem inclinações à transgressão e ao retraimento; condutas que - observado sua história e seu campo de possibilidades e limitações – aparecem como as mais “sensatas”.

Foi identificado que os padrões de comportamento acusados nos acolhidos encontram-se intimamente vinculados a toda uma série de privações e experiências de desrespeito. Frustrações passadas e o imediatismo das necessidades urgentes, por exemplo, levam-nos a desenvolver uma peculiar relação com o tempo que dificulta, quando não impede, projeções futuras e um planejamento ordenado. Ainda, observada a força coercitiva das configurações sobre esses agentes não é de todo surpreendente que inúmeros comportamentos acusados neles se verifiquem. Naquele cenário, preconceito e realidade se retroalimentam.

O propósito de sublinhar a dimensão processual de comportamentos desviantes apresentados por acolhidos da UNAF, foi problematizar os diferentes usos e introjeções do princípio da autorresponsabilidade. Fora do contexto empresarial, e ainda atrelado à ideologia do mérito, esse princípio tem servido para julgar e estigmatizar agentes que se encontram envolvidos em um ciclo de violações que os ultrapassa. O estudo sugere um redirecionamento do olhar para ciclos de desrespeito, no qual os acolhidos participam, porém nunca como elementos isolados.

Ao final do presente trabalho ficam abertas algumas questões referentes à autorrelação prática dos acolhidos, cuja exploração exigirá novas investigações e abordagens. Honneth (2013) chama a atenção para a possibilidade de reconversão de experiências de desrespeito em experiências emancipatórias, mediante o discernimento moral de sentimentos negativos. Essa possibilidade depende de um quadro interpretativo que permita converter sofrimentos e frustrações em motivos de engajamento em uma luta por reconhecimento social. A vinculação em torno de uma causa comum é decisiva nesse sentido. Observou-se, porém, que a organização associativa é dificultada no caso dos acolhidos. Entre eles prevalece uma desconfiança generalizada: não apenas carecem da confiança de terceiros, mas também desconfiam sistematicamente uns dos outros e apresentam traços de baixa autoconfiança. Na UNAF foram coletados diversos relatos de maus-tratos, denegação de direitos e respeito. Convém investigar em que medida a desconfiança acentuada e o sentimento de vergonha frequente entre os acolhidos, estão associados a experiências de maus-tratos e violações.

Além disso, cabe investigar diferentes iniciativas voltadas a trabalhar o discernimento moral dos sentimentos de vergonha, culpa e indignação, corrente entre os acolhidos. Honneth (2013) esclarece que três formas de reconhecimento respondem pela integralidade dos sujeitos de direito no mundo contemporâneo: a dedicação emotiva oriunda das relações primárias, o respeito cognitivo que deriva das relações jurídicas e a estima social, fruto da solidariedade. Experiências de desrespeito nessas três dimensões afetam profundamente a autorrelação prática dos indivíduos. Foi observado que muitos acolhidos encontram-se gravemente lesados nessas três diferentes esferas.

Experiências de desrespeito que lesam a integridade corporal tem por consequência a perda de confiança em si mesmo e no mundo, junto a uma espécie de vergonha social. O desrespeito referente a denegação de direitos compromete o autorrespeito. Já o desrespeito fruto da negação do reconhecimento de propriedades particulares do indivíduo, em uma comunidade de valores, impacta sobretudo a autoestima dos indivíduos. Convém, pois, investigar a atuação de diferentes organizações sociais em instituições públicas de acolhimento no sentido de promover a conscientização da realidade social dos acolhidos e, para além da autonomização, uma efetiva emancipação dessas pessoas.

No mundo moderno o reconhecimento do “sujeito digno”, ou cidadão legítimo, tem sido condicionado a uma economia emocional específica, marcada pelo domínio da razão sobre as emoções, disciplina, cálculo prospectivo, autorresponsabilidade. Notou-se que moradores e acolhidos são diferentemente formados para incorporar esses valores. Determinadas condições de vida de muitos acolhidos os induz a desenvolver comportamentos instáveis, dificuldades de cumprir regras e horários e de planejar, ou mesmo sonhar com, o próprio futuro. Já os moradores apresentam padrões mais rígidos de controle das condutas, disciplina e capacidade prospectiva, o que, contudo, varia significativamente de um para o outro.

Foram apresentadas algumas das pré-condições que levam moradores e acolhidos a desenvolverem aparatos sociocognitivos distintos, mais ou menos adaptados aos imperativos modernos de autocontrole, autodisciplina e pensamento prospectivo. Para tanto, os dois grupos foram analisados em termos de sua vinculação e estruturação familiar; acesso e disponibilidade para o entretenimento; vinculação religiosa; comunitária; laços de amizade; formação e trabalho. O objetivo foi identificar de que modo essas esferas de organização social favorecem ou comprometem o aproveitamento de oportunidades e a disputa por bens escassos naquela conjuntura, tal como empregos.

Identificou-se que a desvinculação dos acolhidos em diferentes esferas é fator agravante de sua vulnerabilidade, pois reforça sua inadaptação aos imperativos modernos de autocontrole, autodisciplina e prospecção; geralmente introjetados por uma pedagogia sutil no interior dos lares e outras formas de vida associativa. No caso dos acolhidos a desvinculação vai além do âmbito familiar, envolve quase sempre rompimento com amigos de confiança, instituições religiosas, relações comunitárias e outras redes de solidariedades. Tal desvinculação tem por desdobramento, a privação do apoio material e emocional que é indispensável para que os moradores da Vila Areal, por exemplo, mantenham a fé em si mesmos e no próprio futuro. A vida familiar, comunitária e associativa tem sido para eles a fonte de reconhecimento social e a motivação necessária para a lida diária. Conclui-se que as instituições analisadas são decisivas para a desigual (in)adaptação sociocognitiva de moradores e acolhidos às demandas da inserção produtiva e social. E que a desvinculação diz muito mais do que um mero distanciamento.

Para além da *inadaptação*, também o status de cada grupo naquele meio afeta sua maior ou menor capacidade de acessar oportunidades e participar em um mundo

competitivo. Foi demonstrado que a *desclassificação* dos acolhidos tem sido importante entrave à sua ascensão social. Um terceiro fator observado de desigualdade diz respeito a autorrelação prática desses indivíduos, decorrente de experiências de reconhecimento e desrespeito. Essa, bastante lesada no caso de muitos dos acolhidos, o que tem dificultado sua autonomização. Mais do que constatar a desigualdade de moradores e acolhidos em termos de sua *adaptação* para o mercado de trabalho, *classificação* social e *autorrelação*, o presente trabalho buscou ressaltar os processos sociais de sua formação e articulação. A interdependência desses três quesitos constitui aquilo que se apresenta como uma sociodinâmica das desigualdades. Esta é especialmente poderosa porque naturalizada em uma sociedade na qual as desigualdades são encaradas em termos de desempenho individual e os processos sociais silenciados.

Recordar o social no sujeito implica retomar as dimensões sociocultural e psicossocial da reprodução de desigualdades (SOUZA, 2009). Face à sociodinâmica das desigualdades observada na Vila Areal, a cidadania anunciada no serviço de acolhimento se mostra ambivalente. A UNAF enfrenta e, ao mesmo tempo, compõe uma dinâmica operante das desigualdades na Vila Areal. O estudo revela que a efetivação da cidadania não depende unicamente do seu reconhecimento jurídico e de iniciativas institucionais. Ao contrário, foi evidenciado que seu princípio é incessantemente deturpado pela atuação das principais instituições modernas. O trabalho aponta para os limites e possibilidades da cidadania na vida cotidiana, âmbito no qual as relações sociais mais ordinárias detêm o poder de ratificar ou confrontar desigualdades excessivas e permanentes.

Longe de avaliar o conflito observado, buscou-se evidenciá-lo como uma armadilha que articula, em posições antagônicas, grupos intimamente vinculados (ELIAS, 2000). Foram investigados grupos vulnerabilizados, cada um à sua maneira. Em comum, moradores e acolhidos são vítimas de injustiças mais abrangentes, de redistribuição de riquezas e reconhecimento. A armadilha do conflito não é particular àquela conjuntura. Elias (2000) já alertara para a multiplicação dessas situações em um mundo globalizado em que a migração se apresenta mais facilmente como uma alternativa às dificuldades locais. Todavia, é fundamental dar atenção a esse fenômeno ante a profunda crise econômica e política que o Brasil vivencia.

Na atual conjuntura, a intolerância cresce de forma desmedida e os conflitos no meio urbano se intensificam, assim como os discursos higienistas e a criminalização das

ocupações da população em situação de rua. Intensifica-se também a segregação socioespacial. Nesse contexto, o sectarismo das classes populares se mostra uma armadilha particularmente perigosa. Presos a uma espécie de redemoinho de ataques e contra-ataques, escapa à vista dos grupos vulnerabilizados a possibilidade do engajamento comum por uma cidade mais justa e igualitária. Uma sugestão de estudo futuro consiste no mapeamento de cenários conflituosos envolvendo instituições de acolhimento para a população de rua, do Brasil e do mundo, junto a uma análise comparativa de distintas estratégias de resolução de conflito nessas circunstâncias.

Na Vila Areal, os desdobramentos do conflito é de difícil previsão. A reforma pela qual a instituição passou nos últimos três anos leva a crer que as acusações dos moradores serão amenizadas. Segundo os funcionários, a unidade, hoje, oferece um atendimento mais humanizado e responsável. Há indícios de que o incômodo gerado pelos acolhidos na região é menor, muito embora o pedido de remoção continue sendo uma prioridade da associação de moradores. Por outro lado, é notável a propagação de discursos higienistas e de intolerância por todo o país, muito em razão das tensões geradas pela crise econômica e o desemprego. O cenário exige atenção.

Referência bibliográfica

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papirus, 1996.

_____. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

_____. **O poder simbólico. Sobre o poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CANDIDA, Taynara. **A Vulnerabilidade Social no contexto metropolitano de Brasília: Um estudo de caso na UNAF - Areal/DF**. Brasília: UnB, 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

DOMINGUES, José Maurício. **Interpretando a modernidade: imaginário e instituições**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**. In. SOUSA, Jessé (Org.) Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001.

GOFFMAN, Erving (1975) **Estigma, Notas sobre a Manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GONZAGUINHA. Caminhos do coração. **Caminhos do coração**. São Paulo, EMI, 1982.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LAPEYRONNIE, Didier. **De l'intégration à la ségrégation**. In. ROMAN, J. "Ville, Exclusion e Citoyenneté". Paris. ÉditionsEsprit, 1993. Pag. 97 -115.

LEVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

Manual do Acolhido. UNAF/DF, 2013.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Distrito Federal: PDAD/DF 2016.

PINTO, Celi R. J. **A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil**. Belo Horizonte, UFMG, 2011. Cap. I e II.

Política Nacional de Assistência Social. PNAS/ 2014

ROBERTS, Bryan R. **A Dimensão Social da Cidadania**. Revista Brasileira de Ciências Sociais n° 33, 1997.

ROMAN, Joel. **Cidadania e Vínculo Social**. Cad. Pesq., São Paulo, n.96, p.24-29, fev. 1996.

Sinopses estatísticas da Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias. UNAF/DF, 2016.

SOUZA, Jesse. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2003.

_____. **(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"?** Lua Nova [online]. 2003, n.59, pp. 51-73. ISSN 1807-0175.

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFGM, 2009.

_____. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFGM, 2012.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania.** São Paulo, SP: Ed. 34, 2001.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. CNAS, 2014.

Anexo 01: Reportagem sobre deliberação da Câmara em Movimento

Câmara em Movimento ouve reivindicações de moradores da região de Águas Claras - População quer fechamento de albergue para pessoas em situação de rua

15/06/2016 - 18:53

A Câmara Legislativa do Distrito Federal realizou hoje (15) mais uma edição do projeto "Câmara em Movimento", que leva sessões ordinárias para as várias regiões do DF. Nesta edição, foram contempladas as cidades de Águas Claras, Areal e Arniqueiras. A sessão foi realizada no auditório da Escola Técnica de Brasília, no Areal, e contou com a participação de centenas de moradores, comerciantes e representantes do governo.

A reivindicação mais repetida hoje diz respeito à remoção do Albergue Conviver, que abriga pessoas em situação de rua. "Não há condições de manter esse albergue, que só vem causando problemas há mais de 20 anos. Desde estupros até assassinatos. Basta buscar o histórico dos crimes nas delegacias e na imprensa", reclamou Manoel Fonseca, morador de Arniqueiras. Rafael Orleans, morador do Areal, também pediu o fechamento do local: "Minha filha já foi assediada ao passar em frente ao albergue, quando vinha me visitar. Hoje, ela não vem mais".

Zenon Luz Ribeiro, morador do Areal, pediu aos distritais a elaboração de um projeto de lei mudando a destinação de terreno do local. "Vocês poderiam apresentar um projeto que mude aquela área para receber uma escola de ensino médio, que ainda não temos", sugeriu. A presidente da Casa, Celina Leão (PPS), explicou que a iniciativa desse tipo de projeto deve partir do Poder Executivo, mas apresentou uma alternativa. "Nós vamos criar um projeto de lei proibindo a instalação e permanência desses albergues em áreas residenciais, com prazo de 180 dias para cumprimento da lei", garantiu.

Outro tema bastante tocado pelos moradores é o da educação. Vários presentes se manifestaram pedindo a construção de uma escola e a inauguração de uma creche que já está pronta há dois anos. Wesley Lustosa, morador de Arniqueiras, foi um deles. "A creche está pronta e abandonada, com o mato tomando conta. Isso é um absurdo, aquela obra custou mais de R\$ 2 milhões", reclamou.

A solução para o problema foi apresentada pela deputada Celina Leão, que sugeriu um acordo para que os 24 parlamentares destinem emendas orçamentárias para garantir o funcionamento da creche. "Se garantirmos o dinheiro, o governo não terá mais desculpas", ressaltou Celina. "O custo de manutenção dessa creche é baixo, podemos resolver essa questão com a apresentação de emendas parlamentares", concordou Rafael Prudente (PMDB).

Os moradores também reivindicaram a construção de uma feira livre na região, que ainda não conta com local adequado para o comércio de produtos agrícolas. A deputada Telma Ruffino (sem partido), moradora da região, se comprometeu a apresentar uma emenda

orçamentária para essa finalidade e o deputado Agaciel Maia (PR) garantiu a inclusão dessa emenda no projeto de lei orçamentária.

Éder Wen - Coordenadoria de Comunicação Social

Anexo 02: Reportagem sobre estelionato na UNAF

Estelionato: golpe na porta de albergue

13/06/2016.

Fonte: <http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/estelionato-golpe-na-porta-de-albergue/>

Eles estão frágeis. Longe de suas famílias. Alguns são dependentes químicos. Outros estão desempregados. O único bem que lhes restam é o nome limpo. Do lado de fora da Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (Unaf), do Areal, entretanto, até isso é retirado deles. Muitos são vítimas de estelionato ao passar pelo portão do albergue.

Funciona assim: ao saírem do local, de vez ou momentaneamente, seja para trabalhar ou passear, os acolhidos são seduzidos por ofertas tentadoras. Os golpistas oferecem dinheiro em troca de uma compra grande no nome deles. São os “empréstimos”, famosos no local. As vítimas sabem que vão ficar inadimplentes, mas, naquela altura do campeonato, isso não importa. O valor a receber de imediato parece mais interessante.

Os autores são sanguessugas de vidas vulneráveis. E quem são eles? É o que a Polícia Federal investiga. O caso acontece há mais de ano na entrada da Unaf. Segundo os próprios albergados, os criminosos estão mais perto do que se imagina: encostados no muro externo da unidade. Não se sabe se alguém está acima do grupo ou se existe alguém que comanda o esquema de longe.

Até idosos

“Sei que acontece, mas a gente não pode fazer nada. Eles dizem assim: ‘Entra no meio que eu te dou um celular e mais R\$ 1,5 mil’. Em contrapartida, a pessoa assina um contrato de compra de um carro, por exemplo. Já ouvi história de gente que comprou um veículo de R\$ 50 mil e ficou com o nome sujo. Não é gente de dentro que pratica o estelionato, é de fora. Idosos já caíram no golpe. É uma realidade frequente”, relata um acolhido, que deixou a unidade e vive na rua, ali perto.

Ele diz que se sente mal pelos amigos quando vê a situação. Todos estão esquecidos ali, o que dá forças para eles aceitarem a proposta. “Já tentaram me assediar. Me ofereceram dinheiro para eu fazer uma compra no meu nome. Também me chamaram para participar do esquema. Eu não caí em nenhuma das opções, nem vou cair. Não chegamos a negociar valores, não deixei chegar a esse ponto. Mas isso muda de acordo com o perfil da vítima. Se for alguém mais fragilizado, a quantia oferecida é menor. Uma pessoa mais consciente exige dos autores maior empenho”, completa.

De vítimas a criminosos

Cada pessoa que sai da unidade é vista como uma nota de dinheiro, destaca um albergado. Alguns se tornam vítimas, outros ajudam a crescer o número de estelionatários. “Os autores são captadores de vidas que serão destruídas. São uma ponte. Deve ter alguém por trás”, completa. Segundo ele, as vítimas têm consciência do que estão fazendo. “Todo mundo sabe a diferença entre o certo e o errado, mas estão tão fragilizados que enxergam como uma oportunidade. Ficam felizes quando recebem o pagamento, muitos não têm emprego. Acreditam que vão poder alugar um barraco ou usam para drogas”, relata.

Versão oficial

Procurada pelo Jornal de Brasília, a Polícia Federal afirmou, por meio da assessoria, que, “por conta da natureza do trabalho, não fornece qualquer tipo de informação a respeito de operações e investigações além do que é divulgado nos meios oficiais de comunicação”.

O delegado-chefe Raimundo Vanderly, da 21ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Sul), explicou que o caso foi encaminhado à PF por se tratar de crime contra o sistema financeiro. “Soube dessa prática. Fui informado de que envolvia financiamentos bancários, por isso todas as investigações foram para a Polícia Federal”, conclui. Já a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, responsável pela Unaf do Areal, informou que não tem conhecimento do “estelionato”, mas que o investigará.

Esquema passo a passo

É tudo muito bem organizado. Primeiro, os autores do crime consultam o CPF do alvo. Se estiver limpo, partem para a negociação. “É sempre a mesma tática. Eles o levam para passear, alugam a cabeça da pessoa e já oferecem uma quantia pequena para ajudar a empolgá-la. Depois de tudo acertado, providenciam os papéis para a compra. É tudo fraudado, eles têm contatos fortes. Basta a identidade. Em seguida, a vítima assina e eles já partem para uma instituição financeira”, detalha um ex-albergado.

Depois da compra, as vítimas desaparecem. Voltam às cidades de origem, alugam casas longe dali ou voltam para o mundo das drogas. Outro ex-albergado só não caiu no golpe por falta de oportunidade. Ele chegou a aceitar o empréstimo, mas, na hora de assinar o “contrato”, seu nome já estava sujo. “Com o dinheiro, eu ia comprar droga e voltar para o interior. Queria ficar pescando lá na minha cidade”, conta o rapaz, que já foi acolhido umas seis vezes.

Ele sabe que a quantia não mudaria sua vida, mas, na atual situação, seria um recomeço. “Ajudaria muito. Já me ofereceram várias vezes, é tentador. Eu ficaria com o nome sujo por pouco tempo e qualquer coisa que quisesse comprar, compraria com dinheiro”, avalia.

Atualmente, ele faz bico como ajudante de pedreiro, mas está sem trabalhar há dias. “Por isso, é tão tentador. Da última vez, me ofertaram R\$ 5 mil. Em troca, eu deveria comprar um carro”, concluiu.

Crime conhecido na área

Moradores e funcionários da unidade sabem do esquema na porta da Unaf. “As pessoas que estão do lado de fora do albergue já estiveram lá dentro. Também tem gente que está acolhida, mas passa o dia inteiro lá. A comunidade acha que eles estão esperando

vaga, mas não é. O grupo recebe abordagem com frequência, eles são sempre questionados se querem ser acolhidos. São moradores de rua da região, fizeram dali um ponto estratégico de tráfico de drogas e estelionato”, explica uma moradora, que frequenta e conhece o funcionamento da unidade.

De acordo com ela, eles aliciam as vítimas para fazer compras fictícias. “Ali eles fazem o contato, seja com os acolhidos ou com gente de fora da cidade. As vítimas vendem o próprio nome. Fazem créditos altíssimos”, lamenta a moradora. Ela conta que várias ocorrências já foram registradas na delegacia, mas a polícia precisa de flagrante.

“O último caso que denunciei foi em uma loja de departamento. Eles convenceram um idoso da Bahia a comprar celular, micro-ondas, enfim, R\$ 2,3 mil no nome dele. Depois, não lhe pagaram nada e ainda o ameaçaram. Foi tão grave que eu mesma tive que levá-lo para a rodoviária. Ele voltou para casa, estava com muito medo”, comenta. Ofereceram R\$ 600 ao homem. “Ele disse que mandaria o dinheiro para a filha e a esposa, mas foi embora com a conta. Se um dia quiser comprar qualquer coisa em seu nome, terá de pagar a dívida”, aponta.

A moradora também acredita que exista uma organização acima dos estelionatários. “Eles são intermediários. Está na cara. Tem alguém por trás. Eles não têm porte para chegar em uma loja e fazer compras. Normalmente, escolhem objetos fáceis de vender”, conclui.

Manuela Rolim